

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

**ENTRE “SECOS E MOLHADOS”: A SOBREVIVÊNCIA DOS
TRABALHADORES NO MERCADO INFORMAL DA ZONA LESTE
DE MANAUS**

**MANAUS – AMAZONAS
2008**

LÍLIAN DA SILVA GOMES

**ENTRE “SECOS E MOLHADOS”: A SOBREVIVÊNCIA DOS
TRABALHADORES NO MERCADO INFORMAL DA ZONA LESTE
DE MANAUS**

Dissertação elaborada, sob a orientação da Professora Doutora Yoshiko Sasaki, para apresentação ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como uma das exigências à obtenção do título de Mestre.

MANAUS – AMAZONAS

2008

LÍLIAN DA SILVA GOMES

**ENTRE “SECOS E MOLHADOS”: A SOBREVIVÊNCIA DOS
TRABALHADORES DO MERCADO INFORMAL DE TRABALHO NA ZONA LESTE
DE MANAUS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCAM, outorgado pela Universidade Federal do Amazonas.

A aprovação deu-se em 29 de janeiro de 2008, pela Banca Examinadora abaixo nomeada:

Professora Doutora Yoshiko Sasaki – UFAM/ ICHL
Orientadora e Presidente da Banca

Professora Doutora Iraídes Torres Caldas – UFAM/ ICHL
Membro

Professora Doutora Selma Baçal – UFAM/ FACED
Membro

Dedico esta produção a todos aqueles que não são indiferentes; que não acreditam na naturalização das coisas; que si consideram verdadeiras “metamorfoses ambulantes”; que “nadam contra a correnteza” na ânsia por dias melhores e, ainda assim, são acusados de cometerem heresia; que acreditam na equidade e justiça social como o único remédio para os males dessa sociedade desumanizada. A todos os trabalhadores que buscam, cotidianamente, através de estratégias de sobrevivência e à margem de todas as conquistas sociais alcançadas, manter a si mesmo e à sua família com a remuneração obtida através de seu trabalho neste país de pouco mais de 507 anos, chamado Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade, pelos dons da fé e da vida; por ser a minha fortaleza e iluminar os meus passos, permitindo discernimento quanto às minhas escolhas; por ter me concedido, mais esta vitória e por, principalmente, nos momentos mais difíceis da minha árdua caminhada, em que pensei estar em um “deserto”, a presença de Jesus e o colo de Maria;

Aos meus queridos pais, Sebastião e Socorro Gomes, por serem minha gênese, os meus maiores incentivadores, o meu “porto-seguro”, que com suas palavras e atitudes me ensinaram a perseverar, a jamais desistir enquanto se quer vencer e si tem fôlego! Pela dignidade com que me conduziram ao longo da minha vida, não mensurando esforços e amor para me proporcionar o necessário à obtenção de todas as minhas conquistas, dentre as quais esta que é certamente a maior de todas, a minha superação enquanto ser humano íntegro e esclarecido. A vocês meus amores, meu muito obrigada! Esta vitória é nossa!

Ao meu amado, Bergson Júnior, hoje meu esposo, que si enamorou e “ousou” permitir que sua vida se entrelaçasse à minha, em um momento em que a ciência continuava sendo uma das minhas maiores prioridades; que esteve comigo desde o momento em que eu “ensaiava passos” para concorrer à seleção do mestrado até a aplicação do instrumental da minha pesquisa com os trabalhadores na Zona Leste de Manaus; pela dedicação e amor dispensados ao longo destes anos juntos. Amo-te, minha vida! E convido-te a partir de agora para uma nova jornada: o doutorado em Serviço Social!!!

Aos meus irmãos Ane, Alexandre e à minha cunhada Patrícia, pelo apoio recebido. A torcida é fundamental, ainda mais quando é oriunda de pessoas tão especiais.

Ao meu precioso tio Carlinho, que mesmo hoje estando em terras distantes, durante toda a minha vida acompanhou-me na incansável busca da realização dos meus sonhos, inclusive contribuindo com seus ensinamentos e incentivos para que muitos dos mesmos se tornassem realidade.

Às minhas irmãs de coração, Andrez Weil (que me apresentou com o meu afilhado Pedro Fernando, a quem eu terei a maior satisfação em acompanhar em todos os momentos de sua vida, inclusive nas trilhas da ciência, caso seja esta a sua vontade) e Maria Cristina Mendonça, pela lealdade, carinho e orações empreendidas ao longo de todos estes anos de amizade. Obrigada amigas!

À companheira de mestrado, Érika Renata de Almeida por ter compartilhado, além dos momentos de angústia e de grandes obstáculos, o sabor da vitória. Que bom, vencemos Érika!

À minha orientadora, Dr^a Yoshiko Sasaki, que através de seus incentivos, orientações e paciência, desde os projetos de PIBIC, muito contribuiu no meu despertar para o “mundo científico” e sua magnitude, afirmando que é possível fazer o que está ao meu alcance... o melhor; e dar sempre prosseguimento ao meu processo de crescimento humano e intelectual, tendo consciência de que

minha “luz própria” deve funcionar como entrave para qualquer possibilidade de submersão no conformismo;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCAM, em especial aos doutores Márcia Pérales, Simone Eneida Baçal, Antônio Carlos Witkoski e Iraildes Caldas, que durante o percurso do mestrado se fizeram importantes em meu processo de amadurecimento intelectual, isto a partir da maestria e generosidade com que conduziram as disciplinas ministradas;

À Gimima Beatriz, secretária do PPGSCAM, pela presteza em auxiliar nos momentos em que eu estava “desorientada” quanto aos procedimentos do Programa; por ter acreditado na minha capacidade de concluir o mestrado, mesmo diante de tantas dificuldades que eu enfrentava e, que me fez entender que eu sou o “controller” de mim mesma!

Às Assistentes Sociais que compõem o corpo docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Nilton Lins, em especial à Hermila Garcia e Franciléia dos Santos pela amizade e atenção dispensada nos momentos em que o cansaço me tomava...

Aos meus colegas Assistentes Sociais e Psicólogos do Projeto Cidadão, em especial aos profissionais que compuseram a equipe do NAC-Leste, pelo acolhimento, respeito, ensinamentos dispensados ao longo dos meus dois anos de coordenação técnica, e pela compreensão e torcida quando da minha despedida do projeto e meu ingresso no mestrado. A todos eles, a minha sincera consideração;

Às estimadas Márcia Helena Braga, Elianne Domingues e Cirlene Castro, por suas palavras de incentivo e pela amizade demonstrada, principalmente, em momentos decisivos da minha vida profissional.

À Júnia Amâncio, acadêmica de Serviço Social do Centro Universitário Nilton Lins, que me auxiliou durante a coleta de dados na Zona Leste de Manaus;

Aos moradores dos bairros São José Operário I, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I pela atenção dispensada, pelos ensinamentos e por, em nenhum momento, terem se negado a contribuir para a realização deste estudo.

Se a informalidade oferecesse a possibilidade de os trabalhadores fugirem aos imperativos do capital, eles o fariam [...] Mas o capital, tal qual uma entidade divina, tem a propriedade da onipresença. Todos os espaços econômicos e sociais foram ocupados por ele, de modo que qualquer forma de trabalho está irremediavelmente subordinada à produção capitalista (TAVARES, 2004)

RESUMO

O estudo intitulado *Entre “secos e molhados”: a sobrevivência dos trabalhadores no mercado informal na Zona Leste de Manaus* discorre sobre as condições de vida dos trabalhadores da Zona Leste de Manaus inseridos acerca de cinco anos ou mais no mercado informal de trabalho, “fabricando” e/ou vendendo uma diversidade de utensílios, confecções, adornos, alimentos, hortifrutis, especiarias, produtos que nas décadas de 60 e 70 eram conhecidos como artigos “secos e molhados” e comercializados de forma atacadista por estrangeiros. Contudo, se verifica através da pesquisa realizada com os trabalhadores informais, que com o crescimento do mercado informal e a expansão da tecnologia, foram criadas novas diversidades de “secos e molhados”, bem como estes passaram a ser comercializados, na “Era da Acumulação Flexível, de forma varejista e agora também pelos trabalhadores brasileiros. Para realizar a pesquisa, de cunho qualitativo-quantitativo, aplicou-se 30 formulários com perguntas abertas e fechadas ao número igual de 15 homens e 15 mulheres, com vista a sinalizar de forma geral a situação de trabalho de homens e mulheres no mercado informal. Destaca-se que o lócus da pesquisa foram os bairros de São José Operário II, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I, os quais foram escolhidos por terem mais de 10 de criação. Quanto à revisão bibliográfica esta se ancorou em autores como Karl Marx, Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Paul Singer, David Cattani, Karl Polanyi, Potyara Pereira, Asa Laurell, dentre outros. Concebe-se que a discussão empreendida, no presente estudo, reflete as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador, de forma que se busca entender o impulso que o mercado informal “ganha” a partir da precarização das relações de trabalho, em particular, dentro do contexto neoliberal. Destaca-se ainda, uma abordagem sobre a inserção dos trabalhadores na cidade de Manaus a partir da criação do Parque Industrial e como o mercado de trabalho na referida cidade tem sofrido mudanças. O presente estudo é entendido como um convite à reflexão sobre as condições de vida não somente dos trabalhadores da cidade de Manaus, mas, sobretudo, sobre as condições de vida de mais de 40 milhões de trabalhadores que realizam suas atividades alijados das conquistas sociais alcançadas no contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES: TRABALHO, MERCADO INFORMAL, CONDIÇÕES DE VIDA

ABSTRACT

The study entitled Among “dry and wet”: the workers' survival in the informal market in the Zona Leste of Manaus talks about the conditions of the workers' of the Zona Leste of Manaus life inserted concerning five years or more in the informal market of work, “manufacturing” and/or selling a diversity of utensils, makings, decorations, foods, horti-frutis, spices, products that in the decades of 60 and 70 they were known as goods “dry and wet” and marketed in wholesale way for foreigners. However, it is verified through the research accomplished with the informal workers, that with the growth of the informal market and the expansion of the technology, new diversities were created of “dry and wet”, as well as these passed to be marketed, in the “it was of the Flexible Accumulation, in a retail way and now also for the Brazilian workers. To accomplish the research, of qualitative-quantitative stamp, it was applied 30 forms with open and closed questions to the number similar of 15 men and 15 women, with view to signal in a general way the situation of men's work and women in the informal market. He/she stands out that the locus of the research were the neighborhoods of São José Worker II, Jorge Teixeira, stage IV and Zumbi of Palmares I, which were chosen for they have more than 10 of creation. As for the bibliographical revision this it was anchored in authors as Karl Marx, Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Paul Singer, David Cattani, Karl Polanyi, Potyara Pereira, Asa Laurell, among others. He/she becomes pregnant her that the undertaken discussion, in the present study, it reflects the transformations happened in the world of the work and their repercussions in the worker's life, so that her he/she looks for to understand the pulse that the informal market “it wins” starting from the precarização of the work relationships, in matter, inside of the neoliberal context. He/she still stands out, an approach about the workers' insert in the city of Manaus starting from the creation of the Industrial park and as the job market in the referred city has been suffering changes. The present study is understood as an invitation to the reflection about the life conditions not only of the workers of the city of Manaus, but, above all, about the life conditions of more than 40 million workers that accomplish their activities smuggled of the social conquests reached in the Brazilian context.

KEYWORDS: WORK, INFORMAL MARKET, CONDITIONS OF LIFE

LISTA DE SIGLAS

- AMACORT** – Cooperativa de Costura e Artesanato do Amazonas
- AMAZUP** – Associação de Moradores e Amigos do Zumbi dos Palmares
- CAP's** – Caixas de Aposentadorias e Pensões
- DI** – Distrito Industrial
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LIFER** – Liga Feminina do Estado do Amazonas
- LOT** – Laboratório Organizacionais de Terreno
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- PDV** – Plano de Demissão Voluntária
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PEQ** – Plano Estadual de Qualificação
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- PNEI** – Pesquisa Nacional sobre Economia Informal
- SEADE** – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
- SETRAB** – Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas
- SETRACI** – Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania do Amazonas
- SINE** – Sistema Nacional de Emprego
- ZFM** – Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Transformações no mundo do trabalho e repercussões na vida do trabalhador.....47

Figura 2 – Dinâmica da relação de trabalho no contexto brasileiro.....

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Naturalidade.....
- Quadro 2** – Trabalhadores por conta própria de 80 a 2000 no Brasil.....
- Quadro 3** – Estado civil.....
- Quadro 4** – Participação na renda familiar.....
- Quadro 5** – Filhos.....
- Quadro 6** – Composição familiar.....
- Quadro 7** – Idade.....
- Quadro 8** – População por grupos de idade/bairros.....
- Quadro 9** – Motivações para inserção no mercado informal.....
- Quadro 10** – Escolaridade.....
- Quadro 11a** – População Economicamente Ativa (Total).....
- Quadro 11b** – População Economicamente Ativa(Urbano).....
- Quadro 12** – Referência de entretenimento.....
- Quadro 13** – Renda familiar.....
- Quadro 14** – O “olhar” sobre o trabalho.....
- Quadro 15** – Dificuldade financeira/vida familiar.....
- Quadro 16a** – Estratégias de sobrevivências dos camelôs.....
- Quadro 16b** – Estratégias de sobrevivência dos comerciantes varejistas.....
- Quadro 16c** – Estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que também estão inseridos no mercado formal de trabalho.....
- Quadro 16d** – Estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que trabalham em comércios varejistas/alimentação.....

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
-----------------	----

CAPÍTULO I – AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES

1.1 Trabalho e seus sentidos na objetivação da vida: uma questão que permanece em debate.....	26
1.2 Entendendo as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador.....	44

CAPÍTULO II – A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.1. (Re) estruturação do mercado de trabalho no Brasil: um impulso para a informalidade.....	60
2.2. A questão da inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho na cidade de Manaus.....	79

CAPÍTULO III – ENTRE “SECOS E MOLHADOS” A SOBREVIVÊNCIA DOS TRABALHADORES DO MERCADO INFORMAL DA ZONA LESTE DE MANAUS

3.1 Conhecendo o lócus da pesquisa: os bairros São José Operário II, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I.....	86
3.2 Impactos do mercado informal e as condições de vida dos moradores dos bairros do São José Operário II, Zumbi dos Palmares I e Jorge Teixeira, etapa IV.....	90
3.2.1 Caracterização dos trabalhadores e suas famílias.....	92
3.2.2 Motivações para se inserirem no mercado informal.....	99
3.2.3 Diversidades de “secos e molhados”.....	108
3.2.4 Trabalho informal versus Carteira assinada.....	110
3.2.5 O “olhar” que os trabalhadores revelam sobre sua atividade no mercado informal.....	113

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Ao considerar a dinamicidade histórica do contexto capitalista, permite-se entender como vários setores da vida (socioeconômico, político e cultural) societal contemporânea tem passado por intensas transformações.

Ao final dos anos 60 e principalmente na década de 70, o capitalismo mundial mostra seu esgotamento no modelo político econômico e social keynesiano-fordista, de Estado ampliado e de produção em massa, sendo um dos reflexos a crise do Welfare State dos países centrais, que tinha como pilares (tripé), o pleno emprego, a seguridade social e os direitos universais, os quais subsidiam um conjunto de ações para atuar nas expressões da questão social, gerada da relação contraditória de capital e trabalho.

Contrário a esse modelo, a partir dos anos 80, o capitalismo ocidental busca a retomada das idéias liberais de mínimos sociais e a implementação do toyotismo, criado em meados dos anos 50 no Japão e conhecido pela produção enxuta, flexibilização do trabalho e polivalência do trabalhador.

Em países de economia periférica da América Latina, como o Brasil, a influência de tais transformações ocorre, contraditoriamente, no período em que muitos destes países estão saindo de períodos ditatoriais, portanto realizando uma abertura política e civil.

No Brasil verifica-se a promulgação da Constituição de 1988, que na contramão da história (isto tendo em vista o modelo de gestão social e econômico

que se instala), garante a seguridade social e seus pilares: previdência, saúde e assistência social.

No final desta década (a mesma em que o Brasil conhece a sua Constituição, dita cidadã) o mundo capitalista assiste ao desmoronamento do Muro de Berlim, da União Soviética e com eles o término da Guerra Fria, o mito do comunismo... Capitalismo vencedor, tendo os Estados Unidos como donos do mundo?

Para entender esse processo alguns estudiosos, reuniram-se em Washington, isto para refletir sobre esse momento histórico, produzindo o documento conhecido como “Consenso de Washington” em que os organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional adotam e impõem aos países devedores suas regras (disciplina fiscal, controle da inflação e redução do Estado na economia e sociedade).

Na década de 90, se verifica que antes de implantar efetivamente o que preconiza a Carta baseada na dita redemocratização (Constituição de 1988), tendo como princípios os anseios da população “represada” por mais de vinte anos, o Brasil é chamado a cumprir o “receituário” imposto pelos organismos internacionais, viabilizando a nova ordem de recomposição do capitalismo globalizado.

Frente a esse quadro colocado acima, aponta-se para a necessidade de análises sobre como estão as condições de vida dos trabalhadores das economias dos países periféricos, especificamente o Brasil, onde não se vivenciou o Welfare State, nem o pleno emprego, apesar de colocar o primado do trabalho como fundante na Ordem Social sustentada na Constituição de 1988 ; e ainda, na contramão da história assegurou a seguridade social.

Ao contextualizar a problemática do trabalho, verifica-se que mesmo no início do Terceiro Milênio ocorre a manutenção do extremo quadro de injustiça social vivenciado pela “classe que vive do trabalho”, isto em decorrência da hegemonia do capitalismo, que “nutre” a questão social e suas, então, “novas” expressões.

Ao remeter-se a questão social no Brasil, verifica-se, segundo Ianni (1989), assim como, Cerqueira Filho (1982) e Vieira (1995), que a mesma está presente em tal contexto desde a época escravagista, deixando de ser entendida como “questão de polícia” a partir da década de 30.

Castel (1998) aponta que, contemporaneamente, a “nova” questão social em países da Europa e até da América Latina, como por exemplo, França e Brasil (apesar de cada desses países apresentar contextos históricos diferenciado), é a precarização do trabalho, a qual é incentivada pela flexibilização e desregulamentação dos direitos sobre o mesmo.

De acordo com Scherer (2005), em âmbito brasileiro pode-se fazer destaque à flexibilização e desregulamentação do direito do trabalho quando remete-se à Lei do Contrato Temporário, aprovado em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e que acentua a precarização das relações trabalhistas.

Diante de tais considerações e ao reportar-se a criação do Estado de Bem-Estar em países capitalistas avançados, os quais segundo Pereira (2002:125) “[...] nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista”, pressupõe-se que o Brasil de fato não apresenta a experiência da consolidação de tal conjunto de ações (Welfare State) para lidar com a questão social presente em seu contexto há tantos decênios, o que reforça a tese de Faleiros (2004) sobre a inexistência do Welfare State em países periféricos.

Na América Latina, inclusive no Brasil o que existem, de acordo com Faleiros (2004), são as chamadas políticas “categoriais”, que buscam atender segmentos específicos da população, as quais apesar de serem uma combinação de serviços públicos e privados, muitas vezes marcados pelo clientelismo, pela burocracia e descontinuidade, apresentam em sua essência uma finalidade semelhante a das políticas do Welfare State, a reprodução de força de trabalho e a ordem social.

Ratifica-se tal afirmativa quando, segundo Faleiros (2004, p.31), verifica-se que:

tanto nos países onde predomina o chamado Welfare State como na América Latina, articula-se o acesso aos direitos, benefícios e serviços do Estado de acordo com a combinação das categorias pobre, cidadão e trabalhador, conforme as correlações de força, as crises e a necessidade de legitimação das medidas sociais.

Segundo Pereira (2002) é possível identificar que a experiência de países, como o Brasil, na construção de um sistema de proteção social, gerou uma tipificação de “sistema de bem-estar periférico”, o qual é peculiar, pois não tem os mesmos pilares do Welfare State dos países de capitalismo avançado; bem como se apresenta como um misto de elementos de gestão social, permitindo a prevalência concomitante e contraditória da intervenção do Estado (ainda que minimizado em dias atuais); do mercado; de medidas autoritárias e desmobilizadoras; da distribuição de serviços e benefícios de cunho não contributivo e universal.

Ao retomar as sinalizações feitas por Castel (1998) sobre a “nova” questão social, particularmente no Brasil, pode-se dizer que o sistema de garantias trabalhistas tem sofrido constante “ataque” pela flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, isto a partir da consolidação do modelo de gestão neoliberal-toyotista.

Desta forma, ao remeter-se aos dados da População Economicamente Ativa (PEA) apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no PNAD (Programa Nacional de Amostra por Domicílio) de 2004, sinaliza-se a precarização das relações de trabalho, de forma que das 92,8 milhões de pessoas, mais de 40 milhões das mais variadas unidades federativas do Brasil, inclusive o Amazonas, estão desenvolvendo alguma atividade no mercado informal de trabalho.

De acordo com estudo realizado em 2003 no bairro do Jorge Teixeira, etapa IV, na Zona Leste de Manaus, onde se buscou desvelar as estratégias de sobrevivência dos moradores daquele local, detectou-se, apesar de não consistir em objetivo da pesquisa, que os “trabalhadores-estrategistas” (assim denominados por desenvolverem as mais diversificadas atividades no mercado informal para manter a

sua sobrevivência e a de sua família), não apresentam condições de se tornar contribuintes previdenciários, haja vista que a remuneração obtida, cotidianamente, possa suprir (precarosamente) apenas as necessidades básicas de tais trabalhadores e seus familiares.

Outra sinalização relevante a ser feita, é que através de tal estudo verificou-se também, que não é incomum encontrar trabalhadores que mesmo inseridos no mercado formal, concomitantemente, estejam desenvolvendo estratégias de sobrevivência, como por exemplo, a confecção e/ou venda de lingerie, de brinquedos de pelúcia, dentre outros.

Segundo os dados do DIEESE-SEADE (2000) apontam que mais de 50% dos trabalhadores brasileiros, nas grandes cidades, estão ocupados com um algum tipo de trabalho no mercado informal, o que representa a desproteção quanto ao trabalho e também de seguridade social, principalmente no que tange a previdência.

Ao refletir sobre a situação do Amazonas quanto às relações de trabalho, destaca-se a importância sobre o entendimento acerca do desenvolvimento do capitalismo, particularmente, nos primeiros anos pós-implantação da Zona Franca em Manaus (1967) e, principalmente, a partir dos anos 90, quando o então, modelo de acumulação flexível para a Amazônia Ocidental passa a enfrentar as injunções do movimento global de reorganização dos padrões de produção e organização, o que inclusive, de acordo com Scherer (2005), “vitimou” cerca de 32.279 mil empregos entre os anos de 1990 a 2000.

Então, diante de tais considerações e, sobretudo, remetendo-se ao fato do Brasil vivenciar as premissas neoliberais, principalmente, no que tange dentre outros setores, o produtivo: como fica o trabalho? Revela nova importância para a condição de vida e novas perspectivas ocupacionais? Quais os impactos da relação trabalho e mercado informal nas condições de vida dos trabalhadores? E qual a concepção que os mesmos revelam sobre o trabalho desenvolvido no mercado informal enquanto meio de reprodução de suas vidas?

Assim, o presente estudo ***Entre “secos e molhados”: a sobrevivência dos trabalhadores no mercado informal da Zona Leste de Manaus*** – que inclusive faz emergir no próprio título um termo utilizado nas décadas de 60 e 70 entre os comerciantes para denominar as especiarias, alimentos, legumes, frutas, dentre outros, e que em tempos atuais também é adotado pelos trabalhadores informais – buscou desvelar os impactos do mercado informal de trabalho nas condições de vida dos trabalhadores, revelando as atividades ocupacionais desenvolvidas pelos mesmos para manter a sua sobrevivência; bem como o “olhar” que os trabalhadores informais têm sobre o trabalho que desenvolvem.

E para tanto, destaca-se que a circunscrição do objeto da pesquisa realizada foi a Zona Leste de Manaus e que tal escolha se justifica pelos seguintes interesses despertados de: a) verticalizar estudos sobre as situações de trabalho, mercado informal e condições de vida dos moradores, haja vista que o GEPSSAM (Grupo de Estudo e Pesquisa em Seguridade Social no Amazonas), em 2004, realizou uma pesquisa sobre trabalho, seguridade social e condições de vida das Zonas Sul e Leste de Manaus, mas que não clarifica como são as condições de vida dos trabalhadores do mercado informal; b) por ser uma das zonas geográficas mais populosas (300.453 habitantes de acordo com dados do IBGE/Censo 2000) de Manaus e apresentar peculiaridades quanto à sua formação sócio-histórica e cultural; c) por ter sido lócus de pesquisas do Programa de Iniciação Científica – PIBIC e Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social; d) por ter sido lócus de atuação profissional, através do Núcleo de Apoio ao Cidadão da Secretaria de Estado da Assistência Social do Amazonas.

O presente estudo se faz relevante cientificamente e contribui para política pública de geração de renda, uma vez que se remete aos trabalhadores do mercado informal e suas condições de vida.

Destaca-se que o mesmo constou de três fases articuladas, as quais se consubstanciaram a partir da revisão bibliográfica e de pesquisa em campo, realizadas ao longo de todo o processo.

O aporte teórico-metodológico que embasou o estudo estará ancorado em Marx (1988; 2004), Antunes (1997), Harvey (1992), Pochmann (1999), Singer (1998), Pereira (1998; 2002), Polanyi (1998), Castel (1998), dentre outros. As categorias centrais do estudo (trabalho, mercado informal e condições de vida) foram trabalhadas durante os capítulos da dissertação, onde inclusive estão localizados alguns dos conceitos adotados, como: trabalho produtivo e trabalho improdutivo, pauperismo, estranhamento, acumulação flexível, mercado não-organizado, ocupação, “moinho satânico”, sobranço.

A primeira fase consistiu na realização de revisão bibliográfica (fichamentos, levantamentos bibliográficos, etc.) e da construção do referencial de análise, definições de categorias centrais, que nortearam o estudo a partir de orientação metodológica e temática; construção do instrumento para a coleta de dados: formulário. Esta fase foi também o momento de integralizar os créditos das disciplinas e preparar o conteúdo necessário (melhorias no Projeto de Pesquisa, elaboração do primeiro capítulo e a sinopse dos demais) ao Exame de Qualificação.

A segunda fase se embasou em estudo exploratório, onde foram realizados levantamentos que buscaram o conhecimento e análise da fonte de informação, de forma que o estudo fosse realizado com a amostra significativa total de 30 (trinta e quatro) trabalhadores, dos quais 10 (dez) foram moradores do bairro São José II, 10 (dez) do Zumbi I e 10 (dez) do Jorge Teixeira IV. A amostra é tida como qualificada acerca da população total da Zona Leste de Manaus, que é de 300.453 habitantes.

Destaca-se que, o critério para a escolha do lócus da pesquisa deve-se: a) aos referidos bairros apresentarem mais de 10 (dez) anos de criação, inclusive sendo três dos mais antigos e populosos (São José Operário – 84.490 habitantes; Jorge Teixeira – 78.631 e Zumbi dos Palmares – 30.336) da Zona Leste de Manaus; b) por terem sido um contexto de atuação profissional da pesquisadora; c) por ainda não estar clara as condições de vida dos moradores do bairro do Jorge Teixeira, etapa IV, São José II e Zumbi I, que atuam no mercado informal de trabalho.

Ressalta-se ainda, que foi utilizado formulário composto por perguntas abertas e fechadas aos trabalhadores, possibilitando assim realizar uma abordagem qualitativa-quantitativa sobre os dados coletados.

Quanto aos critérios para direcionar a pesquisa de campo, isto no que se refere à escolha dos sujeitos, adotou-se os seguintes: a amostra estudada foi de trabalhadores – homens e mulheres – na faixa etária dos 18 aos 59 anos de idade, que estivessem há cinco anos ou mais desenvolvendo atividades no mercado informal de trabalho, sendo na fabricação e/ou venda de mercadorias, bem como na realização de “pequenos serviços”, denominados por alguns autores, a exemplo de Pochmann (1999), como biscates ou bicos.

Faz-se importante destacar que levantamentos de dados foram realizados através de órgão de referência (IBGE), bem como a partir de fontes secundárias como jornais, revistas locais e outras pesquisas sobre a situação de trabalho, renda e seguridade social dos trabalhadores da Zona Leste de Manaus. Tal levantamento fez-se relevante para subsidiar a análise e viabilizar o alcance dos objetivos da pesquisa, uma vez que os dados obtidos foram confrontados com a “leitura” que os entrevistados revelam acerca da realidade vivenciada, suas condições de vida.

Destaca-se ainda que, a obtenção das informações junto ao mencionado órgão deu-se partir da realização de pesquisa documental.

A terceira fase destinou-se à sistematização, análise e interpretação dos dados coletados à luz do referencial teórico adotado; elaboração do capítulo final da dissertação de mestrado e a defesa da dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Enfim, apresenta-se uma produção composta de três capítulos articulados e assim distribuídos, em síntese:

Primeiro capítulo - aborda-se através de breve reflexão o sentido do trabalho na condição da vida humana, bem como se remete para o entendimento sobre o conjunto de transformações econômicas e políticas que tem perpassado o contexto

societal e que tem repercutido em várias esferas da vida, principalmente no mundo do trabalho e da vida do trabalhador;

Segundo capítulo - a abordagem volta-se para o mercado de trabalho no Brasil, a precarização das relações de trabalho e condições de vida enquanto impulso para a informalidade, e ainda, efetiva-se uma análise sobre a inserção dos trabalhadores no contexto manauara, verificando como a instalação da Zona Franca e do Distrito Industrial na cidade de Manaus transformaram suas relações produtivas e mudanças nas vidas dos trabalhadores;

Terceiro capítulo – apresenta a interpretação e análise dos dados obtidos junto aos trabalhadores dos bairros São José II, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I, onde buscou-se conhecer as condições de vida dos trabalhadores que se encontram alijados das relações formais de trabalho e à margem de muitas conquistas sociais, possibilitando assim, o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa.

Entende-se que a presente produção visa contribuir com a comunidade acadêmica, no que se refere a fornecer dados significativos sobre bairros que compõe uma das maiores zonas geográficas da cidade de Manaus, a Zona Leste; isto além, de ampliar o debate sobre o mercado informal de trabalho, que de fato é um elemento do contexto realístico da sociedade contemporânea.

CAPÍTULO I

AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES

“[...] enquanto a economia cresce, o Estado se fortalece, a massa de trabalhadores padece...”
(IANNI, 1989)

É indubitável que no âmbito científico, a temática *trabalho* encontra-se entre as mais debatidas, o que se justifica pela dinamicidade que a envolve, bem como, a sua relevância para a realidade social, isto no que se refere ao desvelamento de novas possibilidades para desacelerar a crescente e multifacetada exclusão social que assola as condições de vida de milhares de trabalhadores.

Na contemporaneidade, o desafio teórico sobre a referida temática está para além das relações objetivas que engendram o *mundo do trabalho*, pois, se faz significativo apresentar também, construções sobre a objetivação e subjetivação dos trabalhadores, no qual estão subjacentes os impactos das transformações do mundo trabalho, suas realidades, experiências em relação ao próprio trabalho desenvolvido.

Considera-se que um estudo de tal envergadura deva apresentar uma discussão sobre os significados e/ou sentidos do trabalho construídos historicamente, interrelacionando-os às transformações ocorridas no mundo do trabalho e às (re) definições das políticas econômicas e sociais no contexto

capitalista. Isto, para que seja possível entender as condições de vida dos trabalhadores, as quais neste estudo são entendidas não somente a partir de indicadores, estatísticas, mas, sobretudo, qualitativamente.

Neste sentido, apresenta-se o Capítulo I intitulado *As metamorfoses do mundo do trabalho e suas repercussões nas condições de vida dos trabalhadores*, que se desenvolve a partir de uma exposição sobre o trabalho e seus sentidos na objetivação da vida humana e das próprias transformações ocorridas no mundo do trabalho.

1.1. Trabalho e seus sentidos na objetivação da vida humana: uma questão que permanece em debate

Ao considerar que o homem e suas realizações/produções são resultados de sua interação com a natureza e com outros homens em determinado período histórico, abre-se espaço para conhecer a existência de um motivo comum que tenha conduzido todos eles a buscarem, na realização de algumas atividades, além de novos conhecimentos, o suprimento para muitas das suas “necessidades necessárias”¹.

É a partir de uma visão de totalidade que se pode entender que os homens, mesmo apresentando peculiaridades históricas, caracteristicamente terão na busca pela *sobrevivência* motivos suficientes e comuns a todos eles para o empenho de esforços físicos e intelectuais.

Historicamente, há uma atividade que em seu caráter mais amplo permite que o homem consiga manter a sua sobrevivência: o trabalho.

¹ Ditas também “necessidades naturais”, as “necessidades necessárias” são entendidas como “...aquelas destinadas a prover os elementos básicos de que os indivíduos precisam para a garantia de sua sobrevivência” (Heller apud Sales, 1999, p.140).

Ao ser entendido como o processo “[...] em que o homem, por sua própria ação media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1988, p.142), portanto reproduzindo a própria vida, o trabalho revela-se como a forma mais concreta de objetivação e subjetivação do trabalhador o qual, respectivamente, ao construir o mundo objetivo e transformar a natureza, também se constrói e transforma-se.

Tal transformação ocorre porque o homem a partir do trabalho torna real aquilo que foi previamente idealizado em objeto pertencente à sua realidade externa, possibilitando também a transformação de sua consciência, isto em virtude das novas habilidades desenvolvidas com a realização do trabalho.

Segundo Marx (1988, p.142) “[...] o trabalho é uma forma que pertence exclusivamente ao homem”, isto porque o mesmo dispõe de cognição e intencionalidade, que lhe permitem – ao contrário dos animais que trabalham por instinto, programados, sem consciência – interagir com o meio em que vive, podendo manter uma relação de domínio com a natureza, onde são realizadas transformações da forma da matéria, resultando em um objeto que poderá ser utilizado, de acordo com a necessidade e/ou vontade dispensada, tanto pela pessoa que o concebeu quanto por outras pessoas.

Ontologicamente, é a partir do trabalho que os homens se constroem como seres diferentes de outros existentes na natureza, pois não apenas produzem os bens necessários à sua sobrevivência, como ainda produzem, ao mesmo tempo, as novas necessidades e possibilidades, bem como habilidades e conhecimentos que possibilitarão à história da humanidade caminhar em direção à construção de sociedades cada vez mais complexas.

Porém, esta concepção não é homogênea. Pois, para autores como Arendt (1993) o ser humano não se realiza somente através do trabalho, mas a partir da linguagem, da oratória, do discurso, da política; o homem é o único ser capaz de argumentar, convencer. Para a autora, o ato de pensar é a mais alta e pura atividade que o homem é capaz.

Arendt (1993, p.15) destaca que o trabalho no contexto capitalista é atividade que “[...] produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural”, tendo a finalidade primeira de atender à sobrevivência do indivíduo, fazendo coexistir a condição do labor², onde o homem inicialmente é *homo faber* e depois torna-se *animals laborans*, ou seja deixa de ser o “homem que faz”, com sua “função utilitarista” para o mercado, para perder-se de si mesmo, e limitar-se às necessidades do seu corpo, tornando limitada a sua participação da *vida activa* (uma ação do homem sobre a natureza, permitindo a constante transformação), de exercer papel na esfera pública.

Ao remeter-se a algumas características do pensamento de Arendt, em específico a ação política, e às palavras de Thompson (1987, p. 17), onde se verifica que:

por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária

Considera-se que em tempos contemporâneos, “[...] face ao individualismo crescente e à heterogeneidade do social” (CATTANI, 1996, p.91), em os trabalhadores “misturam” o trabalho de suas mãos com as suas necessidades vitais (isto a partir da construção de uma nova identidade como trabalhador, mais competitivo, e do cultivo da cultura do consumo, sendo esta última, objeto das teorias e estudos de membros da Escola de Frankfurt, como Theodor W. Adorno), questiona-se si não é este um dos fatores fundantes, dentro de um conjunto de múltiplas determinações, para que os sindicatos, enquanto expressão da articulação da classe trabalhadora e dos valores do coletivo passem por uma recomposição quanto às suas ações? Devendo contribuir de fato para a conquista de espaços de autonomia?

² Corresponde segundo Arendt (1993) ao suprimento das necessidades vitais (sejam produzidas ou introduzidas) do corpo humano durante todo o processo da vida.

Apesar de não si constituir em objeto central deste estudo, sabe-se que desde os anos 80, particularmente, no Brasil, os sindicatos têm sido desmontados, diluindo assim, a sua finalidade primeira que é a de lutar por reformas que garantam a elevação da qualidade de vida não somente dos trabalhadores engajados, mas da maioria da população, em detrimento apenas de salários e outras vantagens específicas. Buarque (2003, p.36) destaca:

Os sindicatos de trabalhadores do setor moderno [...] perderam de vista a globalidade do problema social; concentraram a luta em reivindicações; perderam o sentimento da necessidade de reformas sociais. Lutam para não serem excluídos, e não para que todos sejam incluídos.

Tal desarticulação deve ser entendida enquanto repercussão das modificações conjunturais nos âmbitos político, econômico e social vivenciadas mundialmente, que para Bourdieu (1998) corresponde ao “mito da globalização”, que tem no bojo o caráter de ratificação e glorificação do “reino do mercado financeiro”, considerada, inexoravelmente, a arma principal das lutas contra as conquistas sociais.

Ao remeter-se aos fatores que desencadearam o processo de mudanças no âmbito mundial, Harvey (2006) aponta o esgotamento do fordismo e o surgimento de um novo paradigma produtivo, denominado produção flexível, que tem dentre outras características, a competitividade, favorecendo assim a desagregação da classe trabalhadora, permitindo até a “aristocratização” no interior desta.

Ao fenômeno da “globalização”, que traz consigo a retomada do liberalismo, agora com “nova roupagem”, Bourdieu (1998, p. 49-50) atribui que “[...] sob a mensagem muito chique e muito moderna estão às idéias mais arcaicas do patronato mais arcaico, cuja [...] função de instaurar uma restauração, uma volta ao capitalismo selvagem, mais racionalizado e cínico, onde a conseqüência é uma soma extraordinária de sofrimentos de todos os tipos [...] e que não atinge somente, mas também as pessoas que vivem na grande miséria”.

O autor destaca também que, os trabalhadores ao invés de si rivalizar deveriam tornar-se mais aguerridos e coibir mais esta, que historicamente, é uma “revolução conservadora”, a qual tem propiciado inclusive a *involução* do Estado, onde os investimentos educacionais estão em detrimento ao sistema prisional, isto devido a uma “[...] regressão ao Estado Penal, encarregado da repressão, sacrificando pouco a pouco as funções sociais [...] (BOURDIEU, 1998, p.46)

Segundo Laurell (2002) na contemporaneidade é possível identificar que o acesso aos bens sociais e de consumo estão condicionados à remuneração obtida, o que tem “alimentado” relevantes desigualdades agora, não somente entre trabalhadores e capitalistas, mas entre os próprios trabalhadores.

Concebe-se que este separatismo que tem ocorrido entre os trabalhadores, proporcionado pela lógica do capital, tenta minar incisivamente a defesa marxiana sobre a “unidade do proletariado”, buscando aumentar o que Buarque (2003, p.31) denomina de *gulag social*, ou seja, da formação de um grande *arquipélago de pobreza*, de forma que:

[...] a solidariedade entre todos os homens será abandonada, tornando legítimos os diques que isolam os pobres, formando o *gulag*. Protegidos pela camuflagem ética, alguns podem defender seus privilégios e sua liberdade, como antes faziam os gregos.

Diante de tal contexto, aponta-se na necessária re-organização trabalhista e até partidária da classe trabalhadora, sustentada por Laurell (2003, p.156), para defender direitos com alto grau de universalismo.

Ao retomar as idéias marxianas entende-se que a organização política dos trabalhadores era apontada como fundamental para a superação das limitações impostas pela lógica do capitalismo, isto inclusive quanto à sobrevivência.

Marx voltou-se a discutir o modo de produção que emergia (o capitalista) e que tinha como princípio primeiro causar a divisão social do trabalho, igualmente entendida no ideário marxiano como a forma de viabilizar a propriedade privada e a divisão de classes.

Divisão do trabalho e propriedade privada são termos idênticos: um diz em relação à exploração do trabalho escravo a mesma coisa que o outro diz em relação ao produto da exploração do trabalho escravo. A propriedade privada, como antítese da propriedade coletiva, não existe onde os instrumentos e as outras condições exteriores do trabalho pertencem aos particulares (MARX, 2004, p.95).

O ideário marxiano dificilmente é entendido ou comumente é confundido, inclusive em âmbito acadêmico, devido à falta de verticalização no estudo dos seus pressupostos. Sendo precípuo destacar que o mesmo é pautado no materialismo e que, por este dentre outros motivos, para alguns se apresenta como uma “superação” sobre intelectuais tão importantes como Hegel; ou como uma “fonte de reducionismos e de castração da subjetividade” como para os pensadores da Escola de Frankfurt.

No entanto, ainda que haja divergências teóricas, é a partir de Karl Marx, o qual discutiu o capitalismo industrial desde a sua gênese, que a discussão sobre o trabalho se expande, de forma a sustentar a observação hegeliana de que tal atividade é a mola que impulsionava o desenvolvimento humano, mas não si atendo à concepção idealista do “trabalho abstrato do espírito” sem expressão ou finalidade material e social.

O trabalho no contexto capitalista não pode ser entendido apenas como atividade vital que se desenvolve através de laços de cooperação existentes no processo de produção, visando atingir a realização do homem enquanto ser social, pois no seio desta sociedade de cunho capitalista que tem suas relações regidas pela lógica do capital, o homem e sua força de trabalho são coisificados, tornam-se mercadorias. Antunes (1997, p.124) destaca que:

O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído (...) Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não ‘primeira necessidade’ de realização humana.

Pode-se dizer que o trabalho, reificado, é “tomado” pelo mundo da *pseudoconcreticidade*, haja vista que se encontra distante da práxis social defendida por Karl Marx, e aproxima-se da “[...] práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente, as quais colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (KOSIK, 1989, p. 14).

Destaca-se então, a necessidade de entender que o contexto capitalista está interrelacionado com um mundo, que segundo Kosik (1989, p.15) “[...] é um claro-escuro de verdade e engano, cujo [...] elemento próprio é o duplo sentido, onde [...] o fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo, a esconde”.

O trabalho então, que para Karl Marx significa a própria essência do ser humano, acaba por ser despersonificado, ocultando o seu verdadeiro potencial.

Segundo pressupostos marxianos, o próprio movimento do mercado capitalista – que se pauta nas relações de produção, distribuição, troca e consumo – influencia diretamente nas relações sociais, dentre as quais, especificamente, as de trabalho que, no referido contexto, são essencialmente monetarizadas e contratuais.

O sistema capitalista que, caracteristicamente volta-se à acumulação de riquezas, utiliza-se do trabalho, segundo Cattani (1996, p.41) para “[...] explorar, alienar e desumanizar o trabalhador”, o qual passa a se degradar, a se negar, e não mais se realizar e se reconhecer, o que permite conceber que os indivíduos que compõem o contexto societal capitalista acabem por realizar, cotidianamente, a produção e reprodução de suas existências, desvinculadas do processo de humanização.

Diante do exposto, pode-se remeter a uma análise acerca da ambivalência do sentido do trabalho na vida dos trabalhadores, a qual possivelmente é resultado da própria construção histórica da categoria trabalho e sua utilidade social, pois em determinados períodos da história para alguns destes indivíduos, o trabalho pode significar realização, autonomia, socialização e melhoria das condições de vida,

enquanto que, para outros, revela-se como “embrutecimento”, submissão e isolamento.

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho tem muitos significados e, segundo Albornoz (2000, p.08), “[...] às vezes carregada de emoção, lembra, dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura”.

Portanto, mesmo que pareça compreensível que o trabalho é uma das formas elementares de ação dos homens, o seu significado oscila. Mills (1976, p.233) destaca que:

O trabalho pode ser visto como um mero ganha-pão, ou como a parte mais significativa da vida interior, pode ser encarado como uma expiação ou como uma expressão exuberante de si mesmo; como um dever inelutável ou como o desenvolvimento da natureza universal do homem. Nem o amor nem o ódio ao trabalho são inerentes ao homem, ou a qualquer tipo de ocupação. O trabalho não tem nenhum significado intrínseco.

De acordo com Albornoz (2000), o trabalho é concebido a partir do momento histórico vivenciado, de forma que nos primórdios do Cristianismo era entendido como penitência aos pecados; a partir de Calvino, passou a ser virtude, predestinação, onde alguns nasceram para o êxito e outros para a miséria; e com a Reforma Protestante, passou a ser vocação, uma forma de servir a Deus.

A palavra trabalho se origina do latim *tripalium* que Albornoz (2000, p.10) destaca ser “[...] um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda, munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los”, sendo que Kuyumjian (1999, p.10) destaca que tal “[...] instrumento passou a ser utilizado na tortura contra prisioneiros”.

Deste conteúdo semântico de sofrer a palavra trabalho, que por muito tempo significou padecimento, passou, conforme sinaliza Albornoz (2000, p.10), a significar “[...] esforçar-se, laborar e obrar”.

No dia-a-dia o significado de trabalho para o trabalhador será pautado nas suas experiências em relação a esta atividade, as quais poderão se revelar como enriquecedoras para o mesmo (o trabalhador) enquanto ser social, ou ainda, como a forma mais direta de aprisioná-lo a um mundo de objetos fetichizados, onde o importante é contribuir para que o homem perca-se de si mesmo e não reflita sobre suas reais condições de vida e de trabalho.

Na contemporaneidade, assim como em outros momentos históricos, a primeira motivação para um trabalhador em relação ao trabalho é a sobrevivência, o que implica, muitas vezes, deixar de se voltar para si mesmo e não realizar uma reflexão sobre a real importância desta atividade para sua vida, questionando si a mesma, corresponde a uma ação emancipatória ou não, se pode ser concebida como seu momento fundante enquanto ser social, se tem como fornecer melhorias em suas condições financeiras e de vida, ou ainda, se pode contribuir de forma direta com a sociedade, quer seja construindo objetos que terão utilidade social, ou ampliando o exercício da cidadania.

De acordo com Ocada (2004) os imigrantes japoneses vindos ao Brasil no início da década de 30 eram tidos como os melhores trabalhadores que se podia ter, pois os mesmos trabalhavam motivados por valores como o *gambarê*, que em resumo significa trabalhar ao máximo e resignadamente, suportando todas as adversidades. Contudo, os japoneses também entendiam que ao passo em que trabalhavam ao máximo, também deviam economizar ao máximo, inclusive evitando supérfluos, isto fundamentando a decisão de terem melhores condições de vida.

Atualmente, contrariando as leis econômicas, pode-se questionar a eficiência do ato de economizar como meio central para si ter melhores condições de vida.

Considera-se que alguns dos imigrantes japoneses, assim como italianos, dentre outros, devam ter alcançado conquistas, quanto aos bens e serviços que podiam ser oferecidos no contexto brasileiro na década de 30, através do trabalho e do ato de economizar, mas isto diz respeito a um momento histórico particular, pois o Brasil está iniciando o seu processo de industrialização. Mas, será que frente a atual conjuntura a filosofia *gambarê* seria suficiente para que as pessoas pudessem

acessar seus direitos e, conseqüentemente, exercer seus deveres enquanto cidadãos? Podendo assim, desfrutar de melhores condições de vida?

De acordo com Pochmann (2006), ao remeter-se aos dados dos últimos anos sobre o balanço econômico e social do Brasil, verifica-se que este, ao contrário dos países de economia avançada, mesmo após sua industrialização, ainda assim, si especializou em exportar bens primários com baixo valor agregado e reduzido do conteúdo tecnológico, permitindo entender que o modelo agro-exportador brasileiro coexiste com o aprofundamento do ciclo de financeirização da riqueza produzida no Brasil, isto através da “presença” de empresas e órgãos transnacionais, implicando na instabilidade econômica das classes sociais, de forma que:

Enquanto aumenta o pequeno contingente de famílias ricas financeiramente (...) cresce, na outra base da pirâmide social, o peso relativo das famílias pauperizadas, dependentes, muitas vezes, do trabalho informal (POCHMANN, 2006, p.24)

Ao considerar os apontamentos de Pochmann (2006) sobre a atual conjuntura brasileira, verifica-se que as famílias, em sua maioria, devido a instabilidade econômica do Brasil (o qual ora quer assumir uma postura de país capitalista autônomo, ora apresenta-se “frágil” e de condição periférica) não conseguem muitas vezes si utilizar da prática de economizar, isto porque o que é obtido de remuneração durante o mês (quer seja proveniente ou não, do trabalho formal) não supri suas necessidades. Sendo assim, muitas destas famílias realizam atividades, estratégias de sobrevivência para “incrementar a renda”.

Desta forma, percebe-se que no sistema capitalista, o trabalho assume um caráter contraditório, pois ainda que seja concebido como uma ação humana de cunho transformador, a referida atividade, muitas vezes, não é reconhecida pelo seu próprio agente, o homem, pois este – além de manter uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, a qual se expressa também na relação de trabalho – ainda é conduzido de acordo com o contexto em que se encontra inserido, a tornar-se mais do que mão-de-obra, força de trabalho. Ele deve ser também um consumidor que, através de suas ações de compra e venda, irá

contribuir ainda mais para manter a hegemonia do capitalismo e sua cultura de consumo, a qual implica em estilização, individualidade, mecanicismo e alienação.

É no exercício de seu papel enquanto consumidor que o trabalhador não se reconhece como autor de riquezas, isto é, bens materiais produzidos a partir de seu trabalho.

Neste sentido, exemplifica-se que os trabalhadores que produziram, no âmbito de uma fábrica, uma certa quantidade de televisores, ao se depararem com tais mercadorias no comércio, não as reconhecerão como produtos do seu trabalho, mas apenas como objetos que irão suprir necessidades humanas, inclusive as suas. Conforme Antunes (1998, p.126):

Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem. Torna-se estranho em relação ao gênero humano.

Tal fenômeno do estranhamento³ não se restringe aos trabalhadores que empregam ou não trabalho manual, produzem mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital, mas estende-se a toda classe trabalhadora, implicando nos trabalhadores cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público (no caso dos trabalhadores das instituições e/ou repartições públicas) ou para o capitalista, e que não se constituem diretamente como elemento produtivo, ou seja, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia como, por exemplo, os trabalhadores do setor informal.

A partir dos conceitos marxianos, considera-se que os trabalhadores em seus segmentos podem ser entendidos respectivamente como *produtivos* e *improdutivos*, sendo os primeiros, ainda em dias atuais (mesmo que em número reduzido), representados em seu núcleo pelo proletariado industrial, que se utiliza majoritariamente do trabalho manual de forma direta ou não, mas tendo como ponto

³ Segundo Antunes (1997) significa, enquanto expressão de uma relação social, abstração da natureza específica, pessoal do ser social, que atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizou-se.

comum a produção de mais-valia. Enquanto os outros, ou seja, os trabalhadores improdutivos correspondem a um grupo que abrange um leque de:

...assalariados inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc., não descartando, ainda, aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor (...) Se constituem em agentes não produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista, mas que vivenciam as mesmas premissas e se erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Eles pertencem àqueles falsos custos e despesas inúteis, os quais são, entretanto, absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema (Antunes, 2000, p.102).

Contemporaneamente, as transformações que vêm perpassando várias dimensões sociais parecem não ter repercutido o mínimo para suscitar melhorias de cunho estrutural, principalmente no que diz respeito à consolidação da justiça social como situação hegemônica para a vida humana e societária, pois a divisão de classes sociais continua patente, o que implica no antagonismo expresso pela subalternidade e a elitização que, respectivamente, ao longo do processo histórico, caracterizam a classe trabalhadora e a classe dominante.

Destaca-se que em dias atuais a classe trabalhadora não pode ser entendida somente através do proletariado industrial, pois ainda que continue exercendo um papel de centralidade no interior da “classe que vive do trabalho”, o mesmo passa a representar, diante das alterações vivenciadas no mundo do trabalho, apenas um segmento dentro de um conjunto que engloba todos aqueles trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, podendo os mesmos estarem inseridos nos mercados formal ou informal de trabalho, e corresponderem a empregados, subempregados e desempregados.

Ao remeter-se à organização capitalista, no que se refere às formas de produção e/ou atividades econômicas desenvolvidas pelos indivíduos, percebe-se a necessidade de buscar uma introdução ao entendimento acerca das categorias emprego, subemprego e desemprego, enquanto condições que caracterizam a situação do trabalhador na dinâmica do mercado de trabalho.

Neste aspecto, são vários os autores que se voltam à elucidação de tais categorias; porém, considerando as análises, aporta-se em definições traçadas por Cattani (1996), Singer (1998) e Pochmann (1999), os quais abordam o emprego, o subemprego e desemprego de forma não-unilateral, ou seja, como produtos exclusivos do movimento da economia, mas como fruto da própria dinâmica da sociedade com todas as suas esferas e rede de relações.

Segundo Cattani (1996, p.45), apesar da dificuldade em definir, por exemplo, a situação de um trabalhador como desempregado, deve-se considerar que o mesmo se encontra nesta condição quando está “[...] sem trabalho, disponível para exercê-lo e à procura de um emprego”.

Singer (1998, p.12) aponta que emprego implica “[...] assalariamento, [...] resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou capacidade de produzir do empregado”, e sinaliza que o trabalhador que não mantém esta relação de trabalho pode até ser considerado desempregado, mas seria precipitado concebê-lo como desocupado visto que, no atual contexto, o trabalhador pode “ganhar a vida” sem vender a sua força de trabalho ao capitalista, ou seja, realizando atividades que não implicam vínculos, como os contratos.

Quanto ao subemprego, Pochmann (1999, p.49) destaca que esta é uma das “[...] formas tradicionais de exclusão social, que não sendo adequadamente enfrentada, tende a consolidar sociedades claramente apartadas”, o que vem convergir com a concepção de Cattani (1996, p.48) sobre a perda da nitidez existente na diferença entre emprego e desemprego visto que, com a proliferação de novas formas de exercer uma ocupação e manter renda, consolida-se um “[...] setor que até recentemente, era considerado como apanágio das situações de subdesenvolvimento”.

Entretanto, o que dizer sobre o trabalho realizado pelas pessoas que se encontram em uma destas situações? Certamente, o sentido de tal atividade pode se apresentar semelhante ou não para os trabalhadores, o que dependerá de um conjunto de múltiplos determinantes, como as experiências de vida, aspectos cultural, econômico, social, etc. que cada trabalhador dispõe como referência.

Diante de tantas formulações acerca dos segmentos que compõem a classe trabalhadora, pode-se perguntar em que segmento encontram-se inseridos, então, os trabalhadores que realizam suas atividades laborais em espaços privados como, por exemplo, o empregado doméstico (concebido aqui como sujeito de uma ação concreta, podendo ser homem ou mulher, que desenvolve atividade remunerada em âmbito doméstico)? Será que este, apesar de não deter status no âmbito da sociedade, e não contribuir diretamente no processo produtivo, não pode ter sua atividade concebida como um trabalho? E o que dizer da situação dos trabalhadores eventuais, avulsos e autônomos que caracteristicamente se encontram inseridos indiretamente no sistema produtivo?

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, decretada em 1943 no Governo de Getúlio Vargas, existem tipificações especiais de emprego, o que ocorre quando as relações de trabalho do indivíduo são reguladas juridicamente por leis específicas, como no caso do empregado doméstico, que tem na Lei nº 5.859/72 a sua regulamentação, bem como a garantia dos seus direitos, os quais foram ampliados a partir da Lei nº 7.195/84 e da Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Artigo 7º.

Segundo Nascimento (1998, p.30), empregado doméstico é “[...] todo aquele que exerce serviços de natureza contínua, sem fins lucrativos relacionados à pessoa ou à família em âmbito residencial”. Porém, esse conceito não pode ser tido como preciso, pois seria determinista ao indicar que o empregado exerce sua função apenas em âmbito residencial, esquecendo-se daqueles que prestam serviços externos à residência, como é o caso do motorista particular, o qual também desenvolve ações contínuas.

Quanto ao fato do empregado doméstico exercer suas atividades sem fins lucrativos, justifica-se por destinar o seu labor para o desenvolvimento do lar onde trabalha, e não para uma atividade comercial ou industrial.

No que se refere, ainda, aos tipos de trabalhadores legislados pela Consolidação das Leis do Trabalho, destaca-se os eventuais, os avulsos e os autônomos, os quais apesar de não serem considerados “empregados especiais”

como o empregado doméstico, verificado anteriormente, também, por não deterem status, têm as suas atividades questionadas quanto à utilidade no processo produtivo.

Em análise, pode-se considerar que trabalhador eventual não possui vínculo empregatício, visto que sua atividade é ocasional, ou seja, seu trabalho não é exercido de modo permanente e não possui uma relação de continuidade, mas de ocasionalidade.

Nascimento (1998) aponta que podem ser considerados eventuais tanto aqueles indivíduos que trabalham esporadicamente, como aqueles que, mesmo prestando serviços diariamente, o fazem para diversos beneficiários, o que não caracteriza uma relação de continuidade. No que tange à Previdência Social, equipara-se o trabalhador eventual ao autônomo.

De acordo com a Portaria nº 3.017, de 07 de abril de 1971, considera-se trabalhador avulso aquele sem vínculo empregatício que, sindicalizado ou não, tem a concessão de direitos de natureza trabalhista executada por intermédio da respectiva entidade de classe. Nestes termos, deve-se sinalizar, ainda, segundo Nascimento (1998:34), que o “o avulso é segurado obrigatório da Previdência Social, tendo todos os benefícios, auxílio e serviços prestados pelas leis previdenciárias”.

Quanto ao trabalhador autônomo, este, conforme Campanhole (1980) corresponde ao trabalhador que desempenha sua atividade profissional remunerada por conta própria, sem possuir vínculo empregatício, ou seja, não é empregado. O trabalhador autônomo não é sujeito de contrato de trabalho. Nesta categoria inserem-se os profissionais liberais, que celebram contrato diretamente com a clientela.

Ora, salienta-se, então, a relevância do papel do empregado doméstico, dos trabalhadores eventuais, avulsos e autônomos, os quais – mesmo tendo a utilidade social do seu trabalho estilhaçado, pois não detêm status, ou seja, reconhecimento social frente o produto da atividade que realizam, e até mesmo de outros trabalhadores que se encontram engajados diretamente no circuito produtivo – não podem deixar de serem concebidos como trabalhadores, que têm na venda de suas

forças de trabalho o meio para manter suas sobrevivências, isto independente do espaço onde exerçam sua capacidade de produção e que, por estarem inseridos na dinâmica do contexto societal, também têm passado por enfrentamentos, como toda a classe trabalhadora, inclusive apresentando suas concepções acerca da importância do trabalho em suas vidas.

Mello (1986), em sua obra *Trabalho e Sobrevivência*, se dedica a analisar uma das categorias que compõem a “classe que vive do trabalho”, o empregado doméstico, a partir das reflexões de um grupo de mulheres/empregadas domésticas sobre o seu próprio trabalho, revelando que há uma diversidade de experiências que se ocultam sob a mesma noção de trabalho, a sobrevivência.

Neste aspecto, ressalta-se que Silva (2001) volta-se a um estudo sobre as condições de vida de outro tipo de trabalhador presente no contexto societal, o camelô, que corresponde à categoria dos trabalhadores autônomos. Tal análise ocorreu com camelôs que realizam suas atividades no Centro Comercial de Manaus.

O trabalho, mesmo estando relacionado ao reconhecimento social, não deve ser entendido apenas como uma fuga do espaço privado, mas como a busca pela socialização que, mesmo não ocorrendo através de relações diretas entre indivíduos, mas, por intermédio de mercadorias, “[...] confere um espaço na sociedade, permite o acesso ao mercado e, ainda, concilia a existência individual e a participação em um coletivo” (KUYUMJIAN, 1999, p.14).

Desta forma, deve-se conceber que o lugar onde é realizado o trabalho e a identidade que é forjada para o seu produto, segundo o seu reconhecimento social, constituem fatores que exercem influência na significância desta atividade para o trabalhador, mas não chega a determiná-la.

Diante de toda a análise realizada até o momento, será possível criar um conceito sobre o *sentido do trabalho* na objetivação da vida humana, principalmente na contemporaneidade onde o trabalhador acaba convertendo o seu trabalho, o qual deveria corresponder à forma essencial de objetivar-se e subjetivar-se em “[...] um simples meio para outro homem, um meio para a satisfação de seus fins privados,

de sua avidéz?” (ANTUNES, 1998, p.126). Acredita-se que não. E isto se deve à heterogeneidade que permeia a possibilidade de definir tal categoria para a vida dos trabalhadores, visto que cada um corresponde a um ser único, cujas experiências de vida e de trabalho se diferem.

Pode-se considerar que tais questionamentos não se esgotam aqui pois, certamente, quando se remete ao trabalho, que corresponde a uma categoria qualitativa do ser social e, ainda mais, ao seu sentido na vida do homem, gera-se polêmicas, tanto no âmbito teórico, quanto na vida do trabalhador.

Kuyumjian (1999), ao longo de sua abordagem, aponta caminhos para a reconquista do sentido do trabalho, ressaltando que este entendimento deverá ocorrer somente a partir de uma reflexão distante da dinâmica do mercado de trabalho e mediante uma redução do tempo de realização desta atividade – o trabalho, bem como recolocando a questão das necessidades humanas, suas definições sociais e o modo puramente individual da satisfação das mesmas.

A autora finaliza afirmando que o problema do sentido do trabalho é uma questão que não tem uma resposta geral, pois é multifacetada, assim como o próprio contexto em que se realiza, o contexto capitalista.

Ressalta-se, ainda, que Antunes (2000), em sua obra *Os Sentidos do Trabalho*, não tem a pretensão de conceituar aquele que deveria ser o centro de seu estudo, o próprio *sentido do trabalho*; porém, sinaliza através de sua explanação sobre o contexto societal e suas mutações, que é possível combinar o sentido da vida com o sentido do trabalho, isto através da emancipação, a qual pode ser entendida, também, como independência, onde o homem poderá ter a condição de fazer escolhas a partir de suas vivências, que implicarão diretamente em todas as dimensões de sua vida, inclusive na produtiva, ou seja, no trabalho e seu sentido.

O trabalhador deve buscar, através do reconhecimento da própria liberdade humana, a reflexão sobre suas reais condições de trabalho e vida para que a sua emancipação e/ou independência do trabalho não se confunda com a predominância de tempo livre, ou ociosidade, mas como uma nova forma de conceber essa

importante relação social, em sua integralidade, como o meio de realizar “[...] a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social” (Antunes, 1998, p.130).

...uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho (...) uma vida cheia de sentido somente poderá efetivar-se por meio da emancipação das barreiras existentes entre o tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, auto determinada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas possa se desenvolver uma nova sociabilidade (...) na qual liberdade e necessidade se realizem mutuamente (Mészáros apud Antunes, 2000, epígrafe).

Certamente, o trabalhador, ao fazer este resgate da consciência de si mesmo, terá mais possibilidades de entender que o trabalho é apenas uma das muitas dimensões que, diretamente, segundo formulações marxianas, irá corresponder ao ponto de partida da humanização do ser social.

1.2. Entendendo as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador

Com o advento do capitalismo, que marca o período da economia mercantil nos séculos XII a XV, o contexto societal passa a ser “orquestrado” pelos mecanismos multifacetados do próprio sistema econômico vigente.

O sistema capitalista, ao longo dos séculos que se sucedem, ganha vigor, tanto que em seu bojo ocorre a Revolução Industrial (hoje pode-se destacar, segundo Singer (1998), efeitos de uma 3ª Revolução Industrial devido aos avanços tecnológicos), fruto da fase primitiva do processo de acumulação do capital, e que corresponde à consolidação do referido sistema no contexto da Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, tendo sua expansão por outros países, e até mesmo por outros continentes, nos séculos XIX e XX.

Paradoxalmente, o capitalismo vem consubstanciar novas perspectivas de avanços e crescimentos, mas, também, tende a permitir a intensificação da desigualdade de condições, pois os meios de produção e o lucro se concentram no poder de uma minoria, enquanto que a grande massa populacional se encontra desprovida e precarizada de condições de vida.

O trabalho assalariado passa a ser uma das características da sociedade industrial, assim como, também, a intensificação da classe dos empregados e dos empregadores.

Como reflexo do processo capitalista, o grande quantitativo de trabalhadores expropriados de terras e de condições sociais não é “absorvido”, em sua totalidade, pelo mercado de trabalho, gerando o pauperismo⁴ e a conseqüente constituição do exército de reserva⁵, sendo que aqueles que conseguem se inserir no sistema produtivo encontram no ambiente de trabalho condições desumanas para exercer suas atividades laborais como, por exemplo, nas Casas de Trabalho (*Workhouses*) criadas em 1834, na Inglaterra, as quais, segundo Polanyi (1998), devem ser entendidas como um âmbito que apresenta condições vergonhosas para a realização do trabalho e propício para a exposição do trabalhador a exaustivas jornadas de atividades e exploração.

As dificuldades encontradas pelos trabalhadores ao longo dos séculos (particularmente a partir do período da industrialização, quando são também criadas as usinas e fábricas) tornam-se motivos preponderantes para a sua organização e reivindicação por melhorias de condições de trabalho, de forma a dar prosseguimento à produção de mercadorias e até mesmo à reprodução de suas vidas.

⁴ “Deterioração da qualidade de vida da classe operária decorrente, segundo Marx, da lei fundamental da sociedade capitalista: a produção de mais-valia” (Novo Dicionário de Economia, 1994)

⁵ “Reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército de reserva industrial” (Dicionário do Pensamento Marxista, 1988)

Neste sentido, de acordo com Polanyi (1998), em 1838 inicia-se na Inglaterra, berço da industrialização e, também das Casas de Trabalho e das Leis dos Pobres⁶, o Movimento Cartista, (prefigurou o Movimento do Círculo Fabiano, de tendência socialista), de cunho político-reivindicatório, em que os trabalhadores, através de uma carta denominada “Carta do Povo”, apresentada ao Parlamento, manifestam seis pontos principais (1- Sufrágio universal masculino; 2- Igualdade de direitos eleitorais, 3- Voto secreto; 4- Legislaturas anuais; 5- Abolição do Censo Eleitoral – baseado na propriedade; 6- Remuneração das funções parlamentares) de reivindicações, oriundas das péssimas condições de trabalho em que se encontravam. Este movimento, constituído por diversas correntes político-ideológicas como democratas, socialistas, etc. perdurou por cerca de dez anos, promovendo numerosas manifestações e denúncias sobre os males que o capitalismo causa aos trabalhadores e defendendo a jornada de 10 horas de trabalho e o direito a organização de classe e representação parlamentar.

É diante deste contexto histórico e dinâmico que se faz necessário entender como as contradições e intensas transformações (estas ocorridas, particularmente, nos séculos XVIII, XIX e XX, a exemplo do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da flexibilização) vêm repercutir nas várias dimensões da vida, dentre elas o mundo do trabalho e na vida do trabalhador (ver Figura 1).

Considerando que o sistema capitalista caracteristicamente se supera, mantendo-se hegemônico a partir das crises cíclicas experimentadas, bem como das respostas encontradas para o enfrentamento das mesmas, destaca-se de acordo com Arruda e Piletti (1996) que, ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), é evidenciada a ascensão dos Estados Unidos enquanto potência econômica mundial.

⁶ Segundo Polanyi (1998) pode ser entendido como um conjunto de leis, que se voltam essencialmente à manutenção da ordem social estabelecida, sem realmente priorizar condições dignas de vida aos trabalhadores, tendo assim, seu caráter relegado à caridade, filantropia.

Figura 1 – Transformações no mundo do trabalho e repercussões na vida do trabalhador



Fonte: Elaboração própria

Tal crescimento gerou interdependência entre a economia americana e os países atingidos ou não pelos efeitos deletérios da guerra, visto que os Estados Unidos passou de sua condição de devedor a credor, pois fez grandes empréstimos aos referidos países, principalmente aos europeus, que investiram na recuperação agrícola.

Em 1929, devido às retrações do mercado externo, os Estados Unidos vivenciaram a quebra na Bolsa de Nova Iorque, o que desencadeou uma crise industrial, financeira e agrícola que repercutiu no mundo ocidental, inclusive no Brasil. Essa crise, conhecida como a Grande Depressão, segundo os liberais, seria superada sem necessidade da intervenção do Estado, onde, por exemplo, o desemprego gerado, enquanto fenômeno natural do ciclo econômico, seria resolvido por si mesmo na medida em que ocorresse a flexibilidade de preços e salários nos mercados de bens e de trabalho. Nas palavras de Assis (2002, p. 49) verifica-se ainda sobre tal exemplo que:

Mesmo a questão moral suscitada pelo desemprego – e a miséria social a ele associada – não incomodava os conservadores, tranqüilizados pelo darwinismo social de Herbert Spencer, na virada do século, com sua ética da ‘sobrevivência’ do mais forte’ e a eliminação natural e justificada dos fracos.

Contudo viu-se, então, que os empresários e o governo republicano, que os representavam, não seriam capazes de debelar a crise. Conforme Arruda e Piletti (1996, p. 289) pode-se destacar que:

Desempregados e falidos em geral passaram a exigir reformas mais profundas. Era preciso abandonar o capitalismo liberal, limitando o poder dos capitalistas e aumentando a renda dos consumidores, através do dirigismo econômico e da intervenção do estado na economia de forma mais enérgica.

Diante deste contexto, que segundo Assis (2002, p.49) acentuou “[...] a carga de sofrimento humano e perdas materiais”, o presidente Roosevelt criou, em 1930, o Plano New Deal (Novo Acordo), o qual era considerado uma solução para a crise, pois foi firmado um pacto social entre o Estado, os capitalistas e os trabalhadores, visando restaurar a economia e combater o desemprego, representando ainda um estremecimento, no plano político, com a ortodoxia da economia liberal que prevalecia nos países industrializados.

Influenciado pelo ideário do economista Lord Keynes (o qual de acordo com Assis (2002, p.47) “em termos teóricos [...] representa apenas uma ligeira inflexão na linha de continuidade do pensamento neoclássico, introduzindo novos aspectos que não chegam a caracterizar uma ruptura epistemológica”), o Estado tinha que investir, tornando-se o gestor econômico e social, o *New Deal* tinha, sobretudo, a meta de organizar o mercado interno americano, tanto que acabou tornando-se uma contraproposta à auto-regulação sustentada pelo Liberalismo Clássico. Portanto, para recuperar o capitalismo, fez-se necessário que o mercado sofresse influências externas, ou seja, passasse a ser regulado pelo Estado, através de um conjunto de

ações tanto no âmbito dos ajustes fiscais e tributários quanto no social a partir das Políticas Sociais.

Segundo Pereira (1998) as idéias keynesianas destacavam que se a má distribuição econômica prevalecesse, ocorreria uma obstrução no processo produtivo, ou seja, a massa desprovida de condições materiais não iria poder consumir a produção, o que acarretaria novas crises econômicas. Daí a necessidade de assegurar o estado de pleno emprego à maioria da população, ou seja, proporcionar aos indivíduos a sua inserção no sistema econômico.

Ainda de acordo com a autora antes mencionada, paralelamente à implantação do *New Deal* nos Estados Unidos, a ascensão das idéias keynesianas e o surgimento do ideário hayekiano (o qual, mesmo não apresentando importância neste momento, ainda assim, sendo elaborado em âmbito acadêmico e se destinando a sobrepor-se às idéias keynesianas), a Inglaterra, que é concebida como pioneira nas Políticas Sociais, busca construir um sistema de proteção social, ou seja, respeitar a totalidade humana.

E, para tanto, William Henry Beveridge, economista inglês, (que segundo Pereira, (2002) foi um dos secretários de Beatrice e Sidney Webb, expoentes do Movimento Fabiano e destaques quanto às reformas iniciadas em 1905 nos estudos sobre a Assistência Pública), elabora um relatório sobre a organização de um sistema de segurança social britânico, no qual todos iriam quotizar, participar em caráter universal e usufruir da distribuição igualitária de renda a partir de uma reforma administrativa, devendo, assim, ser um sistema considerado unificado, generalizado, simples, uniforme e centralizado, de forma a assegurar, dentre outros direitos, o pleno emprego a todos os indivíduos.

Segundo Pereira (1998), o Relatório Beveridge, como ficou conhecido, preconizava a ajuda à família, a melhoria da saúde pública e a organização do emprego, tendo inspirado as reformas realizadas em outros países, principalmente aqueles que buscavam a reestruturação após a Segunda Guerra Mundial, a qual viabilizou a bipolarização do mundo em capitalistas (bloco representado pelos Estados Unidos) e socialistas (bloco representado pela ex-União Soviética).

A partir de 1945, no contexto do pós-guerra, os Estados Unidos, que visavam manter-se economicamente hegemônicos frente a outros países do mundo, principalmente os que assumiram um caráter socialista, começam a investir em países periféricos viabilizando a transnacionalização do mercado. Neste período, evidencia-se a intensificação dos princípios do capitalismo (orientação para o crescimento apoiando-se na exploração do trabalho e na produção, e ampliação dos meios tecnológicos e organizacionalmente dinâmicos) e, conseqüentemente, seus efeitos deletérios, que correspondem à questão social.

Diante disso, de acordo com Pereira (1998), tendo como fundamento as idéias keynesianas e o Relatório Beveridge, o Estado, enquanto implementador de políticas sociais, gere o Welfare State, ou Estado de Bem-Estar (1945-1973), que consiste em uma política de proteção social, “[...] entendida como uma grande inovação” (PEREIRA, 2002, p. 111) e criada para ampliar as idéias preconizadas por Lloyd George⁷ quanto à Assistência Pública, “amenizando” assim, os efeitos deletérios causados pelo capitalismo, onde o Estado deveria garantir mínimos de renda, alimentação, saúde, educação e pleno emprego a todo cidadão, não como caridade, mas como direito social.

O Estado de Bem-Estar caracterizou-se como regulador social⁸ por exercer, de maneira coercitiva, o controle das relações que se dão tanto no âmbito produtivo da fábrica quanto nos vários setores o contexto societal. Neste sentido surgem, como expressões do controle social exercido pelo Estado, as instituições, enquanto aparelhos repressivos e/ou ideológicos.

A política do Welfare State surge como mediadora entre a sociedade civil e os capitalistas, assumindo um caráter contraditório, enquanto conjunto de políticas sociais, que privilegiam os interesses dos detentores de capital, bem como incorporam as reivindicações dos trabalhadores.

⁷ Reformista inglês que anunciava em suas idéias a necessidade de ser criado um sistema de proteção social que não fosse previstas as contrapartidas por parte do beneficiário, nem testes de meio ou comprovações autoritárias de pobreza.

⁸ Conforme Yasbek (1999, p.93) o papel regulador do Estado pode ser entendido como a *“interferência do Estado nas relações sociais, seja para favorecer a acumulação capitalista, seja para prestar serviços sociais necessários ao atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores”*.

É diante deste contexto e no bojo do modo de organização e regulação, marcados pelos princípios gerenciais herdados do Taylorismo, o qual “[...] visa a racionalização da produção, a fim de possibilitar o aumento da produtividade no trabalho, evitando o desperdício de tempo, economizando mão-de-obra, suprimindo gastos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo” (CARMO, 1992, p.41), que vem configurar-se o modelo de desenvolvimento Fordista, que tem como fundador Henry Ford, industrial norte-americano, pioneiro da indústria automobilística, que revolucionou o século XX devido à produção em massa, com maior qualidade e menor custo possível, onde por meio “[...] da racionalização da produção através do controle dos tempos e movimentos, da linha de montagem e da divisão sócio-técnica do trabalho criou-se produtos padronizados, em seu material, mão-de-obra, maquinário e desenho” (IDEM).

A partir de 1945, apesar de ter como data inicial simbólica 1914, isto de acordo com Harvey (2006), o Fordismo, que tem como subsídios os princípios gerenciais de Taylor, a automação do setor produtivo e a regulação social exercida pelo Estado, se consolida como sistema de produção e gestão que tem em vista a produção e o consumo em massa.

O Fordismo caracteriza-se por conceber a separação entre concepção e execução, ou seja, o trabalhador que planeja não executa, o que contribui para a intensificação da divisão social do trabalho. Vale ressaltar que:

A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias (HARVEY, 2006, p.121).

A produção e o consumo em massa são gerados, respectivamente, pela linha automática (esteira rolante) de montagem, controle do tempo e dos movimentos e pelo salário pago aos operários. O trabalho repetitivo, monótono e parcelado também são características do Fordismo, no qual foi implantada a jornada de

trabalho de 8 (oito) horas. Nas palavras de Harvey (2006, p. 121) é possível ratificar que:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho [...], em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista

Concebe-se que com as transformações nas relações econômicas e o advento da produção em massa nas indústrias é que, estrategicamente, o sistema capitalista, através do pacto social envolvendo Estado, trabalhadores e capitalistas, estabelece o direito social, ou seja, as demandas dos trabalhadores passam a ser politicamente reconhecidas.

As relações de produção são transformadas devido à complexificação da divisão sócio-técnica do trabalho, o que faz com que o direito social represente, então, uma forma de minimizar as desigualdades de renda. Porém, este é também utilizado pelo capital como garantia do processo de industrialização, possibilitando ao trabalhador um mínimo possível para sua reprodução e, conseqüentemente, um máximo para a reprodução capitalista.

Os padrões de vida se elevaram [...], as tendências de crise forma contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 2006, p. 125)

O capitalismo experimenta, a partir de 1970, uma nova crise (influenciando o capitalismo periférico), a qual se interrelaciona com a crise do petróleo, o alto índice

de desemprego e a inflação, viabilizando o declínio do paradigma keynesiano, pautado em idéias reformistas de equidade e democracia, e do Welfare State.

Segundo Harvey (2006) em 1973 evidencia-se uma superacumulação de capital, devido ao déficit no consumo por parte da população, promovida dentre outros fatores, pela não efetividade do pleno emprego face às transformações no contexto e à desigualdade entre a produção e demanda, o que gera a ociosidade dos meios de produção, uma alta liquidez, inflação, aumento do exército de reserva, muito descontentamento, dentre outras situações, as quais podem ser entendidas como conseqüências oriundas do próprio sistema capitalista e suas contradições, que conduziram, inclusive, o Fordismo, enquanto forma de gerir desenvolvimento, a tornar-se enfraquecido frente à necessidade do sistema capitalista em superar a crise e sorguer-se.

O Estado agüentava a carga de um crescente descontentamento, que às vezes culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência [...], mas de modo humano e atencioso (HARVEY, 2006, p.133)

Neste sentido, o modelo Fordista que se subsidiou nos princípios gerenciais de Taylor, na intensificação dos princípios capitalistas e na regulação social exercida pelo Estado, proporcionando o aumento da produtividade e do lucro, inserindo um novo modo de pensar e de viver, e permitindo um crescimento econômico nos países avançados, diluía-se juntamente com o Estado de Bem-Estar, o qual foi acusado, pelos defensores do liberalismo clássico e contrários às idéias keynesianas, de desempregar os trabalhadores, ocasionando um déficit na economia.

Com o declínio das idéias keynesianas e do Welfare State, emergem as idéias de Hayek e Friedman, onde a desigualdade parece ser princípio natural à vida

em sociedade, fazendo-se inclusive necessária para estimular a competitividade e a necessidade de crescimento econômico, as quais vêm fundamentar o novo modo de organização industrial, o Toyotismo ou, ainda, o modelo de “acumulação flexível” como foi denominada por Harvey (2006), que vem superar o modelo Fordista o qual, segundo alguns teóricos, inibiu o avanço tecnológico e causou tensões por parte dos “excluídos do sistema produtivo”.

Destaca-se que o Fordismo deve ser entendido como o modelo de desenvolvimento que teve seu auge durante os “anos dourados” do capitalismo, mas que, devido à crise econômica, foi processualmente “superado” pela desregulação e flexibilidade do Toyotismo, no qual os mercados voltam-se para uma dinâmica na divisão social do trabalho (empresa “enxuta”), e o Estado atua minimamente no mercado.

Segundo Harvey (2006), o Toyotismo ou modelo de “acumulação flexível” representa a revolução técnica, a produção em menor escala, a oportunidade na variação dos produtos (sendo capaz de satisfazer as necessidades mais individualizadas do mercado), a polivalência do trabalhador (o qual tem que se submeter à flexibilização das funções a serem executadas), a flexibilização nas relações de trabalho (gerando a subcontratação, terceirização, etc.), o uso e criação de métodos e elementos constitutivos no modo de organização (sistema kanban – sistema de luzes que visa intensificar o ritmo do trabalho e da produção, controle de qualidade, etc) que agilizem e gerem lucratividade no processo produtivo, o qual não é marcado pelo trabalho monótono e parcelado do Fordismo, mas pela competitividade e qualificação do trabalhador.

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; [...] num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis [...], o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva (HARVEY, 2006, p. 151)

Ainda em relação ao Toyotismo, Harvey (2006) diz que este modelo caracteriza-se pelo domínio do conhecimento e do capital financeiro, viabilizando o surgimento de setores de produção inteiramente novos, bem como novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros e mercados, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, criando um vasto movimento nas relações de emprego no chamado “setor de serviços”, através da desregulamentação.

A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo fazia (HARVEY, 2002, p. 155)

Destaca-se que, diante da transição do modelo de desenvolvimento Fordista para o Toyotista, surge a possibilidade da tomada das idéias de Hayek e Friedman, bem como a instalação de uma nova forma de organização produtiva e social pautada em alguns princípios do liberalismo (defendidos pelos referidos teóricos), como a liberdade individual e a competitividade, as quais permitiriam a cada indivíduo ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento, o que de certa forma fragmentaria a classe trabalhadora, suas formas de organização e seus modelos de reprodução social, fortalecendo o sistema capitalista.

Considera-se, então, a partir de tais formulações, que o mesmo argumento utilizado pelos liberais contra o “direito de viver”⁹ instituído, segundo Polanyi (1998), na Inglaterra da Era Elisabetana (século XVIII) e que em poucos anos, após sua criação, tornou-se entrave para o capitalismo.

De acordo com Laurell (2002) foi o que fundamentou as idéias de Friedman e Hayek, pois os mesmos entendiam que as idéias keynesianas, que embasavam o

⁹ Segundo Polanyi (1998) a Inglaterra ao longo das transformações ocorridas durante a transição do sistema feudal para o capitalista buscou criar leis de assistência, sendo que as mesmas se voltavam essencialmente à manutenção da ordem social estabelecida, sem realmente priorizar condições dignas de vida aos indivíduos. Destaca-se que a Speenhamland (1795) foi um conjunto destas leis, que de caráter universal tinha dentre seus objetivos impedir a formação do exército de reserva. Para tanto considerava que todos os indivíduos deveriam receber abonos que seriam proporcionais à tabela correspondente ao preço do pão, ficando assegurado o “direito de viver”.

Welfare State, “privilegiavam” os indivíduos quanto ao seu comodismo, prejudicando a economia, visto que o Estado “sufocava” a sociedade com seu excesso de zelo e burocracia. A autora destaca ainda que:

Os neoliberais sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta nos contribuintes, mas, sobretudo, porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar [...] imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal [...] é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 2002, p. 162)

O ideário de Hayek e Friedman, apesar de reportar-se a algumas características do Liberalismo Clássico, ainda assim superou-se, transformando-se em uma teoria – o neoliberalismo – o qual foi aplicado como base fundamentadora das relações sociais que perpassam o mercado e a sociedade contemporânea, onde o Estado se mantém afastado de suas atribuições enquanto gestor de políticas públicas, deixando para a sociedade civil, enquanto maior interessada, a busca de soluções a respeito dos problemas sociais que se apresentam e que devem ser enfrentados. Para tanto, discursa estrategicamente em torno da solidariedade social.

De acordo com Laurell (2002, p. 163-166) “[...] o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais [...] promove com suas políticas uma acelerada redistribuição regressiva da riqueza”.

Concebe-se, então, que além de ter ultrapassado as fronteiras da academia (onde foi elaborado) e permear o contexto societal, o neoliberalismo ainda adentra o âmbito político e faz com que o Estado passe a interferir minimamente na economia, a qual torna-se desregulada, “contribuindo” para a liberdade individual dos cidadãos, os quais passam a ser recompensados não por suas escolhas, mas por sua capacidade de produzir.

Não obstante, e somada ao ideário produzido pelo que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, comandado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário

Internacional, o neoliberalismo alcança outros territórios, sociedades, estruturas sócio-políticas, econômicas e institucionais, conseguindo se mundializar e, assim, como todas as outras facetas criadas pelo capitalismo, voltar-se para a reprodução máxima do capital e mínima da força de trabalho, influenciando direta ou indiretamente a vida do trabalhador.

Deve-se considerar que o neoliberalismo apesar de suas premissas gerais, sofre inflexões culturais, políticas, econômicas e sociais do contexto em que se “instala”. Laurell (2002) aponta que os países latino-americanos, como no caso do Chile, México, dentre outros, mesmo tentando vivenciar a “americanização” das políticas sociais, ainda assim em tese têm seus processos com conteúdos e significados diferentes. Isto, pois cada país tem suas peculiaridades históricas, sua dinâmica.

Assim, entende-se a partir de uma visão de totalidade que todas as esferas da vida humana (individual, societal, produtiva, reprodutiva, etc.) se interrelacionam, destacando-se que as metamorfoses ocorridas historicamente no mundo do trabalho como, por exemplo, a emergência dos modelos de desenvolvimento sócio-econômico e político (Taylorismo, Fordismo – Welfare State, Toyotismo – reestruturação produtiva, neoliberalismo, flexibilização) repercutem na vida do trabalhador gerando diversos acontecimentos, cuja a intensidade de suas influências dependerá de uma diversidade de fatores, como a organização sócio-política do contexto em que os trabalhadores se encontram inseridos, implicando no próprio momento histórico (com seus avanços, retrocessos, possibilidades e contradições) e/ou relação espaço e tempo vivenciada pelos mesmos, bem como a própria condição humana, social, cultural, política e econômica que legitima a realidade dos mesmos.

CAPÍTULO II

A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA NO CONTEXTO BRASILEIRO

[...] o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção de mais-valia, portanto a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista (MARX, 1988)

Discutir as relações de trabalho no contexto brasileiro é remeter-se a uma “teia” constituída de muitos elementos: instabilidade da economia, desemprego, desassalariamento, mercado informal de trabalho e, sobretudo, condições de vida do trabalhador e sua família.

Contudo, não há como deixar à margem da referida discussão a própria constituição do mercado de trabalho no Brasil (ainda que a partir de um recorte, dando ênfase ao que ocorreu depois dos anos 30), o qual reúne aspectos históricos e que tem em seu bojo exploração, resignação, movimentos sociais, dentre outros, permitindo inclusive entender a atual conjuntura.

É buscando discorrer sobre estas questões que se apresenta o Capítulo II deste estudo, onde é empreendida uma exposição sobre as mudanças no mercado de trabalho no Brasil e a formação do mercado de trabalho, em particular, na cidade de Manaus, a qual desde o final dos anos 60, sedia o Pólo Industrial do Estado do Amazonas.

2.1. (Re) estruturação do mercado de trabalho no Brasil: um impulso para a informalidade

O Brasil, assim como tantos outros países periféricos que mantêm relação de dependência com países centrais do circuito capitalista devido à escassez de investimentos em pesquisas e, conseqüentemente, à falta de produção de tecnologia e às vultosas dívidas externas, dispondo apenas da oferta de mão-de-obra e matéria-prima, também sofreu reflexos da crise mundial ocorrida em 1929 em seu contexto, principalmente por sua economia caracterizar-se como agrária e monocultora.

Segundo Arruda e Piletti (1996), em 1930, ainda buscando recuperar-se dos prejuízos da crise mundial e passando pelo processo de industrialização sob a substituição do modelo de importação, o Brasil tem, em seu contexto, questões de caráter social e político emergenciais que se tornaram elementos de um movimento iniciado pela oligarquia brasileira, o que resultou no Governo Provisório instituído no mesmo ano e liderado por Getúlio Vargas o qual, no largo período de 15 anos (1930-1945) de gestão, busca incentivar a industrialização no país e erigir um complexo sistema de regulação dos conflitos sociais marcado pela colaboração entre as classes sociais.

Diante de tal contexto ratifica-se através das palavras de Theodoro (20004, p.99) o que ocorria:

Os anos 1930 marcarão também o início da efetiva e regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil. O Estado vai promover uma série de medidas cujo o objetivo final era forjar uma força de trabalho que pudesse servir à indústria, então no processo de consolidação.

Contudo, o interesse do governo pelo desenvolvimento social, de acordo com Ianni (1989), pode ser entendido como uma evidência na busca pela superação da questão social gerada pela dinâmica contraditória do capitalismo.

Ainda, segundo Ianni (1989, p.146):

aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade (...) e ao longo das décadas de 20 e 30 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia; e começar a ser tratada como um problema político.

Conforme Arruda e Piletti (1996), apesar de criar os Ministérios do Trabalho, Educação, Indústria e Comércio com brevidade, Getúlio Vargas sofreu pressão por parte dos fazendeiros para que logo fosse promulgada uma nova Constituição, o que ocorreu somente em 1934.

Ressalta-se, ainda, que no cenário brasileiro, com a Constituição de 1934, são instituídas a Justiça do Trabalho, jornada de 8 (oito) horas, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, o salário mínimo e o repouso semanal obrigatório, os quais são conquistas dos trabalhadores e que funcionariam, ambigualmente, como “freio” para as suas lutas, pois o governo, mesmo fazendo tais concessões, tornou o sindicato – a mais significativa das formas de organização dos trabalhadores – atrelado ao Estado para evitar a realização de greves e a luta de classes. Os sindicatos perdem sua autonomia e ficam “presos” a uma série de normas.

Arruda e Piletti (1996) destacam que o Governo Getúlio Vargas, a exemplo do que estava acontecendo no contexto europeu e nos Estados Unidos, passa a regular a acumulação capitalista e intervir nas relações capital e trabalho, porém de forma diferenciada de outros Estados capitalistas, visto que o Brasil não possuía bases industriais consolidadas.

Segundo Santos (1979), foi nesta época de mudanças que se consumou a regulamentação social no contexto brasileiro, expressada na Previdência Social, que desde seu início é tripartite e mantida pelo Estado, empresários e trabalhadores.

O Estado, conforme Santos (1979), passa a ser elemento responsável por regular a profissão do trabalhador, reconhecendo-o como cidadão somente a partir de sua inserção no processo produtivo, isto como empregado e/ou trabalhador do

mercado formal, o qual poderia ser assistido pelo sistema de proteção social, no que diz respeito à área trabalhista e, também, às leis previdenciárias. Tal contexto está intimamente relacionado com a criação e expansão das CAP's (Caixas de Aposentadoria e Pensões), as quais nascem a partir da Lei Elói Chaves, em 1923.

Destaca-se que a Lei Elói Chaves surge da necessidade de regulamentar a previdência social e, bem como afirma Pereira (2002, p.128), ser escopo de uma “[...] legislação esparsa, de efeito mais retórico do que prático, voltada para a regulação e a provisão de contingências ligadas ao trabalho.

Desta forma, a concepção de cidadania disseminada no Brasil, na década de 1930, possibilita à engenharia institucional consolidar o capitalismo, haja vista que suas “[...] raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1979, p.75). Tem-se caracterizada, então, uma forma de regulamentar a própria cidadania dos indivíduos, onde são considerados cidadãos todos “[...] aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (IDEM).

Remetendo-se, ainda, a Santos (1979), pode-se salientar que, no contexto brasileiro dos anos 30, o trabalhador que se encontrava exercendo uma atividade ocupacional desconhecida à lei, não tinha sua situação trabalhista respaldada juridicamente e, conseqüentemente, não tinha como usufruir dos direitos trabalhistas, bem como não podia pertencer ao sindicato, direitos estes assegurados a todos aqueles que se encontram inseridos no sistema produtivo, que têm suas profissões regulamentadas pelo Ministério do Trabalho e evidenciadas pela Carteira de Trabalho. Seria, ainda, concebido como um candidato a cidadão ou pré-cidadão.

Contemporaneamente, para tratar das questões relacionadas ao trabalho e entender a atual situação de milhões de trabalhadores que vivem no contexto brasileiro deve-se considerar a concepção de cidadania (sem pretensões de aprofundamento, visto que tal categoria não se constitui como objetivo específico deste estudo) construída no mesmo cenário. Tal reflexão se pauta em alguns fatos

importantes ocorridos na sociedade brasileira desde os anos 30 aos 90, que corresponde ao período da suposta criação da Política de Proteção Social no Brasil, a qual se encontra distante do Welfare State americano e europeu, principalmente, por não ter implementado o pleno emprego como uma das bases de suas reformas e se desenvolver de forma lenta, débil e tardia.

Segundo Silva (1999, p.63) dentre os fatos importantes para a massa trabalhadora no contexto brasileiro, particularmente desde a década de 30 a 90, pode-se destacar:

o seguro contra a invalidez e acidentes do trabalho (1937); a instituição do salário mínimo (1940); a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943); a criação da Lei Orgânica da Previdência (1960); criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (1967); Estatuto do Trabalhador Rural (1973); criação do Ministério a Previdência e Assistência Social (1974); criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (1975); Sucessão de decretos sobre Reajustes Salariais (1980); criação do Seguro-desemprego (1986); promulgação da nova Constituição (1988); criação da Lei Orgânica da Seguridade Social, Custeio e Benefícios; e a criação da lei Orgânica da Assistência Social (1993)".

Assim, partindo do pressuposto de que, historicamente, a cidadania está relacionada ao trabalho como direito social e o mercado de trabalho regulamentado apresenta dificuldades em "absorver" os trabalhadores, questiona-se, como estes poderão usufruir de todos os seus direitos como cidadãos?

Em análise, concebe-se que, no Brasil, a maioria das pessoas não usufruem, muitas vezes, de nenhum dos seus direitos, o que caracteriza que a cidadania brasileira não é ampliada e universalizada, visto que a maioria dos trabalhadores não está inserida no mercado de trabalho formal e, às vezes, em nenhum segmento do mercado de trabalho, tornando-se um "sobrante"¹⁰, não participando da vida sindical organizada e dos benefícios do suposto sistema de proteção social que regulamenta as relações entre capital e trabalho.

¹⁰ Segundo Castel (1998) os "sobrantes" são aquelas pessoas "normais" que foram tornadas inúteis, desestabilizadas, instaladas numa situação de precariedade geral caracterizada por déficit de lugar no mundo do trabalho

O Brasil, ainda que tenha atualmente sua economia posicionada dentre as dez primeiras economias mundiais¹¹ na escala dos países capitalistas (tendo ocupado há anos atrás a oitava colocação) apresenta, contraditoriamente, um dos maiores déficits na distribuição de renda, devido à retenção de riquezas por parte de uma parcela da população, a classe dominante.

Castel (1998), mesmo reconhecendo sua limitação no que se refere à real situação vivenciada no contexto brasileiro, destaca que as transformações ocorridas nas várias dimensões da vida societária, a nível mundial, permitem uma análise sobre os problemas que perpassam a realidade atual, quer seja na Europa ou na América Latina, pois ainda que estes contextos apresentem suas particularidades quanto ao seu desenvolvimento, devem ser considerados todos como capitalistas e conhecedores das facetas deste sistema econômico.

Em relação à degradação dos sistemas de proteção social e à tomada da concepção dos mínimos sociais, Castel (1998) salienta, ainda, que os mesmos são alguns dos muitos reflexos perversos da faceta neoliberal que o capitalismo fomenta nos países onde o mesmo é vigente e hegemônico, regendo as relações sociais, o que faz perceber, então, que tanto os países da Europa Ocidental quanto os da América Latina, particularmente o Brasil, vivenciam as tendências criadas pelo sistema capitalista, que assume a cada dia o seu caráter financeiro e dissemina a realização do empreendedorismo, como concepção de emancipação ou autonomia dos indivíduos em suas relações de trabalho e de vida.

Considera-se que cada contexto social apresenta peculiaridades quanto à forma de lidar com as tendências criadas pela economia de mercado e regidas pela lógica do capital.

Quanto aos efeitos deletérios causados pelo capitalismo, segundo a proposta sustentada por Castel (1998), os mesmos têm se metamorfoseado e tais transformações têm originado a atual situação vivenciada por inúmeros trabalhadores de vários países, dentre eles o Brasil.

¹¹ Vide Magnoli e Araújo (1996)

A questão social, de acordo com Castel (1998), se apresentava, na primeira metade do século XIX, sob a forma do pauperismo, sendo que em dias atuais se expressa através do processo de precarização da massa trabalhadora, que no século XIX correspondia ao proletariado industrial.

Concebe-se que a “nova questão social” sinalizada por Castel (1998) é fruto da desmontagem dos sistemas de proteção e garantias que eram vinculados ao emprego e à desestabilização das relações de trabalho que repercutem para além do mundo do trabalho, influenciando inclusive o mundo da vida do trabalhador e outros setores da vida social.

A sociedade capitalista que há duas décadas atrás supostamente podia usufruir de uma “[...] estrutura que vinculava proteções fortes ao trabalho, assegurando uma estabilidade ao conjunto societário” (CASTEL,1998, p.166), hoje enfrenta dificuldades em se manter assalariada.

O trabalho que nos séculos anteriores à Revolução Industrial era visto como uma ação desmoralizante aos abastados, principalmente por ser realizado por subalternos, como escravos, servos e camponeses, atualmente é concebido criticamente como uma espécie de “[...] cimento social, fator básico de socialização, a atividade principal e elemento definidor, embora não exclusivo de boa parte do sentido da vida dos indivíduos” (CATTANI, 1996, p.40).

Em análise, percebe-se então que em dias atuais as pessoas necessitam realizar o trabalho para se sentir dignificado frente às demais pessoas, bem como manter sua sobrevivência através da remuneração obtida a partir de seu trabalho, o que, muitas vezes, tem se tornado o objetivo principal de sua busca pela inserção no sistema produtivo, independentemente das condições de trabalho que este âmbito poderá oferecer, deixando à margem a finalidade primeira de tal atividade, isto é, a realização do homem enquanto ser social.

É sustentando a concepção de que o homem somente poderá alcançar a ascensão social através do trabalho, que o sistema capitalista, através de seus mecanismos, contribui para a construção do que se pode chamar de “homem

alienado”, o qual, visando obter o mínimo de bens materiais para a reprodução de sua existência e se manter inserido no sistema produtivo, acaba por não se remeter a reflexões sobre suas condições de trabalho e até mesmo de sobrevivência, chegando a se submeter ao isolamento, visto que se priva algumas vezes da convivência familiar para exercer atividades laborais que demandam esforços físicos de caráter exaustivo, que se tornam, inclusive, degradantes diante do grau de precarização, sendo que a realização de tais atividades expressam uma necessidade de manter a sua sobrevivência e a de seus familiares.

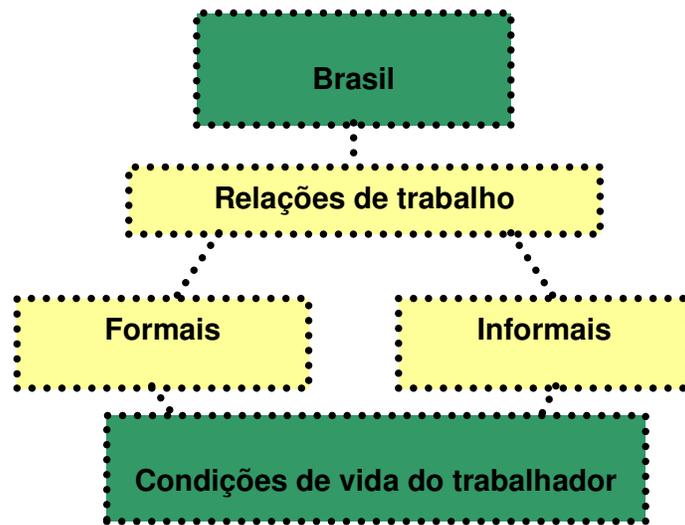
Considera-se que estas premissas são válidas, tanto para os trabalhadores que estão inseridos diretamente no sistema produtivo, quanto para aqueles que estão participando de forma indireta (no caso dos trabalhadores do mercado informal), pois, atualmente, ambos os segmentos (trabalhadores formais e informais) encontram-se precarizados.

Neste aspecto, considera-se que muitos trabalhadores se encontram distantes da real essência do trabalho, quer seja pela falta de qualificação, pela polivalência exigida (a qual, segundo o modelo de “empresa enxuta”, é hoje uma dentre outras características que o trabalhador deve ter para competir por uma vaga no circuito das relações formais de trabalho) ou, ainda, pela própria “desestabilização dos estáveis” que, segundo Castel (1998) nada mais é do que a flexibilização das relações de trabalho que repercute diretamente na vida do trabalhador, pois este passa a conviver com um conjunto de transformações tecnológicas e organizacionais que influenciam tanto no conteúdo e definição do trabalho, quanto no sistema de proteção e garantias a que o mesmo tem direito.

Diante de tal contexto, ressalta-se que em alguns casos tantas transformações e exigências podem ser motivos de angústia ou estímulo à realização de outras atividades ocupacionais que possam complementar a renda (Figura 2 apresenta tal dinâmica dos trabalhadores no contexto brasileiro), as chamadas estratégias de sobrevivência, as quais são heterogêneas quanto às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e à forma de organização (podendo ser individual, grupal, etc.), porém homogêneas quanto ao seu sentido, que corresponde à própria sobrevivência.

As estratégias de sobrevivência podem ser definidas como arranjos grupais ou organizacionais – dentro ou fora do âmbito da família – que visam maximizar a renda e o consumo e assim assegurar a manutenção da família (Motta apud Haguette, 1982, p.19)

Figura 2 – Dinâmica da relação de trabalho no contexto brasileiro



Fonte: Elaboração própria

Ressalta-se que uma análise sobre os dias atuais vividos pelos trabalhadores no contexto brasileiro remonta momentos importantes do próprio processo histórico, onde a promulgação da Constituição de 1988, dita cidadã, além de configurar um pacto social, permitiu formar um arcabouço para implantar políticas sociais compatíveis com as exigências de justiça social, equidade e universalidade, criando-se um sistema de proteção social brasileiro o qual, ainda que se pautando nas premissas contidas no Relatório Beveridge, passa a se distanciar cada dia mais do Welfare State americano, principalmente no processo neoliberal que permeia o contexto brasileiro desde 1989 e que se consolidou no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Contudo, ainda que não se possa apontá-lo como o principal responsável pelo quadro de extrema injustiça social (fruto de um processo histórico-político)

vivenciado cotidianamente pela maioria da população, principalmente pelos trabalhadores, o Governo Fernando Henrique Cardoso não pode ser entendido de forma ingênua, mas ao contrário, segundo Netto (1999, p.75) deve ser concebido como “[...] um desastre para a massa trabalhadora”.

No Governo FHC, percebe-se que o modelo democrático de regulamentação dos direitos sociais na dinâmica capitalista, instituído pela Constituição de 1988, apresenta dificuldades em sua implantação, principalmente no campo das políticas públicas, dentre as quais destacam-se aquelas voltadas para a área do trabalho, devido a flexibilização, a seletividade, a focalização e a privatização, que são elementos “essenciais” de mundialização do capital e estão expressos na ideologia neoliberal, a qual permeia o atual contexto brasileiro e suas relações, inclusive as trabalhistas. Sob esta ótica, o pensamento aqui exposto converge com Pereira (2002, p.167) quando da sua fala verifica-se que:

[...] FHC deu mostras de que tinha abraçado (embora negasse) o ideário neoliberal no que este tinha de mais ortodoxo ou fundamentalista, elegendo como principais alvos de governo a redução da participação do Estado nas atividades econômicas e a desregulamentação do mercado

Analisa-se que os trabalhadores vivenciam a operação eficiente do referido Governo contra a Constituição de 1988 e outras conquistas alcançadas, pois as bases de sustentação econômico-financeiras foram minimizadas em prol da implantação do projeto político do “grande capital”. Para Pereira (2002, p.173):

A obsessiva preocupação governamental com a contenção do déficit público e com o desequilíbrio orçamentário, no bojo de sua conturbada política de ajuste fiscal, deteriorou qualitativa e quantitativamente o sistema de proteção social a duras penas construído no Brasil, desde os anos 30.

Tal ação teve como alvo de ataque os direitos sociais os quais, postos como financeiramente insustentáveis, foram ou tentaram ser desmontados em todos os países que se renderam ao ideário neoliberal, o que no contexto brasileiro não foi diferente, pois o Governo FHC defende que a governabilidade do país depende da flexibilização de suas relações econômicas, políticas, etc., o que implica que o

Estado tem “priorizado”, por exemplo, as Políticas de Emprego e Geração de Renda; porém, de acordo com a lógica do capital internacional privatista.

Com relação ao emprego, o mercado de trabalho tem vivenciado a flexibilização das relações trabalhistas impostas pelo grande capital, o que tem provocado a redução do trabalho vivo na produção e o crescimento da terceirização, ampliando o trabalho temporário e gerando a desestruturação de organizações civis e sindicatos. Diante de tal contexto lembra-se Tavares (2004) quando faz-se a reflexão sobre a situação dos trabalhadores de hoje, contratados temporários, em relação aos do século XIX.

Destaca-se que tal lembrança não é anacrônica ao passo em que se verifica que ambos os trabalhadores (apesar de momentos históricos diferentes) tem suas realidades aproximadas pela realização de atividades específicas e precárias, não usufruindo “[...] nem de seguros sociais, nem licenças pagas, nem indenização por demissão, nem formação. A flexibilização converte a remuneração do trabalho numa relação comercial entre empresa e o prestador de serviço” (TAVARES, 2004, p.39).

Segundo Laranjeira (1999), a flexibilização do trabalho atualmente não é um fenômeno que tem ocorrido apenas nos países periféricos, mas também manifesta-se nos países centrais, de forma que alguns autores têm utilizado a expressão “brasilianização do Primeiro Mundo” para se referir à tendência de crescimento das desigualdades salariais e à conseqüente precarização e degradação das condições de trabalho e das condições de vida emergentes nos países do chamado Primeiro Mundo.

Com a mundialização do capital e as alterações no mundo do trabalho, a flexibilização das relações trabalhistas, segundo os neoliberais, surge como um mecanismo de superação da rigidez existente quanto à definição de salários, exercício de tarefas e contratos de trabalho o que, supostamente, dificultava o crescimento econômico e viabilizava o desemprego. Contudo, concorda-se com Theodoro (2004, p. 26) quando este afirma que:

[...] o mercado mundializado, sem amarras institucionais e/ou legais, apresenta-se como o cenário do jogo econômico, privilegiando a lógica da eficiência, do individualismo, em detrimento do discurso da cidadania e da regulação estatal da proteção social. É o idioma melhor compreendido nos meios econômicos e empresariais.

Pochmann (2001), ao remeter-se a uma análise sobre precarização, verifica que o Brasil, desde os anos 90, possui um modelo econômico que se diferencia profundamente daquele que vigorava entre as décadas de 1930 a 1970, de forma a permitir a alteração do perfil ocupacional, bem como do próprio trabalhador.

Ainda segundo este autor, o padrão de intervenção estatal perdeu grande parte de sua funcionalidade. Em nome da competitividade, segmentos do setor público desapareceram, outros foram privatizados, concedidos, terceirizados e reformulados.

Constata-se, então, que o atual modelo econômico representa “[...] a experiência mais exitosa de interrupção do projeto de desenvolvimento após 1930” (POCHMANN, 2001, p. 23-24).

Conforme Pochmann (2001, p. 30), o modelo econômico vigente atingiu toda a massa trabalhadora, quer sejam os trabalhadores do setor público, os quais “[...] foram transformados na principal variável de ajuste do Estado no Brasil desde os anos 90”, através da reformulação e/ou criação de algumas profissões (ex: a superação dos auxiliares de escritório e contabilidade pelos agentes administrativos e gerentes financeiros e comerciais) e do próprio processo de desestatização das instituições públicas; ou ainda, aqueles trabalhadores que apesar de não estarem inseridos no mercado formal de trabalho, realizam cotidianamente atividades ocupacionais, que assumem um caráter estratégico de sobrevivência.

Percebe-se que o sistema capitalista, através de sua faceta neoliberal, tem implementado no contexto brasileiro, assim como em outros países, a necessidade

de realizar o “enxugamento”, ou redução de custos nas organizações, bem como a criação de novos programas de gestão de mão-de-obra.

Considera-se que a terceirização, a subcontratação e a rotatividade são estratégias criadas com o papel ambíguo de permitir que o trabalhador continue inserido no sistema produtivo, porém tão precarizado quanto qualquer indivíduo que faça parte, segundo Antunes (2000), da “classe que vive do trabalho”.

Valle (2000) revela através de um estudo realizado junto às empresas do Distrito Industrial na capital do Estado do Amazonas, Manaus, que a terceirização nas referidas empresas encontra-se generalizada, desde atividades como segurança patrimonial, restaurante, manutenção industrial até (de forma ainda tímida) a abranger algumas etapas do processo produtivo.

Ao serem verificados dados junto à SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), dos 42.274 trabalhadores que se encontram no chão da fábrica, 3.080 são temporários e 2.076 são terceirizados, o que ratifica as considerações da autora acima mencionada.

Destaca-se que, ao longo desta análise, visou-se alcançar entendimento acerca das transformações que tem perpassado o contexto social e suas esferas, como o mundo do trabalho e o mundo da vida do trabalhador, que têm atualmente sido influenciados por vários fatores, dentre eles os relacionados às tendências do mercado de trabalho, onde concebe-se “ocupação” como uma “[...] atividade que proporciona sustento a quem a exerce” (SINGER, 1998:14), e “emprego” como uma ocupação que implica assalariamento, ou seja, pauta-se em uma relação tipicamente capitalista de compra e venda estabelecida através de um contrato pelo qual “[...] o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado” (IDEM, p.12).

Segundo Singer (1998) é um equívoco considerar que a pessoa que se encontra desempregado seja um “desocupado”, pois o que falar sobre os trabalhadores, que há décadas vivem apenas da realização de “bicos”, do comércio ambulante e de outras estratégias de sobrevivência que o mercado informal de trabalho permite desenvolver?

Na verdade, os desempregados acabam buscando nas ocupações, ainda que precárias, um meio de se manter ativos (mesmo que reduzidamente) no circuito produtivo e “ganhar a vida”.

Scherer (2005) em sua pesquisa com ex-trabalhadores do Distrito Industrial do Amazonas aponta que dos 100 entrevistados, 73% afirma que após a “baixa em suas carteiras” passaram a desenvolver atividades no mercado informal. De acordo com a autora: “Eles inventam seu cotidiano de trabalho” (SCHERER, 2005, p.81).

Com a flexibilização das relações trabalhistas, o desmonte do sistema de proteção social dos trabalhadores e o crescimento do desemprego, as pessoas que perdem os seus empregos, de acordo com Demo (1999, p.31):

...apelam para biscates de toda ordem, com decorrências drásticas para suas vidas: sem contrato de trabalho e previdência, remuneração diminuídas e condições precárias de trabalho, eles ainda assim vão aumentando a massa de trabalhadores que compõem o mercado informal de trabalho.

O mercado informal de trabalho, segundo Pochmann (1999), pode ser entendido como segmento das ocupações não-organizadas”, pois estas são heterogêneas e não têm como características os empregos assalariados e, que hoje, particularmente no Brasil, corresponde a uma rede de estratégias de sobrevivência para muitos trabalhadores.

Contudo, ainda que o mercado informal tenha ganho proporção através do desemprego, deve-se salientar que o mesmo vem sendo incorporado por alguns trabalhadores que, mesmo estando inseridos no mercado formal de trabalho ou em “segmento organizado de ocupações”, como destaca Pochmann (1999), onde postos de trabalho são mais homogêneos, gerados por empresas em que os empregos são assalariados, têm buscado nas atividades tidas como autônomas (biscates, vendas de guloseimas, cosméticos, roupas, manicure, serviços na construção civil, etc.) alternativas para incrementar a renda. Ou seja, visando melhores condições de vida, o trabalhador muitas vezes despoja-se de algumas de suas necessidades, como repouso e lazer junto à sua família para que, se utilizando da criatividade e/ou esforço físico nos momentos livres e nos dias de folga, possa contornar, de forma concreta, as carências no seu orçamento doméstico, vendendo mercadorias ou prestando serviços.

Considera-se, então, que assim como há trabalhadores que se encontram precarizados e espoliados do mercado formal de trabalho e que têm nas modalidades informais verdadeiras práticas de sobrevivência, há aqueles que, mesmo tendo vínculo empregatício, também se utilizam da “informalidade” para aumentar e/ou equilibrar o seu poder aquisitivo.

Diante de tais formulações, acerca da dinâmica do mercado informal de trabalho, abre-se espaço para buscar mais entendimento teórico sobre esta rede de relações e atividades heterogêneas que, segundo projeções da Pesquisa Nacional sobre Economia Informal de 1996 (PNEI/IBGE), encontrava-se com cerca de 45% de cota na participação da economia no Brasil, e na contemporaneidade brasileira envolve mais de 50% dos trabalhadores, isto de acordo com o DIEESE/SEADE, o que implica em um alto índice de brasileiros inseridos neste mercado apontado por Singer (1998, p. 45) como “[...] clandestino, que dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à Previdência Social, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outras, além de permitir ao patrão deixar de pagar férias, 13º salário, Aviso prévio, etc.

Netto (1999, p.76) destaca que são “[...] quase 40 milhões de brasileiros inseridos no mercado informal de trabalho”, ou seja, pode-se entender que o grau de informalidade das relações trabalhistas brasileiras é alarmante, principalmente se for considerado o quantitativo de trabalhadores que não tem carteira assinada, fato que tem se agravado nos últimos anos devido às transformações (abertura comercial, ajustamento no setor privado em busca de maior competitividade, plano de estabilização econômica, privatização, etc.) ocorridas no contexto brasileiro, enquanto reflexos da situação do contexto mundial, as quais tem viabilizado o declínio do número de pessoas trabalhando com carteira assinada e aumentado o número de subcontratados e também de pessoas trabalhando por conta própria – autônomas.

Segundo dados obtidos através da pesquisa sobre a Economia Informal Urbana de 1997 (IBGE), não existe um acordo geral sobre o significado e alcance exatos do conceito e/ou definição do mercado informal, pois a magnitude e sua composição varia entre diferentes regiões e países, de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias.

Entretanto, essa pesquisa, embasada nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT – em janeiro de 1993, destaca que se deve considerar:

...que fazem parte do setor informal as unidades econômicas não agrícolas que produzem bens de serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo (ECONOMIA INFORMAL URBANA de 1997, p. 22, IBGE);

...que as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção (IDEM).

Nas palavras de Tavares (2004, p. 33) percebe-se em relação ao “setor informal” que é “[...] mais fácil descrevê-lo do que tentar defini-lo”. Contudo, a referida autora arrisca em dizer ainda “toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal”. (IDEM, p. 49)

Kuyumjian e Dalbosco (1999) fazem a busca do conceito do trabalho informal tomando como base a dimensão sociocultural, que permite aos referidos autores propor o uso do termo “informalidade”, o qual corresponde a um sistema mais amplo de relações sociais, visto que as relações formais e informais se mesclam.

Lira (2002) sinaliza ser a favor do termo “informalidade”, defendido por Kuyumjian e Dalbosco, bem como analisa que a descentralização produtiva (substituição de uma grande unidade fixa por uma rede de pequenas unidades) somatizada à tecnologia e ao uso da terceirização (enquanto estratégia para “poupar” mão-de-obra), correspondem ao tripé que compõem a gênese da informalidade, a qual apresenta características sob várias dimensões, como por exemplo:

a) No plano jurídico:

...a “informalidade” se caracteriza pela feição híbrida do não-respeito à lei, engendrando ao mesmo tempo formas mistas de direito – compromissos entre o público e o privado nos quais o público não está sancionado pelo estamento jurídico formal (Lira, 2002, p.143);

b) Economicamente:

...a “informalidade” está caracterizada pela não-generalização da relação de assalariamento (o que não garante homogeneidade social) e pela obediência desigual aos parâmetros legais existentes (Idem).

Para além da discussão sobre os significados do mercado informal, Dupas (1999) aponta que este padece de uma relação muito mal resolvida com o Estado, pois ao mesmo em que os governantes vêem nesse setor uma “solução”, fazendo apologia ao trabalho informal, o mesmo é tratado frequentemente como “setor marginal”, uma vez que o sistema tributário do Brasil o entende, muitas vezes justificadamente, como agente da evasão fiscal.

Contudo, apesar de haver avanços no campo teórico-científico sobre o mercado informal de trabalho, deve-se destacar que este detém uma grande heterogeneidade, que inclusive o impede de se tornar realmente visível (mesmo estando intrínseco à vida cotidiana de muitos trabalhadores) em cifras (visto que as instituições de pesquisa trabalham com dados aproximados e obtidos a partir de algumas das expressões do mercado informal, como por exemplo: as empresas prestadoras de serviços) que subsidiem uma análise mais detalhada das características e configuração do referido mercado.

Considera-se, ainda, que a gama de atividades desenvolvidas pode compreender dimensões, como as estratégias de sobrevivência e as iniciativas empreendedoras, utilizadas respectivamente para manter e/ou aumentar a renda familiar e buscar melhores condições de trabalho e vida.

Segundo Leite (2001), estas últimas (as iniciativas empreendedoras) têm sido disseminadas por se tratar de uma inovação frente ao trabalho formal, pois se pauta na oportunidade de expandir grandes negócios.

Nos últimos anos, os trabalhadores do mercado formal têm sido motivados pelos próprios mecanismos capitalistas a empreender, criar cooperativas, ou seja, a “aproveitar oportunidades” através de planos como o de demissão voluntária (PDV’s), a licença sem remuneração e a redução de jornada de trabalho para investir os “benefícios” ganhos com sua adesão em uma das modalidades, na abertura ou ampliação de seu próprio negócio, o qual pode ser fomentado através de uma linha de crédito recebida pelo trabalhador que, segundo as diretrizes do

Programa de Demissão Voluntária do Governo Federal do Brasil na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentava limites de financiamento (de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para quem aderir ao PDV; de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para quem aderir à Licença sem remuneração; de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para quem aderir à Redução de jornada de trabalho).

Destaca-se que tais estratégias capitalistas convergem com o Programa Brasil Empreendedor lançado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), no dia 05 de outubro de 1999, tendo como objetivo o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e empreendedores do setor informal.

Porém, questiona-se até que ponto, realmente, o trabalhador que tem o seu “próprio negócio” é autônomo? Pois sabe-se que, no contexto capitalista, todos os sujeitos têm suas escolhas, desejos, angústias e satisfações implicitamente remetidos à própria dinâmica do modelo de desenvolvimento vigente que, no Brasil, dentre outros países, é excludente e corrói a possibilidade de alcançar a cidadania. A este respeito Tavares (2004, p. 41) se posiciona:

o impulso da lei do valor ora convoca, ora libera trabalhadores, ora os assalaria, ora usa sua força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a idéia de autonomia ...

Em análise sobre este contexto Antunes (2006, p. 45) sinaliza a crescente desconstrução do trabalho, onde novas modalidades de *informalização*, a qual “[...] é desprovida de regulamentação, com redução (quando não eliminação) de direitos que foram conquistados através de duras e longas lutas sociais”, tem proliferado e apresentado distintas formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, dentre outras.

Acerca das alternativas apresentadas, Antunes (2006) reflete sobre o papel das cooperativas, as quais, segundo o autor, originariamente se forjam nas lutas dos trabalhadores enquanto instrumentos de defesa contra a precarização do trabalho e desemprego. E o que se tem visto é a profunda mutação quanto ao sentido destas

unidades, as quais hoje são tidas como “cooperativas falsas”, de caráter patronal que ferem a própria gênese e apresentam um sentido despótico e de planejamento gerencial, muito distante do sentido de autonomia que os trabalhadores almejam.

Contraditoriamente, o contexto societal brasileiro vivencia, hoje, a possibilidade de avanços tecnológicos e científicos que estão muito distantes de ocorrer em concomitância com acesso e usufruto da maioria da população nesses avanços.

Os trabalhadores brasileiros vivenciam muitos desafios gerados pelas transformações nas relações sociais que permeiam o contexto, principalmente às referentes ao trabalho, quer seja o de superar-se como mão-de-obra qualificada, capaz de se inserir e/ou permanecer no mercado formal de trabalho, o qual tem sucumbido à flexibilização, ou ainda, o de reproduzir sua existência, mantendo muitas vezes, não somente a sua sobrevivência, mas de sua família, através de atividades características do mercado informal de trabalho, expondo-se como aquela pessoa que está aquém das conquistas alcançadas pela sociedade e expressas nos Artigos 6º e 7º da Constituição Federal do Brasil, a Carta Magna do país, que diz:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV- salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais e básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

É diante deste contexto de contradições que se pensa no *Manifesto do Partido Comunista*, obra em que Karl Marx, dentre outras contribuições, faz emergir

(mesmo a sem a pretensão) a reflexão sobre como a condição de vida do trabalhador do século XIX em muitos aspectos iria se parecer com os dos séculos XX e XXI, ou vice-versa, isto devido ao próprio movimento da história, que acaba fazendo ressurgir os princípios daquele que foi chamado de *Liberalismo Clássico* através do *(Neo) liberalismo*, onde o trabalhador com sua atividade ocupacional e renda obtém apenas o suficiente para reproduzir sua pura e simples existência.

2.2. Zona Franca e mercado de trabalho: a questão da inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho na cidade de Manaus

A partir do entendimento sobre a atual conjuntura vivenciada no Brasil, onde inúmeros trabalhadores cotidianamente enfrentam retrocessos e desafios em várias esferas da vida, principalmente no mundo do trabalho, permite-se abordar o tema mercado de trabalho e as relações trabalhistas que perpassam, em particular, o contexto de Manaus.

Ao iniciar a abordagem pretendida, faz-se necessária uma retomada histórica sobre a inserção dos trabalhadores, no mundo do trabalho, no contexto manauara, podendo remeter-se a alguns momentos importantes que foram vivenciados e que ainda constituem a própria identidade de Manaus.

Destaca-se dentre alguns dos momentos, a criação da Zona Franca e da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto-Lei nº 288, com a finalidade de desenvolver a Amazônia Ocidental, tendo a área de livre comércio de importação e exportação, os incentivos fiscais e a oferta de mão-de-obra com baixo custo, como fatores contribuintes de forma direta para a viabilização do referido projeto na área do comércio, indústria e agricultura.

Segundo Müller (1978) a Zona Franca e a Suframa enquanto modelos de desenvolvimento e valorização surgem como forma de incentivar a inserção da

Região Amazônica no mercado brasileiro e exportador, transformando-a em cenário para a atuação das grandes empresas nacionais, internacionais e multinacionais.

Salazar (1992) destaca que com a criação da Zona Franca, Manaus se tornou um pólo de intensa atividade comercial e industrial, crescendo rapidamente, gerando riquezas e outros benefícios, como: empregos, que despertaram a atenção de investidores e de trabalhadores (em sua maioria migrantes tanto do interior do Estado, como de outras unidades federativas do Brasil).

Desse modo, o avanço do setor comercial e industrial, implicou em um crescimento populacional desordenado na cidade de Manaus e, apesar dos migrantes terem uma perspectiva de vida melhor, bom emprego, moradia, etc., a realidade mostrou-se muito diferente, pois as conseqüências dessa desordem urbana (visto que a cidade não estava preparada estruturalmente para absorver toda essa população) gerou profundas transformações nos setores sociais, os quais foram afetados, ocasionando uma série de problemas, tais como desemprego e o surgimento de muitas ocupações.

Os reflexos desta explosão demográfica em Manaus, devido aos movimentos migratórios, ainda hoje são evidentes e persistem, pois o Estado não foi capaz de suprir as demandas crescentes por obras de infra-estrutura reivindicadas e reclamadas pela população urbana, fazendo surgir, de forma desordenada, bairros periféricos, que têm inerente a falta de Plano Diretor (conjunto de projeções arquitetônicas e sanitárias) necessário para oportunizar condições dignas de moradia às pessoas.

Quanto à geração de emprego, segundo Salazar (1992), no início das atividades do Parque de Montagem Industrial somente 54,2% da população de Manaus, inclusive a migrante, estava realmente engajada no processo produtivo.

Ao remeter-se a outras fontes de informação, verifica-se que SUFRAMA (2002) aponta que as empresas absorviam até o início dos anos 80, cerca de 76.798 trabalhadores, sendo que desde os anos 90, cerca de 32.279 trabalhadores

foram “vitimados” com a dispensa dos seus postos de trabalho, de forma que ao término do ano 2000, contava-se apenas 44.519 postos de trabalho.

Os estudiosos, em sua maioria, mantêm um consenso sobre os motivos que conduziram o desemprego que assolou os trabalhadores da Zona Franca, e destacam a reestruturação produtiva, que atingiu todo contexto nacional brasileiro, como um deles.

Faz-se importante destacar que é necessário realizar estudos sobre as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho no Amazonas, haja vista que, hoje, a Zona Franca de Manaus gera mais de 50 mil empregos diretos e 350 mil indiretos em Manaus. Além de contribuir com a geração de mais de 20 mil empregos indiretos nos demais estados da região (SUFRAMA, 2002).

Considera-se de acordo com Scherer (2005), que mesmo os atuais índices de emprego (4.867 trabalhadores inseridos no processo produtivo) apontando um novo crescimento, ainda assim deve-se questionar como alcançar o patamar de quase 80.000 trabalhadores em dias atuais em que se vive a “Era dos Contratos Temporários”, os quais duram no máximo dois anos e imprimem uma nova característica à flexibilização estrutural no mercado de trabalho brasileiro? E em relação às exigências quanto à faixa etária, escolaridade, qualificação e tempo de serviço (ou experiência)?

Se forem considerados os apontamentos da pesquisa de Isabel Valle (2000) – em que é revelado que o perfil dos trabalhadores desempregados é de pessoas com faixa etária elevada, baixa escolaridade e qualificação e pouco tempo de serviço – seria colocado que para superar o desemprego, haja vista às exigências que a reorganização no mundo da produção impõe, não somente o Amazonas, mas as demais unidades federativas, deveriam investir em programas de emprego, educação, qualificação e, sobretudo, um acompanhamento acerca da inserção do trabalhadores no mercado de trabalho.

De acordo com o SINE (Sistema Nacional de Empregos – Regional do Amazonas), durante o ano de 2000 foram realizados 496 cursos, para 39.295 trabalhadores. Entretanto, o referido órgão ainda não dispõe de um sistema de controle sobre quantos trabalhadores estão empregados ou desenvolvendo outras atividades.

Contudo, o modelo hegemônico de trabalho em uma cidade dotada de um dos maiores pólos industriais e comerciais da Região Norte, como a que Manaus detém, pode ser desmistificado quando se avalia que, além do advento do Distrito Industrial ter acelerado desordenadamente o crescimento urbano da respectiva cidade, ampliando o exército industrial de reserva, proporcionou ainda, mudanças no movimento geral do funcionamento do mercado de trabalho no âmbito urbano.

Considera-se tais mudanças quando remete-se aos segmentos ocupacionais que foram criados, tanto no setor formal como no informal, sendo este último intensificado com as dificuldades econômicas do modelo Zona Franca, que não implementou o setor primário, a agricultura, como foi concebida na sua implantação. Não houve políticas que fizessem o agricultor permanecer em seus municípios de origem, ou que esse modelo industrial na Zona Franca utilizasse matéria-prima da região. De acordo com Scherer (2005, p.66):

Nos *anos dourados* da Zona Franca de Manaus, a criação dos novos postos de trabalho não foram suficientes para absorver a imensa demanda de trabalhadores e as conseqüências mais variáveis foram o desemprego e o crescimento do setor informal.

Neste contexto, de acordo com Salazar (1992) percebe-se que os trabalhadores, mesmo não sendo recrutados para constituir o operariado das empresas do Distrito Industrial de Manaus, ainda assim, buscam realizar as estratégias de sobrevivência que compõem, segundo Pochmann (1999), uma forma de trabalho mais heterogênea, cuja organização depende da dinâmica capitalista pois, de acordo com autor, é o comportamento do segmento capitalista e a dimensão da população excedente que modulam os espaços de manutenção e

reprodução das ocupações informais, principalmente no que diz respeito ao acesso às matérias-primas, equipamentos, tecnologia, crédito e esferas de produção e circulação.

Dessa forma, os trabalhadores que realizam serviços em domicílio fazem biscates, cuidam de carros, engraxam sapatos, são vendedores ambulantes, etc., não estão engajados na massa operária industrial ou em outra especificidade do mercado formal de trabalho por acaso, ou por serem somente desqualificados e menos capazes, mas devido à própria dinâmica capitalista que, mesmo apresentando atualmente em seu bojo um conjunto de transformações contraditórias, gera recursos para alguns, explorando e excluindo outros, contribuindo para que muitos trabalhadores, que buscam melhores condições de vida, se alienem por conta da precarização, bem como percam o sentido essencial da realização do trabalho na sua vida.

É a partir deste contexto de mudanças ocorridas na vida de muitos trabalhadores, inclusive daqueles que em determinado momento de sua trajetória de trabalho estiveram compondo a massa operária e que hoje estão inseridos no mercado informal, que o Capítulo a seguir se apresentará.

CAPÍTULO III

ENTRE “SECOS E MOLHADOS”: A SOBREVIVÊNCIA DOS TRABALHADORES DO MERCADO INFORMAL DA ZONA LESTE DE MANAUS

Discorrer acerca do lócus da pesquisa é, sobretudo, remeter-se às peculiaridades do mesmo.

É mister destacar estas peculiaridades, principalmente, quando o lócus se trata de comunidade.

Em tempos contemporâneos os estudiosos lançam um “olhar diferenciado” sobre as comunidades, as quais devem ser entendidas como “terra fértil” para as pesquisas nas mais diferentes áreas que o conhecimento pode proporcionar.

É por considerar relevante que a pesquisa científica seja realizada nestes “caldeirões culturais”, que correspondem às comunidades, bairros, dentre outros, que o Capítulo III, intitulado *Entre “Secos e Molhados”: a sobrevivência dos trabalhadores do Mercado Informal da Zona Leste de Manaus* resgata de forma sumária alguns elementos históricos pertinentes aos bairros do São José Operário II, Jorge Teixeira, etapa IV, e Zumbi dos Palmares I, os quais se constituem em lócus deste estudo; isto além, de apresentar os resultados da pesquisa realizada com uma amostra qualificada de 30 trabalhadores dos bairros do São José Operário II, Jorge

Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I e que, por um conjunto de condicionantes, atualmente exercem atividades ocupacionais caracterizadas como estratégias de sobrevivência, as quais correspondem a uma das expressões do mercado informal de trabalho, apresentadas no Capítulo II deste estudo.

Tal exposição visa demonstrar, ainda, a interatividade do mundo do trabalho e a vida do trabalhador que, segundo a pesquisa revela que muitos trabalhadores, ainda que estejam precarizados, encontram motivação até mesmo na atividade ocupacional desenvolvida, para buscar a realização dos seus sonhos de ascensão social e felicidade; e jamais desistir da busca, através de alternativas concretas, da reprodução de suas existências e a de seus familiares.

Destaca-se, que tais bairros foram escolhidos por terem mais de 10 anos de criação e serem “frutos” de movimentos por terra e habitação na cidade de Manaus, isto no momento em que muitos migrantes chegavam à referida capital na busca de melhores condições de vida, inclusive através da inserção no mercado de trabalho no Distrito Industrial, isto no final dos anos 60, percorrendo as décadas de 70 e 80.

Faz-se relevante destacar ainda que, o termo “*secos e molhados*”, que compõe o título deste Capítulo, de acordo com Campos (2002), é utilizado nas décadas de 60 e 70 para referir-se aos artigos importados ou não, como especiarias, cereais, farináceos, horti-frutis distribuídos de forma atacadista em sua maioria por estrangeiros, como os japoneses; e que em tempos contemporâneos ganhou diversidades e novas características, onde antenas para televisão, capas para celulares, CD's, DVD's, dentre outros, compõem os novos produtos “*secos e molhados*” que muitos trabalhadores brasileiros comercializam, agora também de forma varejista.

E mediante a razoável freqüência na utilização do referido termo pelos sujeitos da pesquisa, isto para denominar suas mercadorias enquanto eram entrevistados, rende-se uma homenagem aos mesmos e, intitula-se o presente Capítulo com o vernáculo (“*secos e molhados*”) comum aos trabalhadores informais. Sendo que o mesmo revela um sentido (sem pretensões de análise semântica), a

partir da experiência vivenciada durante a realização do estudo, de sobrevivência aos trabalhadores informais e suas famílias.

3.1. Conhecendo o lócus da pesquisa: São José Operário II; Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, principalmente com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, evidencia-se a redemocratização do cenário brasileiro, onde fenômenos de caráter organizativos e reivindicativos ganham vigor, passando a serem considerados como ações políticas da sociedade civil, a qual se expressa como elemento fundante e impulsionador no processo de ampliação do Estado monopolista e autoritário para o democrático.

É no bojo de tantos avanços nas esferas da vida humana, ascensão de novos modelos de desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural, ou seja, transformações no âmbito societal, que se consolidam os movimentos sociais.

No cenário manauara, com a implantação da Zona Franca de Manaus, ocorre um aumento demográfico sem precedentes, gerado pelas possibilidades das pessoas melhorarem suas condições de vida e também as de sua família.

Segundo Salazar (1992) destaca-se que tais trabalhadores, dentre homens e mulheres, são oriundos tanto da capital e interior do Estado do Amazonas, quanto de outras unidades federativas do contexto brasileiro (Maranhão, Ceará, Pará, etc.), pois o Parque Industrial administrado pela Zona Franca de Manaus, durante o seu período áureo, que ocorre efetivamente na década de 70, representa a abertura no mercado de trabalho e, conseqüentemente, oferta de emprego.

E, por não dispor de uma política habitacional voltada para atender tantos migrantes que vinham para Manaus, o Governo Estadual, ao longo dos anos 80 e 90, mesmo sendo gerido por diferentes governantes, executou projetos de

construção de conjuntos habitacionais e incentivou as construções comunitárias, que correspondiam à concessão de lotes de terras, onde as casas eram construídas coletivamente ou, em alguns casos, conforme Souza (2000:27), “[...] o próprio Governo construiu casas de madeira ao longo de algumas vias”. Tais iniciativas não inibiram as ocupações urbanas desordenadas.

Ao considerar que muitos trabalhadores (por não conseguirem usufruir dos benefícios propiciados pelo Governo do Estado) se alocaram às margens dos cursos urbanos d’água ou, ainda, em locais mais distantes do Centro urbano eximidos de infra-estrutura, é que se pode entender as reivindicações que surgem sobre o “direito à terra”.

Segundo Silva (1998, p.27) é mediante este contexto que se forma um “[...] movimento popular que reivindicava o seu direito à cidade, o direito à cidadania”, inclusive propondo de forma organizada a ocupação de terras localizadas na zona periférica de Manaus. Tal processo de ocupação iniciou-se ainda na década de 70, dando origem aos hoje considerados primeiros bairros da Zona Leste de Manaus. Pode-se destacar dentre estes, o São José I, Jorge Teixeira, IV etapa e o Zumbi dos Palmares I, ambos originados na década de 80.

O bairro do São José, que é limítrofe ao Distrito Industrial (conforme Anexo 1) e cuja área corresponde a 1.026.53 hectares, é atualmente um dos espaços da Zona Leste que dispõe de uma quantidade significativa de serviços públicos (delegacia, centros de saúde, correios, dentre outros) e de um razoável nível de urbanização, infra-estrutura básica, onde se verifica por exemplo, de acordo com dados do IBGE (Censo 2000), que do total de 19. 507 domicílios, 14.106 têm acesso ao serviço de coleta de lixo; 12.007 ao abastecimento público de água, isto através de canalização até no mínimo um dos cômodos. Contudo, este mesmo bairro trás em sua gênese traços históricos importantes, pois concebe-se a partir de estudos documentais, que antes de ter suas quatro etapas e seus moradores poderem usufruir de qualquer serviço, ocorreram muitos atos de violência por parte de grileiros, jagunços e policiais, isto até a sua posse ser entregue, no início da década de 80, aos seus então ocupantes, se constituindo assim como segundo bairro da Zona Leste de Manaus.

Ao remeter-se ainda a estudos documentais sobre a origem do bairro de São José é possível destacar que o mesmo em tempos outroros, mas especificamente na década de 80, reuniu mais de um terço da população pobre da cidade de Manaus, de forma que atualmente com cerca de 84. 490 moradores (Censo 2000 – IBGE) verifica-se que 12.777 pessoas se mantêm com uma renda média que equivale há mais de 3/4 a 1 salário; as famílias em média são compostas por 4,31 pessoas, perfazendo então uma renda per capita de R\$ 66,12 a 88,16, isto, se for considerado o valor do salário mínimo vigente (R\$ 380,00) e apenas um membro familiar sendo remunerado. Ou seja, se os dados ao serem interpretados revelarem a realidade, pode-se dizer que mais de 70% da população do São José ainda se mantêm na pobreza.

É indubitável, que a Zona Leste de Manaus desenvolveu-se demograficamente a partir das ocupações territoriais, as quais, peculiarmente, ocorreram concomitantemente. Tanto que ao passo em que o bairro do São José se ampliava, em 14 de março de 1989, era criado o bairro do Jorge Teixeira, o qual também se originou de um processo conturbado, onde de acordo com Silva (1998:31) “[...] ocorreram várias visitas do Estado através da ação da Polícia Militar que efetuava prisões das lideranças do movimento na tentativa de desmobilização”.

É em meio a essas lutas e reivindicações por um espaço que pudesse alocar inúmeras famílias (que não tinham casa própria, não dispunham de condições de pagar aluguel ou, ainda, moravam precariamente em áreas alagadiças), que o movimento social realizado conquistou aquele que, atualmente, é o bairro Jorge Teixeira, o qual desde 1989 vem se desenvolvendo.

Reconhecido legalmente pela Prefeitura Municipal de Manaus, na gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto, o bairro Jorge Teixeira, após treze anos desde a primeira ocupação que alocou 300 famílias, apresenta hoje uma nova configuração, a qual consta de quatro etapas, dispondo de alguns serviços públicos básicos (saúde, saneamento, transporte, educação, etc.) e infra-estrutura (vias asfaltadas, sistema de drenagem, luz elétrica, etc.), visto que ainda não há sistema de abastecimento público de água.

Segundo Santiago (2000), compreendendo aproximadamente uma área total de 1.019.87 hectares, o bairro Jorge Teixeira faz divisas com os bairros Tancredo Neves, Armando Mendes e com uma comunidade conhecida como Val Paraíso, localizados na Zona Leste de Manaus.

Em relação aos dados sobre a demografia do bairro do Jorge Teixeira, Santiago (2000) afirma a partir de dados obtidos junto à Companhia Energética da cidade, que o referido tem uma população estimada em 23.093 moradores, quantitativo que se analisa corresponder apenas aos consumidores cadastrados, implicando na exclusão daqueles que, clandestinamente, utilizam-se do serviço, de iluminação.

Ao considerar os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, a partir da contagem populacional realizada pelo IBGE em 1996 e projetando para os anos de 1999 e 2000, em que respectivamente a população corresponde, aproximadamente, entre 65.789 e 72.551 moradores (ver Anexo 2), verifica-se uma certa aproximação quanto aos dados obtidos através do Censo 2000 do IBGE.

Contudo, no que tange a demografia do bairro Jorge Teixeira, o qual corresponde ao contexto onde se encontram os sujeitos da pesquisa, considerar-se-á então os dados do órgão oficial IBGE, isto através do Censo 2000.

Tendo como referência o nascimento dos bairros do São José Operário e Jorge Teixeira, destaca-se que com o Zumbi dos Palmares não foi diferente. Pois, a área que hoje pertence há mais de 30.336 pessoas (de acordo com o IBGE, 2000) no passado foi “fonte de retiro espiritual” da Congregação Salesiana.

O bairro Zumbi dos Palmares, que faz limites com os bairros do Coroadó, Armando Mendes, São José e Distrito Industrial, foi fundado a partir das ocupações iniciadas em 1986 (isto de acordo com os dados do documentário “Conheça a História de seus Bairros” – Jornal do Comércio, outubro de 2007) e, atualmente é composto por três etapas. O referido bairro passou por um processo moroso de urbanização e infra-estrutura, o qual foi iniciado somente a partir da segunda metade da década de 90.

No bairro, é possível identificar alguns órgãos com finalidades diferenciadas como a AMAZUP (Associação dos Moradores e Amigos do Zumbi dos Palmares); seis escolas, sendo duas de responsabilidade do Estado e quatro do município; dois postos do Programa Médico Família e um ambulatório; LIFER (Liga Feminina do Estado do Amazonas), Congregação Nossa Senhora do Carmo e Congregação Irmãs Maristas.

Os bairros São José Operário II; Jorge Teixeira, especificamente sua quarta etapa, e Zumbi dos Palmares I, ao serem concebidos como espaços concretos onde trabalhadores, através de estratégias de sobrevivência, experiências de trabalho, valores e relações sociais, buscam objetivar-se e subjetivar-se; se constituem em uma “unidade na diversidade”, ou seja, apresentam suas particularidades, identidades próprias, as quais se interrelacionam com a produzida pela sociedade no sentido mais amplo, fazendo-se assim, necessário buscar aproximar-se destes “recortes” da realidade para entender como muitos trabalhadores brasileiros conseguem sobreviver neste país, que tem pouco mais de 507 anos de história, chamado Brasil.

3.2. Impactos do mercado informal e as condições de vida dos trabalhadores dos bairros do São José Operário II, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I

O São José Operário II, a quarta etapa do bairro Jorge Teixeira e o Zumbi dos Palmares I, que correspondem aos espaços delimitados onde durante o ano de 2007 realizou-se esse estudo, o qual está direcionado às condições de vida dos trabalhadores dos referidos locais, não foram escolhidos aleatoriamente como campo para desenvolver a referida pesquisa, e isto não somente pelas pesquisas anteriormente realizadas, mas pela suas próprias construções históricas, permeadas de buscas através de movimentos organizativos dos trabalhadores, oriundos não apenas do contexto de Manaus, mas vindos dos mais variados lugares do Brasil, por

melhorias na qualidade de vida nas esferas individual e familiar, no que tange aos direitos sociais, como habitação, saúde, trabalho, segurança, lazer, etc.

Na busca para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, ou seja, verificar as condições de vida, aplicou-se 30 (trinta) formulários com os trabalhadores que realizam suas atividades laborativas nos bairros acima mencionados, especificamente 10 (dez) na Avenida Grande Circular (imediações do Shopping São José no bairro do São José Operário II), 10 (dez) na Avenida Penetração (Jorge Teixeira, etapa IV) e 10 (dez) na Rua Bom Jesus (próximo à Feira do Zumbi), que correspondem às ruas principais dos bairros, onde foi detectada a presença de um número expressivo de comércios varejistas e a presença de alguns vendedores ambulantes e/ou camelôs, o que conduziu à concentração das entrevistas à estas ruas.

Ressalta-se que, para melhor subsidiar a análise quanto à composição dos trabalhadores, realizou-se a pesquisa com um quantitativo igualitário de 15 homens e 15 mulheres (cinco de cada bairro) – porém sem a pretensão de realizar-se uma análise acerca das relações de gênero, mas apenas para situar a situação homem/mulher no trabalho – que tivessem 5 anos ou mais de atuação no mercado informal de trabalho, o qual tem sido “a válvula de escape” para manter a sobrevivência dos trabalhadores, visto que os mesmos têm enfrentado dificuldades financeiras oriundas das próprias contradições sociais, políticas e econômicas que assolam o contexto brasileiro e mundial.

Faz-se precípuo destacar ainda que amostra de 30 trabalhadores corresponde a 10% do universo de cerca de 300.453 habitantes que compõem a Zona Leste de Manaus.

3.2.1. Caracterização dos trabalhadores e suas famílias

Evidencia-se de acordo com o Quadro 1 (em que se utiliza **Fa** para identificar a quantidade de formulários aplicados; as abreviaturas **SJO** para São José Operário

I, **JT** para Jorge Teixeira, etapa IV, e **ZP** para Zumbi dos Palmares I; **H** para homens e **M** para as mulheres) que a constituição cultural dos bairros São José Operário II, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I é permeada de sotaques e histórias de vidas diferentes, pois dos 30 entrevistados, entre homens e mulheres, 36,67% são manauaras, enquanto os 63,37% correspondem às pessoas oriundas de outras localidades, como de outros municípios do Amazonas (10,02%), Pará (26,67%), Maranhão (13,34%), Ceará (10%), Rondônia (3,34%), que migraram para Manaus com o intuito de ascender socialmente mediante a conquista de um emprego e melhores condições de vida para si mesmo e sua família.

Quadro 1 - Naturalidade

Local de nascimento	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Manaus (AM)	3	2	1	2	2	1	36,67
Tabatinga (AM)	-	-	-	-	-	1	3,34
Itacoatiara (AM)	-	1	-	-	-	-	3,34
Tefé (AM)	-	1	-	-	-	-	3,34
Belém (PA)	-	-	1	1	1	-	10
Santarém (PA)	1	1	-	1	1	1	16,67
Porto Velho (RO)	-	-	1	-	-	-	3,34
Fortaleza (CE)	-	-	1	-	-	2	10
Pinheiros (MA)	1	-	1	1	-	-	10
São Luís (MA)	-	-	-	-	1	-	3,34
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

De acordo com a pesquisa, os entrevistados que deixaram suas terras-natais para vir morar em Manaus, chegaram no momento de ascensão da Zona Franca e do Distrito Industrial, ou seja, há 40 anos atrás, e hoje se encontram desenvolvendo

atividades bem diferentes daquelas almejadas, o que é possível verificar a partir da fala de um dos entrevistados:

Vim para Manaus em busca de emprego no Distrito (vigilante noturno que nos dias de folga vende revistas).

Diante de tal constatação, reporta-se às reflexões de Salazar (1992) sobre o expressivo quantitativo de migrantes (homens e mulheres), oriundos tanto do interior do Estado do Amazonas como de cidades de outros Estados brasileiros, na busca pela melhoria da qualidade de vida, sendo que tais trabalhadores se depararam com uma realidade vivenciada no contexto de Manaus, adversa daquela que permeava os seus imaginários, devido à falta de infra-estrutura e dificuldade do mercado em “absorver” a massa trabalhadora.

Analisa-se, a partir dos dados obtidos junto aos 30 entrevistados, que a participação de homens e mulheres na dinâmica comercial desenvolvida nos bairros, através do mercado informal de trabalho, apresenta um “certo equilíbrio”. Tal constatação se deu durante a realização da pesquisa, onde não se teve dificuldades em aplicar os formulários com os quantitativos estipulados de 15 homens e 15 mulheres, o que permitiu perceber que ambos os gêneros têm buscado, nas “estratégias de sobrevivência”¹², na comercialização dos “secos e molhados”, as alternativas de trabalho para poderem enfrentar as mudanças que se apresentam no sistema produtivo e que se refletem em suas próprias vidas e nas de seus familiares.

Segundo Nogueira (2006, p.52) verifica-se que o “[...] trabalho feminino assume plenamente a forma de trabalho assalariado, transformando a mulher em significativo contingente da classe trabalhadora”. De acordo com a autora a mulher que na “Era Colonial” brasileira chegou a representar 35% da força de trabalho na agricultura e 33% nos serviços domésticos, no ano de 2005, a partir de dados do

¹² Entendida como conjunto de atividades exercidas no mercado informal, como a venda de frutas, verduras, confecções, capas para celulares, dentre outros artigos, para aumentar a renda familiar e/ou manter a sobrevivência do trabalhador e sua família.

PEA/IBGE, em um contingente de 21,9 milhões de pessoas economicamente ativas, representou 45,1%.

Diante de tal contexto, reporta-se a Pochmann (1999) e considera-se que, desde 1989, há uma diferença muito pequena no percentual (apenas 4,2%) entre homens e mulheres desempregados e/ou realizando atividades no mercado informal no Brasil.

Ao remeter-se aos dados do IBGE desde o Censo de 80 a 2000 (Quadro 2), verifica-se como está a situação de homens e mulheres que tendo seus empregos destituídos passaram a trabalhar por conta própria.

Quadro 2- Trabalhadores por conta própria de 80 a 2000 no Brasil

Censo 1980		
Homens	Mulheres	Total
8.737.928	1.808.042	10.540.597
Censo 1990		
11.120.226	3.134.369	14.254.595
Censo 2000		
11.312.146	4.084.100	15.396.246

Fonte: IBGE/CENSO 80/90/2000

Contudo, destaca-se que há elementos que, ao serem considerados durante a análise, permitem conhecer algumas causas que têm levado esses trabalhadores a se inserirem, com uma certa urgência, no mercado informal e desenvolverem estratégias de sobrevivência.

Da amostra de 30 entrevistados, e conforme o Quadro 3, pode-se destacar que 43,33% são casados, 33,34% mantém uniões estáveis, mas sem vínculos matrimoniais de forma convencional, 16,67% são solteiros, sendo que, independentemente de seu estado civil, 53,34% dos sujeitos da pesquisa são parcialmente responsáveis pela renda familiar (Quadro 4).

Quadro 3 – Estado civil

Condição	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Casado (a)	2	2	2	2	3	2	43,33
Convivência consensual	3	2	2	1	1	1	33,34
Solteiro (a)	-	1	-	1	1	2	16,67
Separado (a)	-	-	-	1	-	-	3,34
Viúvo (a)	-	-	1	-	-	-	3,34
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Quadro 4 – Participação na renda familiar

Situação	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Mantém parcialmente a renda	2	4	3	3	2	2	53,34
Mantém totalmente a renda	3	1	2	2	3	3	46,66
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Ressalta-se que os trabalhadores parcialmente responsáveis pela renda familiar realizam vendas de guloseimas, de brinquedos de pelúcia, etc. para obter a remuneração e contribuir no suprimento das carências do orçamento doméstico. Tal fato ocorre, principalmente, quando se sabe que 66,67% deles têm filhos (Quadro 5) que estão em fase escolar e de desenvolvimento, pois o objetivo dos esforços

desses trabalhadores entrevistados volta-se à educação de sua prole e ao bem-estar de sua família, o que se verifica a partir da fala dos entrevistados:

Trabalho muito para poder dar bom estudo aos meus filhos e ver “tudo” formado (camelô)

Quero ver meus filhos criados. Eu sonho com eles cheio de estudo (vendedora de batida de guaraná)

Minha família é tudo pra mim [...] meus filhos, minha mãe que mora comigo... Trabalho duro para ajudar em casa. (Vendedora de brinquedos de pelúcia)

Quadro 5 – Filhos

Você tem?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Sim	4	3	3	4	2	4	66,67
Não	1	2	2	1	3	1	33,33
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Conforme o Quadro 6 (abaixo), a família dos entrevistados é composta, em 53,33% dos casos, por um quantitativo que corresponde de uma a cinco pessoas.

Quadro 6 – Composição familiar

Quantas pessoas moram em seu domicílio?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
De 1 a 5	3	2	4	3	1	3	53,33

De 6 a 11	2	2	1	2	3	1	36,67
Mais de 11	-	1	-	-	1	1	10
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Quanto à idade constata-se que 80% dos entrevistados são trabalhadores que estão entre 18 a 41 anos de idade (Quadro 7) e que, aparentemente, dispõem de boas condições físicas para realizarem atividades laborativas.

Quadro 7 – Idade

Faixa etária	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
18 – 23	-	1	-	-	-	-	3,34
24 – 29	2	2	3	2	-	-	30
30 – 35	2	1	1	1	3	2	33,34
36 – 41	1	-	-	1	-	2	13,33
42 – 47	-	1	-	1	1	1	13,33
48 – 53	-	-	1	-	-	-	3,34
54 – 59	-	-	-	-	1	-	3,34
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Tal percentual de idade é ratificado quando inclusive remete-se aos dados do IBGE (Censo 2000) que demonstram a partir do Quadro 8 a seguinte distribuição nas faixas etárias:

Quadro 8 - População por grupos de idade/ bairro

Grupos de idade								
São José Operário								
18 – 19	20–24	25–29	30–34	35–39	40–44	45–49	50–54	55–59
4 292	9 995	7 727	6 379	5 540	4 547	3 217	2 003	1 301
Jorge Teixeira								
3 192	7 844	7 384	6 305	4 918	3 569	2 381	1 506	1 028
Zumbi dos Palmares								
1 395	2 962	2 481	2 409	2 033	1 493	964	601	395

Fonte: Censo 2000 (IBGE)

Verifica-se a partir do Quadro 8, que dos três bairros mencionados o São José Operário é o que apresenta maior número de pessoas (33.933) de 18 a 39 anos, sendo que destas 14.819 são mulheres.

Diante de tais considerações, reflete-se sobre a situação dos trabalhadores entrevistados, pois como tantos homens e mulheres, no ápice de sua vida produtiva, estão à margem das relações de trabalho tidas como homogêneas e que se caracterizam como formais? Será devido à sua baixa escolarização/qualificação? Ou corresponde a uma opção de vida? Este questionamento tem como subsídios, ainda, os dados que Pochmann (1999), a partir da Fundação Seade, Dieese e IBGE, revela sobre o crescimento, tanto do desemprego para pessoas com faixa etária de 25 a 39 anos (5,3%), quanto para aquelas que cursaram o Ensino Fundamental completo (4,9%) no contexto brasileiro, desde o ano de 1989.

Pochmann (2006) analisa que as unidades federativas, desde 1995, não tem investido nas políticas de emprego e qualificação na mesma proporção em que o desemprego avança, ocorrendo a compressão das possibilidades de homens e mulheres, que estão na chamada “faixa etária produtiva”, se inserirem no mercado formal de trabalho, afim inclusive de garantir outros direitos sociais para os mesmos e suas famílias.

Entende-se ainda que, a escassez quanto ao investimento em políticas de emprego se dá pelo “ajuste” neoliberal nas políticas sociais e também pelo caráter utilitário do conceito “setor informal” que, segundo Tavares (2004, p.32)), foi aplicado não de forma casual, pois pretendia apontar uma “[...] grande potencialidade [...] como fonte de emprego a baixo custo”, o que rapidamente pareceu, sob a ótica dos países periféricos, como o Brasil, uma forma de lidar (equivocadamente) com uma problemática de cunho estrutural, que é o desemprego.

Concebe-se que a questão em torno dos condicionantes da atual situação dos trabalhadores será desmistificada a partir das análises que se seguem.

3.2.2. Motivações para se inserirem no mercado informal de trabalho

Quando questionados sobre as motivações que os conduziram a se inserirem no mercado informal de trabalho, principalmente desenvolvendo suas atividades nos referidos bairros (visto que apresentam uma faixa etária tida como importante na vida produtiva, devido o amadurecimento cognitivo e físico, adquirido ao longo das experiências de trabalho e vida), os trabalhadores do apresentam diferentes discursos os quais, porém, têm algumas variáveis semelhantes (Quadro 9), como a necessidade de trabalhar para ajudar seus familiares a manter as despesas domésticas; a perspectiva de ganhar mais dinheiro; ser o “dono do seu próprio negócio”, não precisando satisfazer a vontade de um chefe, ou seja, empreender; e a baixa escolarização acompanhada da falta de emprego.

Quadro 9 – Motivações para inserção no mercado informal

Quais as motivações para a sua inserção neste mercado?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Falta de emprego	2	3	1	2	2	3	43,34
Falta de qualificação/ pouco estudo	1	-	-	-	-	-	3,34
Melhores condições de vida e	-	-	2	-	-	-	6,67

sustento da família							
Trabalhar por conta própria	2	-	2	-	1	-	16,67
Ajudar na renda da família e ter seu próprio dinheiro	-	1	-	1	1	1	13,33
Manter a sobrevivência	-	1	-	1	1	1	13,33
Outros	-	-	-	1	-	-	3,34
Total				30			100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Ao analisar os discursos, desvela-se ainda a identificação que o trabalhador apresenta em relação à atividade que é realizada, onde cerca de 90% afirma gostar do que faz, justificando que mesmo enfrentando dificuldades, quer seja de ordem econômica para manter abastecida a sua banca (no caso dos camelôs e/ou vendedores ambulantes, de guloseimas, frutas ou verduras), física (esforços físicos devido movimentos cansativos como ter que carregar um saco de 40kg de batata sob os ombros), estrutural (devido a falta de instalações adequadas para exercer sua atividade) ou, ainda, pela própria dinâmica capitalista, que contribui ou não no aumento dos consumidores e, conseqüentemente, da renda, o que vale é estar em contato direto com as pessoas, mostrando a importância do trabalho que é desenvolvido dignamente. Verifica-se tais constatações nos discursos dos trabalhadores:

O meu trabalho é algo que me completa, principalmente por ser digno. Gosto que as pessoas saibam disso (vendedora de condimentos).

Gosto do que faço, principalmente por estar em contato com as pessoas (camelô).

Me identifico com o que faço. E mesmo que tivesse um emprego público não iria deixar o meu comércio (comerciante varejista)

Contudo, 10% dos entrevistados dizem não estar satisfeitos com a atual ocupação, desejando através dos investimentos feitos na qualificação galgar

melhores condições de trabalho e vida. Tal situação se expressa através das seguintes declarações:

Não estou satisfeito com o que faço. Espero conseguir algo melhor através dos meus estudos. Estou cursando a 5ª série (proprietário de uma máquina de xerox que trabalha em seu domicílio tirando cópias).

Estou mais ou menos satisfeito com o que faço, pois não me sinto conformado com minha situação. Vou voltar a estudar para ver se consigo algo melhor (proprietário de quiosque, vende refrigerantes e doces).

Satisfeito? Não. Quero o mais rápido possível voltar a estudar para ver se arranjo um emprego. Viver assim, sem salário fixo é muito difícil (camelô)

A respeito de tais falas é possível concorda-se com Scherer (2005, p.79) quando a autora aponta:

Os estudiosos da questão informal de trabalho mostram que, apesar de seu alto índice de insegurança e aleatoriedade, o trabalho informal inaugura formas alternativas de sociabilidade. Entretanto, a referência, no imaginário social do trabalhador continuará sendo o desejo de estar empregado no setor formal, com carteira assinada que lhe garanta os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados por lei.

Ao abordar a questão da escolarização/qualificação, abre-se espaço para refletir acerca do alcance e efetividade dos programas sociais, especificamente no contexto do Amazonas, voltados para atender a demanda dos trabalhadores os quais, diante das metamorfoses vivenciadas nas várias esferas da vida, inclusive a produtiva, tendem, assim como a grande massa trabalhadora no contexto nacional, a não conseguir acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho com suas novas tendências e exigências. Isto devido à própria ação do modelo de desenvolvimento vigente que, contraditoriamente, exige mais do trabalhador principalmente no que diz respeito à qualificação e capacidade de produzir; porém, viabiliza apenas o mínimo

através da legitimação do Estado na construção de possibilidades da melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania.

Destaca-se a partir de análises documentais, que nos últimos dez anos o Estado do Amazonas através da Secretaria de Trabalho tem divulgado a gestão de programas que visem garantias de empregabilidade ao trabalhador e sua melhoria de vida.

Através do folder do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) e da Revista Setrab (2001), verifica-se que a Secretaria do Trabalho quando ainda era denominada SETRAB (Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social do Amazonas), afirmava que com base nas diretrizes do Plano Nacional de Educação Profissional e contando com o apoio do Ministério do Trabalho e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) desenvolvia programas como o Rendamaz, que dentre outras ações propunha a qualificação de mão-de-obra para a capital do Amazonas, quanto para municípios como Boa Vista dos Ramos, Tabatinga.

Segundo a Secretaria, diante dos dados referentes ao ano de 2001, as ações de qualificação, visando geração de renda e elevação de qualidade de vida das pessoas, realizadas pelo Estado alcançaram efetividade, visto que foram treinadas através do Programa Rendamaz cerca de “[...] 3.247 pessoas em cinco Laboratórios Organizacionais de Terreno (LOT’s) realizados em quatro municípios para atuarem em segmentos como agricultura, piscicultura, criação de pequenos animais, panificação, confeitaria, confecção e artesanato” (Paiva, 2001, p.02).

Contudo, ressalta-se que, ao se remeter aos programas e projetos desenvolvidos pela referida Secretaria (que ainda era SETRAB), no final dos anos 90, como Rendamaz, e no início do Terceiro Milênio, como Projeto Cidadão (o qual foi criado em maio de 2003, quando a Secretaria já denominava-se SETRACI, com o objetivo de atender famílias vulnerabilizadas socialmente, onde aumentar a escolaridade e a qualificar a mão-de-obra dos membros familiares era a principal tarefa) questiona-se quanto a efetividade dos cursos de capacitação em atender as demandas sociais das pessoas que participam, inclusive no que tange emprego. Pois, entende-se que na capital, Manaus, as ações do Estado, possivelmente

pautadas na economia solidária¹³, têm contribuído apenas na disseminação da cultura do cooperativismo e motivação ao empreendedorismo, inclusive formas que o mercado informal têm para se desenvolver, isto de acordo com o que foi discutido no Capítulo II deste estudo, onde reporta-se inclusive à Antunes (2006) para entender tal contexto.

Destaca-se que o cooperativismo e a motivação ao empreendedorismo se materializam através da criação dos chamados grupos produtivos, como, em um passado não tão distante, a Cooperativa de Costura e Artesanato do Amazonas (AMACORT), fundada em agosto de 2000 e composta por um grupo de costureiras que confeccionavam roupas para brinquedos da Fábrica Estrela do Distrito Industrial, fardamentos hospitalares e escolares, respectivamente utilizados em todos os Centros médicos e escolas do Amazonas, obtendo o financiamento por intermédio do Programa Procidadania, uma linha de crédito especial para pessoas que não têm acesso ao crédito tradicional, criada pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam).

Salienta-se ainda, que assim como a AMACORT, foram criados outros grupos produtivos, dentre os quais se encontram o Grupo Novo Visual, o Atelier 2000 e as Lavanderias 2001, Lava Bem, Ação de Graças, Mulheres em Ação, que tinham o apoio da Secretaria de Estado do Trabalho. Mas, que atualmente se encontram desativados, o que faz emergir um turbilhão de questionamentos acerca de tal situação (apesar de não se constituir objeto de análise deste estudo), onde inclusive cabe indagar por quê o Estado “investe” em capacitação e/ou qualificação, bem como linha de crédito para os trabalhadores (mesmo que minimamente) se ao mesmo passo não realiza um acompanhamento sobre a inserção de tais trabalhadores no mercado de trabalho ou ainda quanto às próprias atividades de cooperativismo e empreendedorismo que são incentivadas a acontecer? Deixando os trabalhadores à deriva novamente?

¹³ De acordo com Lira (2002, p.126) a economia solidária, que pode ser entendida como herdeira dos projetos estatais ou alternativos de geração de renda, se apresenta, ao longo da década de 90, como uma “...*estratégia social de sobrevivência que ganhou visibilidade enquanto forma de enfrentamento da desigualdade social*”. Contudo, sendo alvo de discussão no que diz respeito à distributividade e assistência social, visto que a referida (a economia solidária) caracteristicamente reproduz princípios do neoliberalismo.

Considera-se de acordo com Tavares (2004) que o Estado incentiva tais práticas como forma de manter o *status quo* e, principalmente repasse aos trabalhadores, que inclusive foram capacitados e/ou beneficiados, que a partir de então eles têm os instrumentos, como qualquer “patrão”, para criar o seu pequeno negócio, o permite que os trabalhadores entendam que suas vitórias ou derrotas dependerão de seus esforços, muitas vezes individuais para manter a si mesmo e suas famílias. Sob esta ótica parece que o trabalho é reduzido a qualquer prática que possa manter a sobrevivência, independente do quão seja precária ou aviltante, bem como parece ainda que qualquer flutuação que venha ocorrer na vida do trabalhador, dependerá de um processo dito natural do mercado.

Considera-se que as ações do Estado do Amazonas, em relação aos programas de qualificação e geração de renda, isto inclusive na contemporaneidade, seguindo os princípios do atual modelo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, podem ser entendidos como seletivos, focalizados e compensatórios¹⁴, não alcançando o atendimento do real quantitativo de trabalhadores que necessitam inserir-se e/ou manter-se no sistema produtivo. Isto inclusive entra em confluência com os dados do SINE no Amazonas como foi destacado no Capítulo II deste estudo.

Acredita-se que tal situação decorra do próprio ajuste na “agenda pública”, que implica em “prioridades” elencadas pelo modelo neoliberal e da falta de planejamento social, principalmente de cunho democrático, onde os trabalhadores, através de suas entidades representativas – como por exemplo, os sindicatos, associações de bairro, dentre outros (ainda que muitas vezes fragilizados pela dinâmica neoliberal) – possam sinalizar as dificuldades vivenciadas neste contexto em que permeia o desemprego estrutural¹⁵ e propor diante de suas necessidades e condições, formas de viabilizar programas e projetos de qualificação, inclusive fundamentados através de pesquisas científicas.

¹⁴ Segundo Pochmann (1999, p.115) “São as ações que objetivam impedir a redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem um emprego”.

¹⁵ Segundo Singer (1998, p.13) o desemprego estrutural pode ser entendido “...não como um ‘mal’, mas um efeito funcional de políticas de estabilizações exitosas”

Ressalta-se, ainda, que à margem destas ações governamentais encontram-se os moradores dos bairros São José II, Jorge Teixeira, etapa IV, e Zumbi dos Palmares I, os quais, precarizados pela falta de qualificação, buscam inserir-se no sistema produtivo e manter as suas sobrevivências através de alternativas de trabalho, o que permite reafirmar o não alcance dos programas sociais voltados para os trabalhadores no contexto de Manaus.

Não obstante, é necessário destacar que apenas 16,67% dos entrevistados nos três bairros confirmam participar de algum projeto social, sendo que estes estão compondo o Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Enquanto que, 83,33% dos demais participantes da pesquisa revelaram acreditar que suas famílias deveriam ser beneficiadas, haja vista estarem em situação de vulnerabilidade social, isto devido ao desemprego e até baixa escolaridade dos membros familiares.

Poxa, minha família precisa do Bolsa Família... Todo mundo da minha rua ganhou. Parece até que os político (sic) só se lembra da gente na hora do voto. E depois um ganha e outro (sic) não... (Vendedor ambulante de verduras)

Percebe-se que, a questão escolaridade persiste na análise, assim verifica-se que Silva (2000), ao analisar o mercado informal a partir do trabalho dos camelôs, na zona central da cidade de Manaus, detectou que os mesmos se encontravam na precariedade, sob a alegação de terem baixa escolarização e não deterem conhecimento especializado, o que contraditoriamente ainda deve, em dias atuais, estar acompanhado de conhecimento polivalente.

Segundo ainda, a mesma autora, 47% dos 38 camelôs (entrevistados em sua pesquisa) não concluiu o Ensino Fundamental, não alcançando, inclusive, a 5ª série do mesmo, o que converge de forma com o presente estudo, pois conforme o Quadro 10, dos 30 entrevistados, 57% não concluiu o Ensino Fundamental o que, segundo os mesmos, implica de forma negativa na sua inserção e/ou permanência no mercado formal de trabalho, e somente 6,66% alcançou a conclusão do Ensino Médio.

Quadro 10 – Escolaridade

Situação	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Ensino fundamental incompleto	3	2	3	3	3	3	57
Ensino fundamental completo	1	2	2	1	1	2	30
Ensino médio incompleto	1	-	-	-	1	-	6,66
Ensino médio completo		1	-	1	-	-	6,66
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Nota-se que os moradores compreendem que, para estabelecerem relações formais de trabalho, terão que corresponder às exigências do mercado, o qual é a expressão de uma sociedade estratificada e, que, contraditoriamente, exige o mínimo de qualificação para que a pessoa tenha um emprego e/ou trabalho formal.

O que me motivou a exercer minha atual ocupação foi a falta de oportunidade de emprego, devido ao meu pouco estudo (vendedor de guloseimas).

Por falta de qualificação não fiquei no emprego. Preferi então, cortar cabelo e ajudar a minha mãe no salão (cabeleireiro).

Desde pequeno aprendi a trabalhar com relógios, assim como meu pai. Não estudei muito e sei que não tem trabalho com salário e carteira assinada para quem não tem estudo (camelô – vende relógios).

No atual contexto, considera-se que, para adentrar ou permanecer no mercado, principalmente no setor formal ou organizado, como sinaliza Pochmann

(1999), as pessoas devem dispor de muitas características que o mercado supõe ser essenciais, dentre as quais destacam-se: uma boa qualificação, a capacidade de desenvolver multi-atividades, extrapolando a especialização e ter disponibilidade para possíveis trabalhos extras, devendo ser ressaltado, ainda, que :

“com as recentes transformações no mercado de trabalho (redução na demanda de trabalho e ampliação nos requisitos de contratação) a qualificação, requalificação, o treinamento e a educação profissional passaram a ganhar maior importância nas decisões governamentais de financiamento das políticas compensatórias de emprego” (Pochmann, 1999, p.1222)

Contudo, é muito importante não generalizar a situação dos trabalhadores, criando uma espécie de estereótipo, padrão de trabalhador apto para o mercado informal ou formal, visto que em tempos atuais nenhum trabalhador está distante de mudar de atividades de trabalho, mesmo apresentado um índice razoável de escolaridade e de qualificação. Tanto que de acordo com Tavares (2004, p.35), “até os anos 80, certas atividades informais eram desempenhadas predominantemente por idosos, analfabetos ou detentores de baixo nível de escolaridade e qualificação, e migrantes”. Mas, este perfil tem mudado, e a autora destaca que a dinâmica do mercado tem se apresentado contraditória, onde pessoas jovens e qualificadas estão sendo compelidas a se inserir no mercado informal, ao passo em que as exigências das empregadoras continuam excessivas.

3.2.3. Diversidades de “secos e molhados”

A partir dos indicadores sociais do ano de 2005 (Quadros 11a e 11b) do IBGE, onde se pode visualizar a situação da População Economicamente Ativa (PEA) a nível nacional, regional e local verifica-se que, no geral, há mais homens do que mulheres exercendo algum tipo de ocupação, sendo que ao nível micro e remetendo-se aos bairros do São José II, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I, conseguiu-se perceber, devido à própria dinamicidade do sistema

capitalista com suas novas exigências e tendências de mercado, um equilíbrio de participação, isto no mercado informal, entre homens e mulheres.

Quadro 11a– População Economicamente Ativa (Total)

Localização	População Economicamente Ativa – PEA (Total)		
	Ano: 2005		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	79 315 287	46 480 921	32 834 366
Norte	3 533 532	2 073 622	1 459 910
Amazonas	820 404	481 800	338 604

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2005

Quadro 11b – População Economicamente Ativa (Urbano)

Localização	População Economicamente Ativa - PEA		
	Situação do domicílio: Urbano		
	Ano: 2005		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	61 346 987	35 460 012	25 886 975
Norte	3 533 532	2 073 622	1 459 910
Amazonas	820 404	481 800	338 604

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2005

Destaca-se, de acordo com as entrevistas, que as mulheres além de exercerem seus papéis enquanto mães, esposas ou filhas, têm contribuído e/ou mantido a renda familiar através de estratégias de sobrevivência como a fabricação de roupas íntimas, brinquedos de pelúcia, venda de cosméticos, guloseimas (batata frita, batidas com guaraná, etc.), frutas e verduras, sendo que tais atividades distanciam-se, de certa forma, daquelas realizadas pelos homens, haja vista que estes, mesmo desenvolvendo a atual ocupação no mercado informal, quer seja como cabeleireiro, camelô ou comerciante varejista, buscam também na subcontratação, como vigilantes ou serventes na construção civil (pedreiros), a

possibilidade de terem registro na sua Carteira de Trabalho (a qual ainda hoje denota a regulamentação do trabalho), além de aumentar a renda familiar.

Scherer (2005, p. 81-82) em sua pesquisa com ex-trabalhadores do Distrito Industrial, hoje inseridos no mercado informal, também se preocupou em apresentar as diferentes atividades que homens e mulheres desenvolvem:

As mulheres desenvolvem as mais diversas atividades, tais como: corte e costura de peças femininas e roupas íntimas. Outras fazem doces e salgados, guloseimas em geral. Poucas trabalham como domésticas [...] Outras arrumam suas barraquinhas, lavam roupa para fora, vendem din-din, produtos da Avon, jóias, lanches, churrasquinho, ou tornam-se cabeleireiras, manicures [...] confeccionam peças de crochê e guardanapos e os vendem nas feiras livres dos bairros [...] bordam sandálias havaianas com vidrilhos e miçangas e as vendem pelas ruas dos bairros da Zona Leste de Manaus. Já os homens preferem trabalhar em pequenos comércios em casa [...] Outros partem para execução de serviços, tais como: pedreiro, estivador, fotógrafo, pintor de parede, eletricista, borracheiro, estofador, ajudante de caminhão, bilhetes de loteria.

Torna-se relevante entender que homens e mulheres são diferentes em suas características bio-físicas, sendo que estas não deveriam fazê-los desiguais. Pois, até mesmo no mercado informal de trabalho, o qual é criado e re-criado pelos trabalhadores em seus cotidianos através de suas necessidades e criatividade, percebe-se que há atividades estereotipadas de acordo com o gênero. Pode-se dizer então, que a divisão sexual do trabalho existente no contexto societal, não exclui *mercados*, nem o informal de trabalho.

3.2.4. Trabalho informal *versus* Carteira de trabalho

Em relação à Carteira de Trabalho, destaca-se que os dados obtidos acerca da execução de atividades remuneradas da amostra de 30 trabalhadores dos bairros, permitiram através dos resultados alcançados (Esquema I) demonstrar que

entrevistados como a mais negativa das situações de se trabalhar no mercado informal.

Diante de tal contexto, reflete-se acerca de todas as necessidades básicas dos homens, mulheres e crianças moradoras dos bairros do São José II, Jorge Teixeira, etapa IV, e Zumbi dos Palmares, os quais, no total de 100% dos entrevistados, fazem a utilização de alguma unidade pública de saúde próxima a sua casa, porém não fazendo o usufruto de atividades culturais, desportivas e de lazer, visto que 60% dos sujeitos da pesquisa, de acordo com o Quadro 12, têm como referência de entretenimento a televisão.

Quadro 12– Referência de entretenimento

Qual a sua referência de entretenimento?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Assistir televisão	3	4	3	3	3	2	60
Ir à praça	-	-	1	1	-	-	6,66
Ir ao cinema	-	-	1	-	-	-	3,34
Ficar com os familiares nos finais de semana	2	1	-	1	2	3	30
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Destaca-se, ainda, que tal fato pode ser entendido a partir da própria renda familiar (Quadro 13) dos trabalhadores que corresponde, em 53,33% dos casos, de 1 a 3 salários mínimos (isto segundo a média fornecida pelos moradores, os quais destacam que algumas vezes a remuneração obtida não é visualizada como montante, pois a quantia recebida diariamente é revertida em suprimentos domésticos e materiais de trabalho no dia-a-dia) e se encontra defasada frente às reais necessidades apresentadas pelos mesmos, inclusive a de divertir-se, entreter-se, etc., pois a renda familiar direciona-se prioritariamente à compra de alimentação,

ao pagamento de despesas domésticas, transporte e aquisição de produtos e/ou materiais necessários à realização de seus trabalhos.

Quadro 13 – Renda familiar

Nº de salários	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Menos de 1 salário	2	3	2	2	3	4	53,33
De 1 a 3 salários	2	2	3	2	1	1	36,7
De 4 a 6 salários	1	-	-	1	1	-	10
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Diante deste contexto, entende-se algumas das causas que fazem com que 90% dos entrevistados busquem em sua própria casa o usufruto de momentos de lazer com sua família, amigos e vizinhos, pois, de outra forma certamente os trabalhadores não conseguiriam divertir-se, uma vez que não dispõe de uma quantia no orçamento doméstico destinada ao lazer.

Minha diversão é reunir meus familiares em casa. É a maior festa (funcionária pública que nos momentos livres trabalha como costureira).

Gosto de ficar com minha filha nos finais de semana. Ficar com ela é a minha diversão (vendedor em um armário).

Para me divertir, gosto ficar em casa com minha família (costureira de roupas de bebê)

Neste sentido verifica-se que ao serem questionados sobre o seu objetivo de vida, o seu futuro a partir da realização de seus trabalhos, os moradores dos bairros

estudados revelam dentre outras vontades, a de adquirir bens de consumo, como carro, casa com muitos cômodos; um aumento na renda para satisfazer outras necessidades, como vestuário e lazer; trabalho no mercado formal conseguir proporcionar a educação aos filhos, sendo que possivelmente tais objetivos sejam oriundos do contexto vivenciado, permeado de dificuldades em várias esferas da vida.

3.2.5. O “olhar” que os trabalhadores revelam sobre a sua atividade no mercado informal

Buscando desvelar os sentidos do trabalho para os moradores dos bairros estudados, deve-se considerar, primeiramente, que estes se apresentam precarizados, independentemente de serem camelôs, donos de pequenos comércios varejistas ou inseridos concomitantemente no mercado formal através da subcontratação e mercado informal com a realização de estratégias de sobrevivência, da venda de “secos e molhados”, pois se reconhecem apenas como agentes capazes de transformar o que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa a si próprio, visando, a partir desse processo, constituir as mercadorias que, para o sistema capitalista, são tidas como fonte de acumulação e, para o trabalhador, representa a fonte de sobrevivência, visto que tais mercadorias destinam-se ao mercado e à comercialização.

Dessa forma, o ato de produzir, vender e consumir tornou-se a mola propulsora para garantir (mesmo que por algum tempo, visto que o contexto societário é dinâmico e excludente) que muitas pessoas permaneçam exercendo suas ocupações e sustentando materialmente suas famílias através da renda recebida. É assim que se constata, segundo Ianni (1989, p.146) que ...enquanto a economia cresce, o Estado se fortalece, a massa de trabalhadores padece.

Destaca-se que o trabalho, conforme o Quadro 14, representa para 53,33% dos entrevistados, um meio de sobrevivência, uma forma de ganhar dinheiro,

enquanto 3,34% o concebem como desgaste físico e mental e 43,33% como uma forma de fazer o homem se sentir útil e dignificado frente aos outros homens.

Quadro 14 – O “olhar” sobre o trabalho

	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Meio de sobrevivência	3	2	2	3	3	3	53,33
Dignificação	2	3	2	2	2	2	43,33
Desgaste físico	-		1	-	-	-	3,34
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Verifica-se a seguir, algumas das falas dos moradores acerca de sua concepção sobre trabalho, isto mesmo enfrentando dificuldades:

Trabalho é um meio de sobrevivência. É como o ser humano pode conseguir se manter (camelô).

O trabalho é um meio de exercer uma atividade honestamente (vendedora de batata frita).

O trabalho é algo que completa o homem, que dá orgulho (comerciante varejista).

Trabalho é algo necessário para todos os homens, pois se o mesmo não existisse, ninguém iria conseguir sobreviver (policia, que nos dias de folga trabalha como pedreiro ou segurança em festas).

Os trabalhadores concebem o trabalho com uma forma de produzir materialmente, visando suprir as suas necessidades e as de sua família, sendo esta concebida pelos mesmos como o espaço em que ocorre a sua subjetivação, pois é

no âmbito familiar que o produto do trabalho ou a remuneração obtida é transformada nos bens necessários à sobrevivência, como a compra de alimentos, vestuário, transporte, etc. e também na geração de novas possibilidades, como o investimento na escolarização e/ou profissionalização do próprio trabalhador e de seus familiares.

Percebe-se que os sujeitos da pesquisa, a partir de seus posicionamentos ao longo das entrevistas, sinalizam sobre a família como um núcleo que apesar de não mais configurar-se como tradicional ou patriarcal, onde o pai é o responsável pelo provimento familiar, ainda se consubstancia em vínculos muito fortes, pautados no amor e na solidariedade entre seus membros, onde mesmo perpassada por uma realidade cotidiana que, muitas vezes, proporciona desgastes emocionais e frustrações em vários âmbitos da vida dos indivíduos, permanece relutante a todas as dificuldades.

Contudo, quando se pergunta se as condições financeiras, em algum momento, foram motivos para conflitos no seio familiar, cerca de 53,33% dos entrevistados (Quadro 15), confirmam que já ocorreram desentendimentos. Ou seja, percebe-se que, principalmente para as famílias, as quais se reúnem durante a noite ou nos fins de semana, especificamente aos domingos, as dificuldades relacionadas à produção material são motivos para as insatisfações pessoais dos trabalhadores, que se refletem nas relações conjugais e familiares e até mesmo no que diz respeito a sua própria subjetivação.

Quadro 15 – Dificuldade financeira/vida familiar

As dificuldades financeiras alguma vez atrapalharam sua vida familiar	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Sim	3	2	2	3	3	3	53,33
Não	2	3	3	2	2	2	46,67
Total	30						100

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Destaca-se que tanto os camelôs quanto outros trabalhadores do setor informal concebem o trabalho como atividade mantenedora da sobrevivência. E para tal utilizam-se da criatividade e dos recursos financeiros disponíveis para despertar a atenção dos compradores, o que pode ser percebido através das estratégias desenvolvidas (Quadros 16a, 16b, 16c e 16d), como o preparo de bebidas ditas afrodisíacas, contendo guaraná, ovos de codorna e outros ingredientes, que são vendidas a R\$ 1,50; o preparo e a venda de batata frita, que tem o preço variando entre R\$ 0,50 e R\$ 1,00, dependendo da quantidade solicitada pelo cliente; o conserto e a venda de relógios ou, ainda, a venda de refresco do açaí¹⁶ e a fabricação e comercialização de brinquedos de pelúcia ou roupas íntimas.

Quadro 16a – Estratégias de sobrevivência dos camelôs

As dificuldades financeiras alguma vez atrapalharam sua vida familiar	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Vendedor de verdura	1	1	-	-	-	-	6,66
Vendedor de frutas	-	-	-	1	-	1	6,66
Camelô	2	-	-	-	-	-	6,66
Vendedor de condimentos	-	-	-	1	-	-	3,34
Vendedor de batata frita	-	-	-	1	-	-	3,34
Vendedor de bijouterias	-	2	-	-	-	-	6,66
Vendedor de batida de guaraná	-	-	-	1	-	-	3,34
Vendedor de relógios	1	-	-	-	-	-	3,34
Camelô (de dia) e vigilante (à noite)	-	-	1	-	-	-	3,34
Fabricante de brinquedos de	-	1	-	-	-	-	3,34

¹⁶ Segundo Ferreira (1989) o açaí é o fruto de uma palmeira amazônica, com o qual é feito um refresco muito apreciado na região.

pelúcia e vendedor de guloseimas							
Vendedor de cosméticos e produtos de limpeza	-	-	-	-	-	1	3,34
Total	15						50

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Conforme o Quadro 16a, percebe-se a diversidade de estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos camelôs entrevistados, os quais correspondem aos trabalhadores que realizam suas atividades em espaços abertos ao longo de vias públicas que, caracteristicamente, revelem dinamicidade comercial, característica esta que também se encontra presente no bairro Jorge Teixeira, etapa IV.

Quadro 16b – Estratégias de sobrevivência dos comerciantes varejistas

Qual a atividade que você desenvolve?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Cabeleireiro	-	-	1	-	-	1	6,66
Proprietário de armarinho	2	-	1	-	-	-	10
Proprietário de quiosque (vende refrigerantes e doces)	-	-	-	1	-	-	3,34
Proprietário de máquina de xerox e trabalha em domicílio tirando cópias	-	-	1	-	-	-	3,34
Vendedor de refresco de açai (faz "bico" como pedreiro)	-	-	1	-	1	-	6,66
Costureira de roupas de	-	1	-	-	-	1	6,66

bebê							
Total	11						36,6

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Percebe-se no Quadro 16b que, dentre os comerciantes varejistas, pode-se encontrar aqueles trabalhadores que se utilizam de outras estratégias de sobrevivência.

Quadro 16c – Estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que também estão inseridos no mercado formal de trabalho

Qual a atividade que você desenvolve?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Policia civil (faz a segurança em festas e “bicos” como pedreiro)	1	-	-	-	-	-	3,34
Atendente administrativa e costureira de roupas íntimas	-	-	-	1	-	-	3,34
Total	2						6,7

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

De acordo com os Quadros 16c e 16d pode-se reafirmar que há trabalhadores que, mesmo inseridos no mercado formal de trabalho, desenvolvem estratégias de sobrevivência para incrementar a renda familiar.

Quadro 16d – Estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que trabalham em comércios varejistas

--	--	--

Qual a atividade que você desenvolve?	Fa						% (Total)
	SJO		JT		ZP		
	H	M	H	M	H	M	
Vendedor em um armário	-	-	-	-	1	-	3,34
Ajudante em restaurante	-	-	1	-	-	-	3,34
Total	2						6,7

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/2007 junto aos trabalhadores

Destaca-se que, aliados das relações formais de trabalho, os moradores buscam nos pequenos comércios, localizados no próprio bairro, alternativas para manter a renda familiar.

Enfim, é com o apoio de seus familiares – os quais, segundo os entrevistados, concebem sua atual ocupação como importante para a reprodução de suas existências – que os trabalhadores que residem e muitas vezes até exercem suas atividades de trabalho nos bairros São José Operário II, Jorge Teixeira, etapa IV, e Zumbi dos Palmares buscam superar os desafios impostos pela realidade na qual estão inseridos, visto que os mesmos, segundo Gomes (2001, p. 33):

...não dispõem de projetos voltados para atender suas necessidades quando se encontram desempregados (...) pois não existe uma associação de moradores na quarta etapa do bairro Jorge Teixeira que possa, além de exercer suas atribuições enquanto entidade representativa da comunidade, também viabilizar mediante projetos de cunho educativos, profissionalizantes, desportivos e de lazer, o acesso dos moradores aos programas geridos pelas esferas do Governo (municipal e estadual) o que aproximaria os mesmos da oportunidade de se engajar no mercado de trabalho e de ganhar remuneração.

Percebe-se, diante das respostas obtidas junto aos entrevistados, que o motivo fundamental para continuarem travando embates cotidianos é o bem-estar de sua família o que, segundo eles, ocasiona concomitantemente o seu próprio bem-estar.

É através de alternativas de trabalho, que os moradores dos bairros estudados, na ânsia de ascender socialmente (mesmo que com dificuldades através do trabalho e da qualificação), proporcionando melhores condições de vida a sua família e permitindo que seus filhos tenham acesso à qualificação necessária para se engajar na luta por uma ocupação diferente da sua, no sistema produtivo, têm o sentido do trabalho voltado para as suas sobrevivências e as de seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta Dissertação de Mestrado considera-se que algumas questões em torno do mundo do trabalho que se refletem no “mundo da vida do trabalhador” foram “humildemente” debatidas, pois a autora julga que dentro de suas possibilidades e de seus conhecimentos (teórico-científico e oriundos das próprias vivências cotidianas) buscou realizar análises não-unilaterais com base em autores das Ciências Sociais, Economia e Serviço Social, como Ricardo Antunes, Márcio Pochmann e José Paulo Netto, tendo em vista, proporcionar aos leitores uma produção permeada de visões em torno de uma mesma problemática: a precarização das relações de trabalho a partir de tantas transformações ocorridas no contexto societal, e como as mesmas influenciam na vida do trabalhador.

Apesar de um certo grau de otimismo em relação ao conteúdo e a consolidação deste estudo, não se pode deixar de salientar que o mesmo, ao longo do seu processo de construção, assim como ocorreu com tantas outras produções científicas já elaboradas, também foi perpassado por dificuldades que estiveram relacionadas desde a relativa escassez de tempo para a verticalização de questões que emergiam durante a discussão central, problemas mecânico-operacionais, como no caso da impressão do Trabalho e ao esgotamento físico e emocional oriundos da necessidade de concluir tal estudo.

Contudo, partindo do entendimento de que o homem é capaz de se superar e que os enfrentamentos são necessários para que isto ocorra, pode-se destacar que este estudo, diante do envidamento físico e intelectual empregados, corresponde a um dos mais importantes “empreendimentos”, que a autora, de acordo com seu tempo histórico, poderia ter elaborado.

Destaca-se que esta produção pode ser concebida como uma das expressões da formação acadêmica e profissional da autora, a qual espera demonstrar, ainda que, muitas vezes de forma implícita, as contribuições recebidas ao longo de toda a sua trajetória de vida acadêmica e cotidiana, esperando inclusive despertar a curiosidade dos leitores em realizarem uma “leitura” sobre o cotidiano não somente dos outros trabalhadores, mas de si mesmo, haja vista, que no Brasil a grande massa populacional (inclusive composta por universitários e renomados intelectuais) é constituída pela “classe que vive do trabalho”.

Pode-se ressaltar, que durante a elaboração deste estudo, a autora considerou que os trabalhadores no contexto brasileiro não usufruem, de fato e de direito, das conquistas historicamente alcançadas, pois mesmo os trabalhadores “informais”, como, por exemplo, os trabalhadores autônomos, tendo obtido o direito de contribuir com a Previdência Social e passarem a dispor do “título de cidadão”, ainda assim, dentre tantas contradições, evidencia-se a situação em que os referidos trabalhadores se encontram, ou seja, precarização das relações de trabalho formal e a dificuldade de obter uma renda para manter as suas necessidades básicas e as de seus familiares, principalmente os filhos em fase escolar.

Este estudo contribuiu, ainda, no que se refere às reflexões sobre a situação vivenciada inclusive em âmbito acadêmico, pois sabe-se que dentre muitos estudantes universitários – a exemplo dos moradores dos bairros do São José Operário I, Jorge Teixeira, etapa IV, Zumbi dos Palmares I, bem como de outros brasileiros – há aqueles que também se utilizam da venda de “secos e molhados”, de estratégias de sobrevivência para manter, inclusive, os seus estudos. Tais atividades, muitas vezes, se estendem à Academia, onde colegas tornam-se fregueses dos “trabalhadores-estudantes” na compra de sanduíches, confecções, adornos. Fato este percebido pela autora desde os tempos de graduação, não sendo diferente em tempos de mestrado.

No que se refere ao estudo, pode-se salientar que ao longo do processo investigativo, o qual envolveu a análise da literatura especificada e da realização de pesquisas de campo, construiu-se reflexões sobre o contexto estudado, o que se

tornou suporte para entender que todas as transformações ocorridas no contexto societal e que perpassam as várias esferas da vida, influenciam nas condições de vida do trabalhador; no sentido do trabalho que o mesmo realiza; e até no que este almeja para o futuro.

E ao remeter-se a Zona Leste de Manaus, especificamente aos trabalhadores dos bairros de São José Operário I, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I será que a situação mostra-se diferente? Será que os moradores que lá trabalham, desenvolvendo atividades típicas do mercado informal, se encontram neste segmento pelos mesmos condicionantes daqueles trabalhadores entrevistados por Silva (2000)? E qual será os sentidos do trabalho que eles revelam?

Estas certamente foram questões que alicerçaram a busca de dados, e diante do estudo realizado observa-se que desde os anos 70, os bairros pesquisados têm se desenvolvido em vários aspectos. Tanto que hoje as suas ruas principais são referência comerciais, onde estão alocados um número significativo de trabalhadores desenvolvendo suas atividades laborativas, visando alcançar o seu sustento e a de sua família. Ou seja, muitos deram preferência em ficar trabalhando no seu próprio bairro e estar próximo de sua família do que competir com outros vendedores no Centro Comercial de Manaus.

Destaca-se que a diversificação de mercadorias vendidas, de prestação de serviços e a criatividade dos trabalhadores que, cotidianamente, realizam estratégias de sobrevivência são alguns dos elementos mais relevantes dentre os resultados obtidos na pesquisa, haja vista que os referidos trabalhadores durante a realização do seu trabalho parecem “entregar-se” a sua atividade na ânsia de satisfazer a necessidade do comprador e, conseqüentemente, obter junto à venda o dinheiro que suprirá as suas necessidades e as de sua família.

Neste sentido, constata-se que o sentidos do trabalho estão relacionados com as experiências, as ações, reflexões e escolhas dos indivíduos em relação à sua própria vida, o que implica dizer que, assim como para alguns o trabalho significa esforço físico, tortura ou castigo, para outros é algo que dignifica e que, acima de tudo, mantém a sobrevivência.

Identificou-se que as condições de vida dos trabalhadores são influenciados pela conjuntura, a qual atualmente tem levado os mesmos a buscarem na escolarização/qualificação, meios efetivos de corresponderem as exigências de uma esfera considerada importante ao desenvolvimento do próprio homem: o mundo do trabalho (o qual é interativo com mundo da vida do trabalhador, onde toda produção realizada é subjetivada, principalmente em âmbito familiar), que se encontra em constante processualidade, se transformando, criando novas tecnologias, se superando e necessitando de mão-de-obra que também corresponda as exigências impostas pela realidade dinâmica do sistema produtivo.

Destaca-se que o contato direto com os trabalhadores através da pesquisa permitiu perceber o quanto se faz importante fomentar estudos voltados para o âmbito das microestruturas como, por exemplo, as comunidades, as quais são “caldeirões culturais”, constituindo-se em ricas fontes de pesquisa para muitas áreas do conhecimento (Serviço Social, Antropologia, História, Sociologia, entre outras). E refletir, ainda, sobre como tantos homens e mulheres buscam lidar cotidianamente com suas dificuldades, utilizando-se principalmente de mecanismos abstratos, mais muito eficientes, como o de sonhar em ser feliz, o que os motiva a lutar para ascender socialmente, conseguindo uma boa casa e presenciar os filhos academicamente formados.

Assim, é a partir da análise sobre as relações sociais que permeiam o contexto societário onde se encontram inseridos os trabalhadores do São José Operário I, Jorge Teixeira, etapa IV e Zumbi dos Palmares I, que se concebe este estudo como um passo à frente, o qual possibilitou mesmo que diante de alguns obstáculos, mas que felizmente foram transpostos, uma aproximação à realidade dos supracitados sujeitos sociais, desvelando como os mesmos lutam cotidianamente pela sobrevivência e, mesmo que esmoreçam em alguns momentos, ainda assim, estão sempre dispostos a superar as dificuldades impostas.

E certamente, os passos iniciados desde os tempos de PIBIC (Programa de Iniciação Científica) e continuados no Mestrado, representam no meu íntimo, que

ainda há um longo caminho a ser percorrido, onde não há ponto final, mas sempre a busca de novas descobertas. A ciência é assim, dinâmica, refutável e necessária.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** 6 ed. São Paulo Brasiliense, 2000 Coleção Primeiros Passos

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho.** 3 ed. São Paulo: Bom Tempo, 2000.

_____. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos.** In: SILVA, Maria. O. da S., YASBEK, Maria C. (Orgs.) Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 6 ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1993.

ARRUDA A. José Jobson e PILETTI, Nelson (Orgs.) **Toda a história.** 6 ed. São Paulo: Ática, 1996.

ASSIS, José C. **Trabalho como direito: fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Os fundamentos sócio-históricos da ética.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BORON, Atílio A. **A Transição na América Latina:** problemas e perspectiva. In: Estado e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação**: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAMPANHOLE, Adriano. **Prática das Leis Trabalhista**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1980.

CAMPOS, Heleniza A. **Comércio na área Central do Recife (PE- BRASIL): novos e antigos conceitos acerca da história da cidade**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, Vol. VI, nº 119, 2002.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992 – (Coleção Polêmica).

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petropólis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David. **Desemprego e Degradação**. In: Trabalho e Autonomia. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Censo 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

Constituição Federal do Brasil. 11 ed. São Paulo: Cone. 1993.

Consolidação das Leis Trabalhistas – Série Legislação. São Paulo: Saraiva, 2000.

DALBOSCO, Eduardo e KUYUMJIAN, Márcia de M.M. **Os desafios de compreender o trabalho informal**. In: Revista Ser Social nº 5 (julho/dezembro) – Trabalho e Cidadania. Brasília: UnB, 1999.

DEMO, Pedro. **Educação profissional: mito ou realidade?**. In: KUYUMJIAN,

Márcia de Melo Martins (Org.). Revista Ser Social, nº 05 (julho/dezembro) – Trabalho e Cidadania. Brasília: UnB, 1999. p. 123-151.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Economia Informal Urbana 1997/ IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

FREITAS, Carlos Eduardo S. e MACHADO, Maria Salete. **Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90**. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins (Org.). Revista Ser Social, nº 05 (julho/dezembro) – Trabalho e Cidadania. Brasília: UnB, 1999. p. 123-151.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário de Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico – Explicação das Normas da ABNT**. 14 ed. Porto Alegre: s.n, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Monteiro (Org.) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1988.

GOMES, Lílian da Silva. **Os sentidos do trabalho: as estratégias de sobrevivência dos moradores do bairro Jorge Teixeira, etapa IV**. Manaus: DSS/PIBC/CNPq, 2002.

_____. **Os modos de vida e as relações produtivas e familiares dos moradores de um bairro de Manaus – Jorge Teixeira, etapa IV**. Manaus: DSS/PIBC/CNPq, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **O mito das estratégias de sobrevivência: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família**. Fortaleza: Edições UFC, 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Otávio. **A Questão Social**. In: Revista USP. São Paulo: USP. Setembro, Outubro e Novembro/1989, p. 145-154.

JORNAL DO COMÉRCIO – **Manaus 336 anos**: conheça a história de seus bairros. Manaus: outubro de 2005.

KOSIK, Karel. O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição. In: **Dialética do Concreto**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins (Org.). Revista Ser Social, nº 05 (julho/dezembro) – **Trabalho e Cidadania**. Brasília: UnB, 1999.

LARANJEIRA, Sônia G. **A realidade do trabalho ao final do século XX**. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins (Org.). Revista Ser Social, nº 05 (julho/dezembro) – Trabalho e Cidadania. Brasília: UnB, 1999. p. 23-41.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo**. Recife: Universidade Católica de Recife – PUCRE, 2001.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Informalidade: reflexões sobre o tema**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 69, Ano XXIII março de 2002 – multifaces do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. p.140-150.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas)

MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. Trad. Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MELLO, Sylvia Leser de. **Trabalho e Sobrevivência**. São Paulo: Ática, 1988.

MILLS, C.Wright. O trabalho. In: A nova classe média. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MÜLLER, Geraldo. **Os órgãos públicos e as políticas de ocupação e valorização da Amazônia**. In: Amazônia: expansão do capitalismo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 109-138.

NETTO, José Paulo. **FHC e política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho** – relações individuais e coletivas. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

NOGUEIRA, Cláudia M. **O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

População Economicamente Ativa. In: Síntese dos Indicadores Sociais 2005. IBGE

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A questão social e as transformações das políticas sociais**: respostas do Estado e da sociedade civil. Goiânia: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Rumos da política do trabalho no Brasil**. In: SILVA, Maria. O. da S., YASBEK, Maria C. (Orgs.) Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Programa Brasil Empreendedor. Brasília: Governo Federal do Brasil, 1999.

(<http://www.brasilempreendedor.com.br>).

Programa de Demissão Voluntária (PDV) do Governo Federal

(<http://www.sebrae.com.br>).

Projeção da População do Brasil – IBGE

(<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>)

PAIVA, Ana Maria (Org.) **Revista da Setrab – Geração de renda**. Manaus: Secretaria de Estado do Trabalho e a Assistência Social do Amazonas. Dezembro/2001.

SALAZAR, João Pinheiro. **O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações possíveis**. São Paulo: USP, 1992.

SALES, Mione Apolinário. **Questão social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

SANDRONI, Paulo (Org.) **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A revolução de 30: a extensão regulada da cidadania**. In: Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.74-78.

SANTIAGO, Isabel C. E. **Famílias chefiadas por mulheres: metamorfoses familiares e os impactos sócio-econômicos e culturais na sociedade de Manaus – no bairro Jorge Teixeira, etapa IV**. Manaus: U.A./DSS, 2000. Mimeo.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus, EDUA, 2005.

SILVA, Ademir Alves da. **As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Jucileide Sales da. **Desemprego e trabalho informal: um estudo sobre as condições de vida dos vendedores (camelôs) do centro comercial de Manaus**. Manaus: DSS/U.A. 2000. Mimeo.

SILVA, Ademir Alves da. **As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

SILVA, Débora Leão da. **Impasses e desafios contemporâneos do movimento popular do bairro Jorge Teixeira.** Manaus, 1998. NAPPSS/U.A. Mimeo.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Gerciana Oliveira de. **Alguns aspectos dos movimentos migratórios no bairro Jorge Teixeira – etapa IV.** Manaus, 2000. NAPPSS/U.A. Mimeo.

TAVARES, Maria A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mário. **A questão do desenvolvimento – uma leitura.** In: RAMALHO, Jether P., ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal. São Paulo: Cortez: Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAALL, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa:** a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil.** In: RAMALHO, Jether P., ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal. São Paulo: Cortez: Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAALL, 2004.

VALLE, Maria Isabel M. **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre produção offshore em Manaus.** Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Antropologia da UFRJ, 2000.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria no Brasil:** de Getúlio a Geisel. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
_____, RG nº: _____, domiciliado (a) nesta cidade, à
Rua _____, declaro, de livre e
espontânea vontade querer participar do estudo: **“Entre “Seco e Molhados”**: a

sobrevivência – a realidade subjacente às condições de vida dos moradores da Zona Leste inseridos no mercado informal de trabalho”, de forma que minha participação é inteiramente voluntária e consiste em apenas responder perguntas de um formulário que será aplicado, sendo que tais informações obtidas poderão ser gravadas e utilizadas para fins do presente estudo, devendo guardar sigilo sobre a minha pessoa. Sei ainda, que posso me negar a responder qualquer pergunta, bem como também me retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que como isso, eu tenha qualquer prejuízo. Embora saiba que os riscos inerentes à minha participação na pesquisa são mínimos. Foi-me informado que em caso de dúvida posso procurar informação, a qualquer momento, com a responsável deste estudo, a senhora Lílian da Silva Gomes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, através do telefone 9197-0013.

Formulário de Pesquisa

Bairro: _____

1. Idade: _____
2. Sexo: F () M ()
3. Naturalidade: _____
 - 3.1 Caso não seja de Manaus, responda:
 - a) O que o (a) fez vir a respectiva cidade e permanecer na mesma? _____

 - b) Há quanto tempo reside nesta cidade? _____
4. Estado Civil: _____
5. Qual o seu nível de escolaridade? _____
6. Tem filhos? Sim () Não ()
7. Quantas pessoas residem no seu domicílio? _____
8. Como você se diverte?
9. Qual a sua atividade ocupacional ? _____

10. O que o motivou a exercer a sua atual ocupação? _____

11. Você se identifica com o que o faz? Ou seja, com a sua ocupação? Justifique.

12. Você enfrenta alguma dificuldade em realizar a sua atividade ocupacional? Caso enfrente, cite-a? _____

13. Além da sua atividade no mercado informal, você possui outra fonte de renda? Sim () Qual? _____
Não ()
14. Quanto é a sua renda familiar ? _____

15. A renda de sua família permite fazer gastos com o quê? _____

16. Você já enfrentou dificuldades na família devido à escassez de dinheiro .

17. Quando você ou algum membro familiar necessita de assistência médica a qual setor recorre?

Público () Particular () Outros ()

18. Há alguma unidade de saúde (hospital, centro de saúde, dentre outros) próximo de sua casa? Sim () Não ()

19. Você participa de algum Programa ou Projeto Social?

Sim () Qual? _____

Não ()

20. Sua família recebe algum benefício assistencial? Qual? _____

20.1 Em caso negativo, você acredita que sua família deveria ser beneficiada? Justifique. _____

21. Como está a sua situação previdenciária?

a) Você está contribuindo com a Previdência Pública?

Sim ()

Não () Por quê? _____

b) Qual o seu tempo de contribuição?

Desde que começou a trabalhar ainda não contribuiu ()

Mais de 10 anos ()

Menos de 10 anos ()

Exatamente 10 anos ()

22. Caso você ainda não tenha contribuído para a Previdência, isto se deve ao fato de:

a) Até os dias de hoje não ter trabalhado com a CTPS assinada e desconhecer o que é Previdência ()

b) Até os dias de hoje não ter trabalhado com a CTPS assinada, mas saber o significado da Previdência e não ter como contribuir ()

c) Até os dias de hoje não ter trabalhado com a CTPS assinada, ter como contribuir para a Previdência, mas ignorá-la ()

23. Aponte pontos positivos e negativos sobre o fato de você hoje ser um trabalhador do mercado informal? _____

24. Se você pudesse mudar a sua condição de trabalhador do mercado informal, mudaria? Justifique _____

25. O que você deseja para o seu futuro? _____
